REABILITAÇÃO HABITACIONAL:

Recolhimento de São Cristóvão em Lisboa

Bárbara Antunes da Cunha Agre Degues

Projecto Final de Mestrado elaborado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura com especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:

Professor Doutor Alberto Flávio Lopes

Jurí:

Presidente do Jurí: Professor Doutor Luís Miguel Cotrim Mateus

Vogal: Professor Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio Lopes

Documento Definitivo

Lisboa, FAULisboa, Dezembro, 2019

REABILITAÇÃO HABITACIONAL:

Recolhimento de São Cristóvão em Lisboa

Bárbara Antunes da Cunha Agre Degues

Projecto Final de Mestrado elaborado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura com especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:

Professor Doutor Alberto Flávio Lopes

Jurí:

Presidente do Jurí: Professor Doutor Luís Miguel Cotrim Mateus

Vogal: Professor Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio Lopes

Documento Definitivo

Lisboa, FAULisboa, Dezembro, 2019

REABILITAÇÃO HABITACIONAL: RECOLHIMENTO DE SÃO CRISTÓVÃO EM LISBOA

Nome do aluno: Bárbara Antunes da Cunha Agre Degues

Orientação: Doutor Alberto Flávio Lopes

Mestrado: Arquitectura com especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Data: 5 de Dezembro de 2019

RESUMO

A contemporaneidade está totalmente intrínseca no próprio arquiteto, assim como simultâneamente prezar o construído pelos antepassados, permitindo a convivência entre as realidades arquitetónicas. Esta condição torna a tarefa de arquitetar num desafio mais rigoroso e sensível, em que interesses e princípios atuais se interligam com a identidade e memória de um lugar.

Neste trabalho, a proposta visa reabilitar o edifício do antigo Recolhimento de São Cristóvão, inserido no bairro da Mouraria, cuja construção original remonta à época medieval, durante o período islâmico. Pretende-se criar uma intervenção, coerente com a identidade e a memória das preexistências, mantendo o uso habitacional.

Percebe-se que a habitação de antigamente, tinha um sentido para a sociedade. Atualmente esse mesmo espaço surge com uma filosofia para a sociedade vigente. Sendo assim, introduzindo uma nova tendência que surge nas grandes cidades. Criou-se um espaço de *Co-working*, nas áreas compartilhadas do edifício residêncial, onde o morador pode exercer a sua profissão, sendo liberal ou empresarial.

Palavras chave: Identidade, Reabilitação, Recolhimento de São Cristóvão, habitação e co-working.

HOUSING REHABILITATION: RECOLHIMENTO DE SÃO CRISTÓVÃO IN LISBON

Student name: Bárbara Antunes da Cunha Agre Degues

Supervision: Prof. Alberto Flávio Lopes

Master: Architecture with specialization in Interiors and Building Rehabilitation

Date: 5 de December de 2019

ABSTRACT

Contemporary architecture is dependent on the individualistic nature of each architec. Equally important is to take into account the architectural value inherited by previous generations. This will allow authenticity between the two realities, which turns the arquitectural task into a more rigorous and sensitive challenge, where current interests and principles link the identity and memory of a place.

In this project, the proposal aims to rehabilitate the building of the former St. Christopher's Recollection, located in Mouraria neighbordood, whose original construction dates back to medieval times during the Islamic period. The goal is to create a consistent intervention with the identity and memory of the pre-existing building while maintaining the use of the house.

It can be seen that habitation in the old days had a great meaning for society. Nowadays, this same space comes up with a new philosophy for current society. A new trend is emerging and being introduced in major cities. As such, a co-working space was created, in the shared areas of the residential building where residents can practise their profession, whether liberal or entrepreneurial.

Key-Words: Identity, Rehabilitation, St. Christopher's Recollection, habitation & Co-Working.

Sumário

ÍNDICE DE FIGURAS

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como propósito a elaboração do Projeto Final de Mestrado Integrado em Arquitetura com Especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado. O tema de estudo é a reabilitação do património arquitetónico e o objeto de estudo é o edifício do Recolhimento de São Cristóvão, no Largo da Achada, em Lisboa. Tomando como ponto de partida a situação atual deste edifício, que perdeu recentemente o seu uso, desenvolve-se uma proposta que procura valorizar os valores históricos, culturais, artísticos e económicos e conservar o valor de uso.

O edifício em estudo está inserido no antigo bairro de São Cristóvão e foi construído na época medieval, durante o período islâmico. Devido ao longo período da sua permanência, o imóvel sofreu grande evolução arquitetónica. Observando as plantas e visitando-se o edifício, percebe-se um crescimento deste ao longo das épocas. No período medieval, quando começou a sua construção, devido à realidade deste contexto urbano, o edifício não existia ainda, apenas uma disposição de lotes de casas unifamiliares que foram aumentando de acordo com as necessidades dos seus ocupantes. Constata-se assim, uma série de habitações agregadas num mesmo edifício, com plantas arquitetónicas onde ainda podemos apreciar as várias unidades aglutinadas num único complexo habitacional.

Através deste processo e à complexidade que o edifício apresenta, o programa proposto visa na reabilitação do Recolhimento de São Cristóvão, conservando o seu uso como edifício habitacional e a implantação de novos espaços necessários à realidade atual. O estudo do edifício leva a compreender como as relações interpessoais afetam um espaço doméstico e como o desenvolvimento do ser humano surge com novas exigências ao longo do tempo.

Segundo Cabido (2014), é no interior da casa que se materializam todos os desenvolvimentos psicológicos e comportamentais, interferindo assim, na projeção de uma habitação. Para tal, a História desvenda algumas transições da sociedade fundamentais para a arquitetura. Através deste elemento, o homem enquanto produtor social, pode investigar, explorar, descobrir e retraduzir fatos passados, como os costumes da época e as suas relações familiares, para entender o contexto social e arquitetónico, em determinado período.

Desta forma, para a reabilitação do edifício do Recolhimento de São Cristóvão, procura-se valorizar as preexistências e examinar a origem das habitações, a fim de entender os desenhos arquitetónicos e intervir de maneira que não se abandone a essência do construído, visto que o projeto evidencía a origem histórica do imóvel retomando à primitiva divisão cadastral.

Julgamos que uma intervenção no edifício poderá conservar o uso habitacional, mas adequado aos padrões funcionais, modernos e contemporâneos, tornando-o compatível com as necessidades e os requisitos da atualidade.

A proposta de reabilitação física do Recolhimento de São Cristóvão é justificada com a possibilidade do imóvel ser destinado a residências de jovens adultos que se encontram a iniciar suas vidas, tanto familiar como profissionalmente. Deste modo não só as habitações são direcionadas a este grupo de pessoas, como também todo o edifício e a sua envolvente.

Desta forma, percebe-se a necessidade de compreender a função habitacional neste grupo e faixa etária, a fim de entender as relações pessoais; culturais; os costumes e os hábitos gerados ao longo do tempo, para se executar uma intervenção mais adaptada e integrada à realidade atual.

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Lisboa tornou-se, em poucos anos em um polo de atração turítica crescente, chegando a ser, em 2018, a segunda cidade europeia com maior crescimento de turismo, segundo Raquel Murgeira (2018). Através de notícias e relatos de estrangeiros, percebe-se que a cidade de Lisboa tem muitos motivos que atraem cada vez mais pessoas, das quais as sete colinas são citadas várias vezes, pelos seus miradouros, por vezes escondidos, pelos becos e ruelas apaixonantes.

A beleza da cidade constituem dos fatores da atratividade, sendo também importante a herança de muitas histórias manifestas através dos prédios e das suas ruas encantadoras. Neste sentido, o presente trabalho compreende uma reflexão sobre a importância do património histórico como elemento cultural, bem como a relevância da prática da reabilitação desses elementos históricos, proporcionando o acesso das populações à cultura e à história.

A proposta de intervenção visa a reabilitação de um edifício, numa destas colinas. Por este motivo, é de extremo cuidado que a intervenção não interfira nos significados do existente, de maneira a não deformar ou diminuir o valor histórico, mas a conservar este património, permitindo assim a convivência entre as realidades arquitetónicas.

Tendo em vista o que foi ponderado anteriormente, a proposta de reabilitação do edifício tem como objetivo manter o seu valor e o uso habitacional, e para isso surgiram algumas interrogações sobre a habitação, tais como:

- Porque é que a minha casa tem que ser igual à do vizinho?
- Será que a Revolução Moderna trouxe desvantagens às construções do século XXI, ao considerar a casa uma máquina?
- Porque não se sentir um mundo diferente em cada andar e em cada apartamento do mesmo edifício?
- Qual a influência da sociedade no espaço doméstico?
- Qual a importância dos costumes da sociedade para uma intervenção habitacional?
- A área profissional dos habitantes afeta na estruturação do edifício?

As questões provocam a problematização da habitação urbana e das tipologias do espaço doméstico, trazendo como proposta uma intervenção que fuja do padrão arquitetónico dos edifícios habitacionais correntes.

1.2. METODOLOGIA

Para a elaboração e desenvolvimento do Trabalho Final de Mestrado, adotaram-se quatro fases:

Na primeira fase realiza-se uma abordagem teórica-reflexiva sobre o tema da memória e a história e suas influências para a arquitetura. Será discorrido também a importância do património histórico e o seu papel na cidade. Para estas definições teóricas e subsequentes foi realizado um processo de recolha e análise de referências bibliográficas (livros, estudos, projetos de mestrado, apontamentos, artigos...) e participação em aulas referentes a estes temas;

Numa segunda fase, realizou-se o trabalho de campo, como visitas ao local da intervenção para perceber as principais potencialidades e problemas do edifício. Executaram-se os levantamentos necessários (medições, fotografias e análise pessoal) e

ainda foram realizadas entrevistas aos responsáveis pelo edifício, assim como aos poucos residentes que ainda moram no edifício e aos residentes locais daquele bairro, para obter uma conceção mais real e captar as ideias para uma intervenção mais atual de acordo com as necessidades da população. Contudo, o trabalho apoiou-se também na investigação através de pesquisas históricas, documentos, memórias, fotografias, mapas, vídeos, análises de desenhos e plantas arquitetónicas, a fim de ajudar posteriormente no desenvolvimento projetual;

Na terceira fase do trabalho, realizou-se uma seleção e análise de casos de referência nacionais e internacionais, assim como a recolha de desenhos, projetos e programas, como estratégia de abordagem ao projeto em estudo. Tentou-se perceber como foram realizados e compreender os seus resultados, sendo positivos ou negativos. Assim, foi possível chegar a um ponto de referência e de partida que responderá aos questionamentos citados anteriormente, a fim de ajudar na configuração da solução final e contextualizar o tema lançado à realidade da área de estudo escolhido;

Finalmente, apresenta-se a caracterização do tema proposto, através da interligação da parte teórica com a proposta projetual, onde as pesquisas teóricas e trabalho de campo apresentados anteriormente serviram de fundamento à proposta de projeto. Nesta etapa elaborarou-se hipóteses de soluções de projeto mais adequadas para reabilitação do preexistente, apresentando através de desenhos mais técnicos, perspetivas em 3D e maquetes à escala, que facilitarão o entendimento das propostas.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral da Pesquisa

Este trabalho de projeto final tem como principal objetivo a reabilitação do edifício do antigo Recolhimento de São Cristóvão, no Largo da Achada, em Lisboa, a fim de o devolver à comunidade, porém, com parâmetros mais adequados às inquietações do presente, como proposta de habitação com diversas tipologias e espaços de trabalho compartilhados pelos residentes, com o intuito de resolver problemas gerados atualmente e inovar tendências.

Devido à trajetória arquitetónica que o edifício sofreu, a presente proposta procura também, problematizar a importância das influências das relações familiares e do contexto social, para a projeção da habitação.

1.3.2. Objetivos Específicos da Pesquisa

- Coletar informações sobre o edifício em estudo;
- Caracterizar o património existente;
- Identificar as transições arquitetónicas do edifício;
- Identificar as transições sociais ao longo do tempo de existência do edifício;
- Analisar as necessidades atuais da população local;
- Compreender o habitar;
- Compreender as tipologias arquitetónicas, as suas peculiaridades e as suas relações com as dinâmicas sociais;
- Intervir numa estrutura preexistente, sem descaracterizá-la;
- Conhecer projetos já executados com sucesso sobre este mesmo assunto, para seguir como exemplo;
- Definir uma estratégia de projeto baseada na relação entre o existente e o novo.

1.4. ESTRUTURA

A estrutura do Trabalho Final de Mestrado está composta por duas etapas que se completam entre a parte teórica e a parte prática.

Fragmenta-se em quatro grupos: a introdução; o estado de arte, onde se apresenta todo o conhecimento teórico pertinente para o desenvolvimento do trabalho, que está inserido ao longo de três capítulos; a criação, que explica a parte prática do trabalho de forma a entender a proposta do projeto arquitetónico e a conclusão.

No primeiro capítulo é abordada a apresentação geral do trabalho. Com a introdução; a justificação do tema; os objetivos a serem alcançados e a sua estrutura. Este capítulo é fundamental para se entenderem os seguintes.

O estudo de arte inicia-se a partir do segundo capítulo, “Métodos de preservação”. Onde se abordam três tipos de métodos, o restauro; a conservação e a reabilitação, que tem estratégias diferentes para a intervenção e a recuperação do património, mas ambas

com a mesma finalidade de manter o valor histórico, cultural, económico, artístico e arqueológico de um património, seja ele móvel ou imóvel.

Ainda neste capítulo, será apresentada uma reflexão sobre o habitar, onde se tentam esclarecer alguns conceitos sobre o espaço doméstico. Revelando as tradições que ainda resistem até hoje, através dos significados dos espaços que permanecem na memória humana e como os hábitos e influências afetam na intervenção da habitação.

O capítulo seguinte trata do objeto de estudo, o edifício do antigo Recolhimento de São Cristóvão. É feita uma da descrição física, onde se trata do valor histórico do bairro e do edifício; estudo sobre o estado de conservação do edifício, com as suas patologias; os valores culturais e metodologia de intervenção e os valores de uso (principais vantagens e problemas funcionais).

Posteriormente, no quarto capítulo, desenvolvem-se os casos de referência, que ajudarão na elaboração da proposta do projeto deste edifício. Os casos de referência utilizados como modelo são projetos já realizados sobre o tema de estudo (reabilitação e habitação) que servem de exemplo, como pontos positivos ou negativos para a criação do projeto arquitetónico que se irá desenvolver.

No quinto capítulo é apresentada a proposta de intervenção para o futuro do edifício com uma resposta possível. Nele são descritas e justificadas as decisões projetuais, juntamente com desenhos gráficos que ajudam na compreensão das intervenções realizadas.

Depois da elaboração do projeto, apresentam-se as conclusões de todo o trabalho realizado e por fim, como complemento à pesquisa, destacam-se documentos gráficos imprescindíveis durante a elaboração do projeto.

2. ESTADO DE ARTE

2.1. MÉTODOS DE PRESERVAÇÃO

2.1.1. Restauro

Dentro do contexto histórico, duas grandes doutrinas sobre restauro do património histórico passaram a existir no século XIX: a anti-intervencionista (na Inglaterra); e a intervencionista (típicas dos países europeus continentais). A primeira doutrina é representada principalmente por John Ruskin e William Morris e a segunda por Viollet-Le-Duc. A corrente anti-intervencionista defende que "não se tinha o direito de tocar nos monumentos antigos, que pertenciam, em parte, àqueles que os edificaram e, também, às gerações futuras", para eles o restauro "é impossível e absurdo", pois equivaleria a "ressuscitar um morto", além de romper com a autenticidade da obra. Todavia, não excluindo a possibilidade da sua manutenção. Choay, 2003; Ruskin (1901 Apud OLIVEIRA, 2009).

No entanto, para os intervencionistas, Viollet-le-Duc (apud CUNHA, 2010. p.23), arquiteto francês, afirma que "Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento". Assim, se um edifício não continha todos os elementos necessários para compor um estilo, estes deveriam ser acrescentados no processo de restauro (CHOAY, 2003 apud OLIVEIRA 2009).

Uma outra definição de restauro surgiu no século XX, com Cesare Brandi (2004, apud CUNHA, 2010, p. 23-24), o qual afirma que o restauro consiste no "momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consciência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão para o futuro".

A mais grave heresia do restauro é o chamado restauro de repristinação, aquele que abole o laço de tempo entre o período em que a obra foi concluída e o presente. Para que seja uma operação legítima, o restauro não deve reverter a degradação natural das obras, retirando-lhe os traços decorrentes da passagem do tempo, nem abolir a sua história. A ação de restauro deverá realizar-se de modo pontual, como evento histórico, por ser uma ação humana e se inserir no processo de transmissão da obra de arte no futuro (BRANDI, 1977 apud OLIVEIRA, 2009).

Camillo Boito, com base nas ideias e princípios de Ruskin e Viollet-Le-Duc, parte para um conceito de que o restauro só deveria ser praticado quando todos os outros meios de salvaguarda, como a manutenção, as intervenções impercetíveis, tivessem fracassado (OLIVEIRA, 2009).

Para a definição de restauro, segundo Oliveira, deve-se ter em mente o período em que cada uma foi elaborada e respetivamente o seu contexto histórico e social, a fim de buscar a essência da ideia que se propunha naquele determinado período, para se entender o sentido lógico no contexto atual. Pelo fato do restauro ser um assunto bastante delicado, não se apresenta uma solução mais certa do que a outra, mas sim uma mais prudente.

Em 2008, foi dada uma definição mais recente de restauro, conforme Ghirardello; Spisso (2008): entende-se ser um conjunto de atividades com o intuito de restabelecer o estado original ou próximo deste, um estado que era apresentado anterior aos danos causados pela ação do tempo ou pelas intervenções causadas pelo próprio homem, que descaracterizaram o bem móvel ou imóvel. Assim o restauro visa garantir a permanência de um testemunho físico e real de épocas passadas para gerações futuras.

O funcionamento do restauro se dá através de especialistas, que atuam de forma planeada, dirigida e integrada, com a intenção de valorização de um bem histórico. “O restauro promove e preocupa-se com a valorização dos estilos, da época de uma dada construção, das técnicas construtivas utilizadas e da ambiência do património entre outros importantes itens relativos ao bem histórico” (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 27).

Segundo Barranha, o “restauro destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos” o que “significa devolver a materialidade de um lugar a um estado anterior conhecido, através da remoção de acrescentos ou da remontagem de componentes existentes, sem a introdução de materiais novos” (BARRANHA, 2016, p.88 e 89).

Ainda como conceito importante para a elaboração do restauro, de acordo com a carta de Burra, “o restauro só é apropriado quando existir evidência suficiente de um estado anterior da construção” (ICOMOS, 1979-1999, p. 13). Pois através dos vestígios da construção inicial consegue-se a preservação e ou a reposição integral ou em grande parte da conceção original do edifício, através do processo de reintegração, onde é

aplicada apenas na parte que o bem sofreu deterioração, a fim de permanecer com o mesmo significado e mesma função que era no passado (BARRANHA, 2016, p.90).

2.1.2. Conservação

Pode-se definir, de acordo com Ghirardello; Spisso (2008), que a conservação busca manter os significados das obras ao longo do tempo, visando a manutenção do património, como o reparo das fissuras ou pequenos defeitos que podem surgir, de modo a preservar seu significado cultural, não pretendendo retornar o objeto ao estado original.

Camillo Boito (2009) procurou separar os conceitos de conservação e de restauro, considerando a primeira como a principal e única a se fazer, para a sobrevivência do bem. A conservação do património vem como prioridade e meio de evitar o restauro, apenas admiti-lo quando é indispensável à preservação da memória, (BOITO, 2003, p. 22-25 apud OLIVEIRA, 2009, p.83). Ainda afirma que:

> "1º É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco.
> 2º É necessário que os completamentos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje."

De acordo com a citação, todos os bens patrimoniais requerem um trabalho de esforço e dedicação, a fim de realizar o impossível para conservar e assegurar a sobrevivência dos monumentos da sua velha aparência artística e pitoresca, para Boito, de preferência sem o restauro adicionado.

O processo de conservação possui leis de total cuidado, assim como os processos já mencionados anteriormente, tendo em vista a constituição. As instituições relacionadas devem fiscalizar, com bastante cuidado, para que nada saia do lugar, nem venha a cair. Os próprios proprietários também possuem grande responsabilidade pela conservação dos bens com valor cultural, os quais deverão manter sempre em bom estado.

Desta maneira, percebe-se que a conservação é fundada no respeito pela materialidade, pelos significados que o bem transmite e pelo uso do lugar. Sendo executada de forma cuidadosa e minuciosa, no sentido de realizar todos os concertos necessários, quanto menos possível, a fim de manter a integridade física e a autenticidade do lugar, prolongando o tempo de vida de um património e transmitir os seus valores às

gerações futuras sem alterações dos traços e características originais. (BARRANHA, 2016, p.76).

2.1.3. Reabilitação

Este tipo de intervenção no património, proporciona a modificação do existente para padrões funcionais contemporâneos, tornando o património compatível com as necessidades, com as exigências e com os condicionantes atuais. Podem ainda, em alguns casos, adaptar-se a um novo uso para o património, de acordo com a necessidade (BARRANHA, 2016, p.84 e p.85).

O processo da reabilitação exige uma serie de compatibilizações dos elementos, tais como avaliações aos sistemas construtivos; sistemas estruturais; instalações técnicas; funcionalidade do edifício; avaliação de materiais existentes, dentre outras, que seguem as recomendações e exigências mencionadas nas cartas e convenções internacionais sobre a conservação e preservação do património (ORDEM, p.13).

A reabilitação dispõe de uma sequência de fases a serem consideradas numa intervenção ao património arquitetónico. A primeira fase do processo da reabilitação é a análise e o diagnóstico. Esta primeira etapa obtém os resultados através de levantamentos e estudos, onde será feita toda a análise histórica; a análise do estado de conservação e os danos e degradações que o edifício apresenta. (ORDEM, p.15).

Na segunda fase, de acordo com a Ordem, é a etapa das medidas de consolidação e controle, onde as origens dos problemas das principais patologias são selecionadas de forma clara; as técnicas a serem utilizadas são analisadas e devem ser decididas de forma individual de cada caso; assim, nesta fase os métodos são externados e adotados para os benefícios da intervenção.

Na última fase deste processo, é realizado o controlo da eficácia das intervenções, a fim de assegurar a máxima eficiência possível e diminuir o impacto das alterações, de forma a manter a autenticidade do imóvel (ORDEM, p.15).

O processo de reabilitação tem sido considerado vantajoso a nível económico, comparado com construções novas, construídas pela raiz, pois apresenta redução em custos: custo de demolição; de licenças e taxas; de tráfego urbano; aprovação mais rápida e fácil de projetos; redução das quantidades de novos materiais, dentre outras vantagens citadas por uma empresa de construção (Casa Viva).

2.2. ESTUDO SOBRE O HABITAR

2.2.1. O papel da história, da memória e do património

A história e a memória são elementos indissociáveis e centrais no desenvolvimento das sociedades. Jacques Le Goff (1990, p.366) apresenta o conceito de memória como a propriedade humana capaz de conservar certas informações. Através destas, o ser humano pode "atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas." Deste modo, entende-se que a construção da história se fundamenta na memória humana.

Por conseguinte, os elementos arquitetónicos, além de registos das construções de uma determinada época, podem estabelecer um elo entre as pessoas e as noções de pertencimento, processo e desenvolvimento social. Esses elementos são relevantes para a interpretação da Arquitetura de épocas anteriores e, consequentemente, da cultura de determinada sociedade, desvelando seus costumes, proporções territoriais e formas de organização.

À vista do exposto, considera-se que através do estudo e resgate desses registos, considerados "patrimónios", se cria uma via de preservação de memórias coletivas, de registos culturais e elementos históricos de um povo. Conforme Ghiratdello; Spisso (2008), todos os bens patrimoniais que possuem significado histórico, cultural e sentimental são capazes de contribuir, no presente ou no futuro, para a identidade cultural da sociedade que os produziu.

Fonseca (2009) apresenta a questão da importância desses bens patrimoniais nos seguintes termos:

> No caso dos patrimónios históricos e artísticos nacionais, o valor que permeia o conjunto de bens, independentemente do seu valor histórico, artístico, etnográfico etc., é o valor nacional, ou seja, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação (p.36).

Os patrimónios históricos, portanto, além de funcionarem como registo e prova da construção de uma determinada época, estabelecem um elo dos cidadãos com o sentimento de pertencimento à nação a qual fazem parte. Estes patrimónios servem para a interpretação do que aconteceu nos anos anteriores em relação à arquitetura, e consequentemente em relação à cultura de determinada sociedade, podendo apresentar os

costumes, as proporções territoriais e as primeiras formas de organização de determinado país ou localidade.

Acredita-se assim, que a história e a memória de um lugar ou de um património são elementos de suma importância a se estudar quando se pensa em fazer uma intervenção arquitetónica.

2.2.2. Mudanças, costumes e influências no espaço doméstico

Os patrimónios mencionados anteriormente podem ser registos de edifícios que transmitem histórias e culturas antepassadas que são de grande importância para a representação da arquitetura de um determinado período.

Muitos destes registos têm valores a serem mantidos e conservados, assim como também apresentam características arquitetónicas, que foram alteradas de acordo com a evolução do Homem. Percebe-se assim que as mudanças construtivas estão relacionadas diretamente com o desenvolvimento do ser humano (CABIDO, 2014).

O homem sempre passou por transições ao longo dos séculos, mas o papel da casa manteve-se como uma das suas prioridades. A casa, como registo arquitetónico, representa o abrigo; sobrevivência; a necessidade pragmática de ter um teto para habitar; o lar de um indivíduo ou de uma família; um lugar de conforto; reflete a pessoa que a habita; retrata o íntimo do indivíduo e transmite verdadeiramente a sociedade (NEVES, 1956).

Desta forma, para se compreender a casa, mostra-se necessário compreender primeiro o pensar do indivíduo que a irá habitar, pois, é no interior da casa que se materializam as necessidades dos utilizadores, os costumes e os hábitos de cada um.

> "A habitação não era diferente, diferente era a estrutura social, familiar, religiosa e produtiva." (CABIDO, 2014, p.85)

Nesta citação de Cabido, pode-se perceber que a habitação de antigamente tinha um sentido para a sociedade desse tempo e que atualmente o espaço doméstico também segue o ritmo do grupo social atual, ou seja, ela nunca está desadequada, pois leva-se em consideração a época em que determinada habitação foi construída. Podendo assim valorizar a casa e perceber a estrutura social de forma a se tornar apropriada aos padrões exigidos do momento.

À vista do que foi dito, constata-se que as pessoas não se adaptam à habitação, mas em priori a habitação adapta-se às pessoas. Uma vez que a casa é a expressão do Homem, ele precisa identificar-se com ela, a fim de tornar a sua habitação no documento principal da sua história pessoal.

Desta forma a casa deixa de ser um simples objeto e o habitar passa a ser o elemento primordial de maneira a não ser apenas um espaço temporário e sim um espaço doméstico que conta a história das pessoas, através dos seus hábitos e da forma como se expressam na habitação.

A organização do espaço interior da habitação está relacionada com as relações interpessoais, dentro do núcleo e do convívio familiar e não estimulada pela arquitetura ou pelos arquitetos. Levando em consideração este conceito de Cabido, percebe-se que as pessoas seguiam os costumes da época e consequentemente se refletiam no habitar.

Os costumes de antigamente diferem, alguns mais do que outros, dos de hoje em dia. Por exemplo: o convívio familiar era feito durante as horas das refeições, o que tornava a mesa o elemento mais valorizado da casa, encontrando-se assim grandes áreas de refeições e mesas ao comprido; o que hoje em alguns casos esta cultura se mantém, mas na maioria, as pessoas trabalham e tendem a fazer suas refeições nos locais de serviço, devido a terem poucas horas de almoço e ao final do dia, as pessoas fazem horas extras e saem tarde do trabalho, consequentemente não estão também presentes na hora do jantar. Isto não é regra, mas por vezes acontece na atualidade.

O habitar de antigamente era projetado juntamente com o negócio familiar. O desenho da casa seguia a vivência na época, tendo o piso térreo, como comércio e os pisos elevados como habitação. Esta mentalidade sofreu alterações durante os séculos e hoje seguem universos completamente distintos na maioria dos casos.

O papel do homem e da mulher perante a sociedade e o espaço doméstico também tinha bastante influência. O homem era extremamente respeitado por todos, por ser considerado o cabeça e por levantar o sustento para a família, ao ponto dos filhos não falarem diretamente com ele. Este costume entrou em desuso, devido às mudanças da mulher na sociedade e suas conquistas no mercado de trabalho. As tarefas que antes eram exercidas pela mulher, com o tempo deixaram de o ser. Funções como a gestão da casa, a organização do espaço, as tarefas domésticas e tudo o que cabia à sensibilidade da mulher para com a família.

As mudanças nos papéis familiares afetam as relações dentro da casa. O fato de ambos trabalharem, tanto o homem quanto a mulher, deixou de existir o respeito apenas

pelo homem, e passou a existir também pela mulher, em relação ao sustento do lar. O que afetou na interação familiar, começando assim a estabelecer-se um diálogo entre toda a família além do momento da refeição. Com isto, sentiram a falta de mais um ambiente para o convívio, assim cria-se a sala de estar, que vem ajudar nesta necessidade.

Pode-se perceber que os costumes influenciam altamente na estrutura interna da casa. Ambientes são criados devido ao desenvolvimento familiar e outros ambientes deixam de existir, como no caso das salas de fumo, que antigamente era hábito e costume das pessoas, e hoje o cigarro foi eliminado em sua grande maioria devido à excessiva preocupação que as pessoas têm com a saúde.

Algumas tradições ainda resistem, pela memória dos espaços e seus significados e outras seguem a ideia de um habitar mais atual e contemporâneo, centrando-se sempre em novos conceitos de vida, de acordo com o ritmo que a sociedade vive, pois o Homem tem a capacidade de se adaptar a novos contextos e consequentemente de estar atento às transformações dos estilos de vida, às reinterpretações dos espaços e às simbologias das necessidades (NEVES, 1956, p. 48).

2.2.3. Análise sobre a habitação urbana

À vista do exposto anteriormente, entende-se que "A criação de uma habitação exige uma compreensão plena dos seus significados sociais, pessoais e culturais, bem como da sua funcionalidade. Para além disso, importa não esquecer que existe uma forte interação entre o significado e função." (NEVES, 1956, p.48)

Entende-se que o espaço habitacional é o lugar de proteção, abrigo, refúgio, lugar de conforto e íntimo para o indivíduo que a irá habitar, sendo o centro de toda a vida humana. A habitação neste contexto além de suscitar significados, também pode ter uma função pública e econômica como nas projeções das casas antigas.

O modelo da casa urbana na era medieval, destacava-se por juntar o habitar com o local de trabalho. O desenho da casa apresentava dois pisos, no qual o primeiro, o rés-do-chão, servia como loja ou oficina, que tinha acesso para o arruamento principal da casa e o quarto de casal também; neste mesmo piso, mas com acesso ao pátio externo na área traseira, ficava a zona de serviço: cozinha, despensa, etc.; ainda em alguns casos, se o terreno permitisse, cavavam uma cave ou adega; na área externa dos fundos ainda havia o lugar das hortas; do poço e dos animais e a frente do terreno possuía geralmente 5m de comprimento. O acesso para o primeiro piso se dava através de uma escadaria que se

situava na lateral do corredor longo do r/c; o segundo piso possuía três a quatro compartimentos para o restante da família e por último um sótão, debaixo do telhado de duas águas.

Este modelo definido, era um padrão de uma determinada época e de acordo com o desenvolvimento social, os padrões foram sendo alternados. Com a modernidade e contemporaneidade os conceitos do modelo de arquitetura para a habitação mudaram. Uma das alterações que pode-se mencionar é a separação da habitação do local de trabalho, o que afetou na diminuição da área da habitação. Este processo ocorreu também devido à vida profissional do casal e à sua ausência em casa, o que explica não ter áreas muito grandes, pois tanto o homem como a mulher praticamente só usufruem da casa para dormir e descansar.

Por meio do padrão referenciado anteriormente, percebe-se uma separação entre ambientes, o que não acontece hoje com tanta rigorosidade como antes. Na cultura que a sociedade vive nos dias atuais é percetível como essa individualidade não existe com tanta inflexibilidade, como por exemplo os ambientes são mais amplos e únicos, como o caso dos *lofts* e mezaninos, os quais são sem repartições, apenas com a divisória da casa de banho, como área mais reservada.

Na atualidade, o papel da mulher e do homem são mais envolventes nas tarefas domésticas e isso fez com que mexesse na alteração das plantas arquitetónicas, no ponto de vista da separação da área de lazer com a área de refeição e a área de serviço. Trazendo assim um desenho amplo, em que todas estas áreas estão envolvidas num mesmo ambiente, não sendo padrão, mas sendo uma alternativa para muitos casos onde a mulher pode fazer os afazeres na cozinha, enquanto vigia os filhos que brincam na sala de estar e um outro caso: o marido pode cozinhar e estar com visitas ao mesmo tempo, sem barreiras que dificultem o convívio.

Este tipo de cultura jamais aconteceu em tempos passados, pois hoje as pessoas estão tão envolvidas com o mercado de trabalho, tão engolidas pelo tempo e pela agitação do dia a dia, que ambicionam por tudo o que é mais fácil, rápido e tecnológico. É uma geração prática e busca soluções aos problemas do habitar, sem se prenderem às tradições, como já mencionado anteriormente, não é regra, mas um padrão geral da sociedade atual.

Essa praticidade facilitou os arquitetos, à criação das tipologias habitacionais, ou seja, na elevação de um edifício, basta fazer um piso com os apartamentos tipo e os andares posteriores repetem esta mesma tipologia.

> "Não vivemos momentos da invenção tipológica *per si*, mas manipulações de memórias sintetizadas dessas tipologias. E, são exatamente estas memórias sintetizadas que retribuirão para a arquitectura qualidades tão objectivas como economia, rigor e precisão, porque acima de tudo os arquitectos já não querem perder tempo com grandes invenções dos modelos mas antes com imensa eficiência como produzem espaços poéticos sobre estruturas muito claras do pensamento programático." (NEVES, 1956, p. 18-19)

Nesta citação o autor valoriza a arquitetura feita em série, assim como Le Corbusier durante a revolução da arquitetura moderna, no século XX, com a definição que a habitação é uma "machine à habiter", traduzindo: a habitação é uma "máquina viva". Ele defende a ideia da casa ser pensada como um equipamento, a fim de ser produzida como um automóvel. (NEVES, 1956, p. 31)

Desta forma, depara-se com a contradição entre a eficácia construtiva, relativo às condições económicas e técnicas que tendem para a padronização e a peculiaridade de um lugar, de uma cultura e tradição de um indivíduo. Levando em consideração que o valor da casa não é somente acomodar um corpo, mas é ser um "CONTENTOR DE VIDAS" (NEVES, 1956, p. 31).

Quando se depara num edifício onde as tipologias dos apartamentos são todas iguais, até os móveis e equipamentos com as mesmas funções estão alinhados nos mesmos espaços que as outras habitações, limita-se não somente a intervenção do arquiteto, "mas também a capacidade de escolha dos potenciais habitantes" (NEVES, 1956, p. 13).

Pensando cada vez mais no âmbito do indivíduo, encarece a intervenção, pois os modelos massificados, além de ganharem tempo na correria da vida moderna, são equipamentos programados para multiplicidade das funções (NEVES, 1956, p. 13). No entanto, demonstra também como o arquiteto é limitado na capacidade de atuar sobre o espaço de um edifício. Pois num edifício, ao invés de todos os habitantes se sentirem em casas idênticas, poder-se-iam sentir em mundos totalmente diferentes (CABIDO, 2014, p. 117).

Não tendo respostas afirmativas do certo e do errado, pode-se refletir nas distintas tipologias de habitações num mesmo edifício, promovendo a liberdade do arquiteto para criar o habitar de forma a não seguir um padrão ditado, mas abrir a mente para a sociedade na qual está inserida.

2.3. ESPAÇO DE *CO-WORKING*

É no pensar do indivíduo e nas transições do homem ao longo dos séculos que se mostra pertinente a busca pelos novos costumes, hábidos e necessidades surgidas pela sociedade. Numa determinada época, percebe-se um crescimento no número de trabalhadores aderindo ao *Home Office*, o que proporcionou mais tarde a uma nova tendência nas grandes cidades, os espaços de *co-working*.

Os projetos *co-working* surgem, porque a possibilidade que existe em Home-office de não nos abstermos das tarefas domésticas ou que as pessoas que estão em casa também possam entender dessa verdadeira desassociação, é extremamente difícil.

Deste modo, um espaço de *co-working* é um local de trabalho e de reunião para empreendedores que estejam a desenvolver projetos e ideias que desejam compartilhá-los com outras pessoas. Estes locais são destinados a criar ligações dentro e fora da comunidade de colegas de trabalho, pois a disposição das salas e equipamentos, como todo o modelo de animação instalado, são estudados para incentivar o encontro, a colaboração, a discussão e o trabalho gerado a nível local.

O aparecimento de espaços de *co-working* está associado a duas tendências interligadas, uma designada de "economia criativa" (Florida 2002) e também a digitalização da economia (Moriset, 2013), que conduziram a profundas mudanças na produção e consumo de espaços e lugares dedicados a trabalho criativo.

A ascensão da classe criativa de trabalhadores se materializou após o surgimento de startups em zonas urbanas com os chamados "águias solitárias" – trabalhadores autônomos do conhecimento que buscam lugares para evitar a solidão e maximizar o potencial de interação com outras ideias e negócios. (Moriset, 2013),

Assim, esta nova tendência surge. Ao criar-se espaços de c*o-working* nas áreas compartilhadas de edifícios residênciais, o morador pode exercer sua profissão, sendo liberal ou empresário, apenas descendo de elevador, num espaço especialmente criado com todas as facilidades e o melhor, sem pagar nada extra por ele.

Nestes espaços, as facilidades estruturais são importantes e também a possibilidade de manter uma rotina e ter os objetivos mais claros e sempre em mente. A produtividade aumenta, existe maior eficácia no foco das ações, e a facilidade de receber pessoas para reuniões profissionais, como por exemplo um colaborador ou algum cliente.

O *Net-working* torna-se mais eficaz e mais duradouro, sobretudo porque a possibilidade da utilização dos espaços comuns, como: salas de convívio, decks, salas de

jogos, sala de yoga, cozinhas comunitárias, entre outras, criam relacionamentos entre os utilizadores e vizinhos que levam a desenvolver novos projetos e troca de conhecimentos.

> "Uso o espaço de coworking pelo menos quatro vezes por semana", explica Herbert Lopes, morador do VN Turiassu, nas Perdizes, em São Paulo. "Fico praticamente no horário comercial e é lá que faço reuniões com clientes e colaboradores", explica o jovem de 28 anos, que possui uma empresa de marketing.Herbert conta que é comum que as pessoas se surpreendam ao perceber, no primeiro encontro, que o coworking é integrado ao prédio onde ele vive, como ocorre com a academia ou o salão de festas. "A reação dos clientes é de total surpresa. Eles acham incrível eu poder trabalhar, treinar e usar a piscina no mesmo lugar. A qualidade de vida chama muito a atenção", relata.Para ele, que já fazia home office no apartamento, o espaço é um incentivo a mais para entrar em contato com vizinhos e se inteirar sobre o que acontece em outros mercados. "Tem um pessoal que criou amizade, pois além do coworking treinamos juntos na academia", relata o empresário, que leva apenas o notebook e uma garrafa d'água para o espaço. "Se o dia está estressante levo também um café para aguentar".Além disso, estar num coworking implica em manter a disciplina que muitas vezes o ambiente da casa atrapalha. "Às vezes acordava e já trabalhava de chinelo e bermuda. Agora aqui eu me visto como se estivesse no escritório, com a vantagem de estar em casa em trinta segundos para almoçar. Isso não tem preço", comemora o empresário, que deixou de gastar duas horas de deslocamento diário ao se mudar para o atual edifício."Procurei um lugar que unisse o útil ao agradável, onde eu pudesse trabalhar e morar. E o conceito da Vitacon me deu muito mais liberdade. Hoje eu tenho mais tempo para gastar com meus amigos e família". (SINDICONET. 2019)

Em Lisboa, já existem alguns projectos em desenvolvimento, tais como a Same Same Co-Living, que integra apartamentos, quartos, espaços de convívio para eventos privados e um espaço de *co-work* num só edifício, e o CitiFlat Centro, projetado pelo *atelier* Saraiva+Associados no antigo edifício da Clínica de Todos os Santos. Estes projetos citados, têm também incluidos projetos Co-living que transporta o projeto Co-working para uma amplitude de compartilhamento apenas por períodos pequenos e em participação com outros projetos distribuidos pelo mundo.

3. O RECOLHIMENTO DE SÃO CRISTÓVÃO

Este capítulo é aplicado inteiramente ao edifício do antigo Recolhimento de São Cristóvão. Apresenta a primeira etapa do processo da reabilitação – a análise e o diagnóstico do edifício em estudo. Esta pesquisa oferece bases fundamentais para a fase da criação de uma estratégia projetual consciente e bem desenvolvida.

Durante esta etapa, procede-se a descrição física do edifício arquitetónico; as suas características; o seu entorno; a sua localização; a história e o contexto onde está inserido; o levantamento das estruturas edificadas; as fotografias do local; o estado de conservação; os valores culturais e o valor de uso do edifício.

3.1. DESCRIÇÃO FÍSICA

3.1.1. Localização

O edifício em estudo, o antigo Recolhimento de São Cristóvão é um dos edifícios mais desconhecidos da cidade de Lisboa, de acordo com Simões, 2011. Fica localizado no largo da Achada, mais precisamente no bairro da Mouraria, entre o Martim Moniz e o Castelo de São Jorge.

O bairro no qual o edifício está inserido, é considerado um dos mais tradicionais de Lisboa. O bairro da Mouraria, como o nome já revela, foi a zona da cidade que os mouros passaram a viver após a conquista de Lisboa, por restrição de D. Afonso Henriques, em 1147, no qual permaneceram até serem totalmente expulsos no século XV, de acordo com a Lisbonne Idée.

A Mouraria, devido ao seu percurso histórico, é vista como o bairro mais multicultural da cidade. De acordo com a Lisbonne Idée, o bairro apresenta ao todo 56 nacionalidades distintas, sendo em sua maioria de Bangladesh, China, Índia, Paquistão e Moçambique.

Mesmo com a sua multiculturalidade é considerado um bairro tipicamente lisboeta. As suas ruas, calçadas e becos típicos, revelam a alma de Lisboa e devido a obras de requalificação em 2009, conforme Lisbonne Idée, a Mouraria tornou-se um dos pontos mais interessantes da cidade de Lisboa, a nível turístico e cultural, e ainda apresenta a

vantagem de ser conhecido como o berço do fado em Lisboa, visto que foi onde viveu a primeira fadista conhecida em Portugal, no século XIX.

Desta forma, percebe-se a relevância que o bairro da Mouraria transmite e o valor que o prédio em estudo possui, por estar inserido num bairro histórico da cidade de Lisboa. Devido ao tamanho do bairro, a envolvente do edifício também é de extrema importância para o seu desenvolvimento.

A envolvente do Recolhimento de São Cristóvão revela-se bastante acessível. Localiza-se perto do Rossio, onde permite o acesso a transportes públicos; próximo de elevadores, o que ajuda na subida e descidas das colinas íngremes de Lisboa; perto dos pontos turísticos mais relevantes da cidade, como o terreiro do Paço, a Rua Augusta, o Castelo de São Jorge, a Sé de Lisboa, entre outros pontos muito visitados; próximo do prédio existe também um supermercado, restaurantes, lojas e um largo, o que torna o ambiente do entorno agradável e sossegado.

Figura 1- Mapa de Lisboa com o edifício em estudo destacado em vermelho.

Figura 2 – Mapa da localização.

Figura 3 – Perspectiva da localização.

A figura a cima apresenta um trecho do mapa de Lisboa, onde o edifício em estudo está destacado na cor vermelha e pormenorizado no detalhe ao lado. Fica relativamente perto

do Rio Tejo, como se pode perceber, e nas outras figuras consegue-se ter uma percepção maior através da perspectiva aérea do edifício.

3.1.2. O edifício

Na atualidade o edifício expressa, através das suas linhas arquitetónicas, uma enorme diversidade de estilos, o que revela vários períodos durante a sua construção. O seu desenho apresenta características peculiares que incute ao edifício um maior valor histórico. Ou seja, o edifício transparece claramente a sua evolução arquitetónica, cujos primeiros andares diferem bastante dos seguintes, externa e internamente, dando uma aparência única com características próprias de cada época construída.

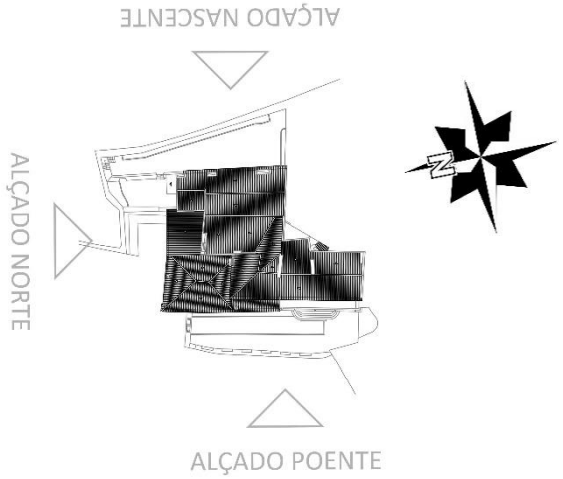


Figura 4 – Planta de localização com alçados identificados e a orientação do norte.

Figura 5 – Planta do 1º pavimento.

Figura 6 – Planta do 2º pavimento.

O primeiro e o segundo pavimento dispõem de um desenho similar entre eles, devido ao seu uso na antiguidade. O primeiro pavimento era utilizado para o comércio, pois na época a fachada principal se deparava diretamente para a rua principal, onde hoje se encontra este pátio interno/ jardim limitado por muros, o qual foi construído posteriormente e o segundo pavimento era aproveitado para a casa residencial, tendo assim ligações entre os pavimentos.

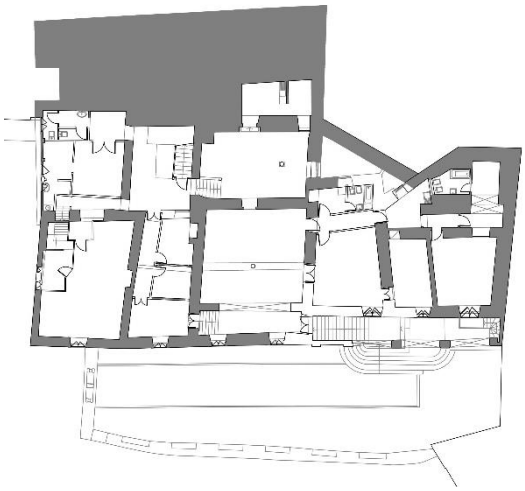


Figura 7 – Planta do 3º pavimento.

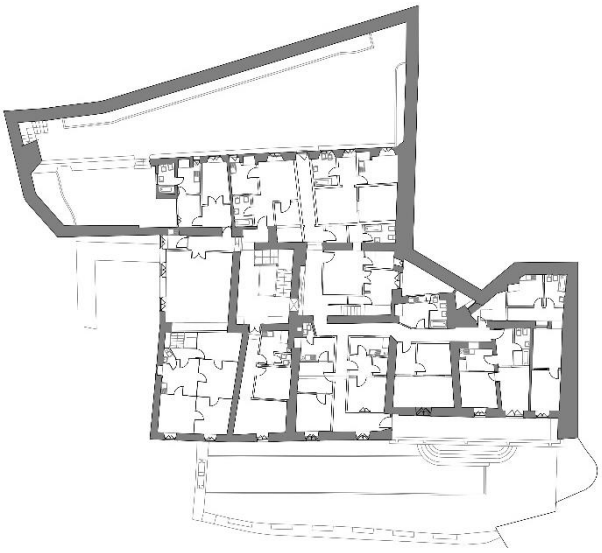


Figura 8 – Planta do 4º pavimento.

A partir do 3º pavimento já se depara com uma grande mudança arquitetónica. Pode-se identificar que o piso 1 e 2 não tem acesso ao 3º piso, pois foi construído posteriormente e com um intuito distinto. A partir daqui já se reconhece uma arquitetura mais palaciana, pois apresenta uma escadaria na fachada de acesso diretamente ao 3º piso, sem ligações aos pisos inferiores e um átrio amplo como primeira vista a quem chega, com uma colunata ao centro.

Identifica-se no 3º pavimento três grandes áreas de circulação para os demais pisos: duas com colunas e uma com escadarias que dão acesso aos pavimentos superiores. Ainda se identificam aproximadamente seis divisórias, que hoje funcionam como uma escola de música, de acordo com a visita guiada pelo grupo da Santa Casa da Misericórdia.

O piso seguinte, 4º andar, revela-se apenas residencial, com cerca de onze apartamentos. Devido ao desnível do terreno, este piso usufrui de um jardim no lado nascente do edifício. Pode-se perceber este desnível através do alçado norte, que aponta claramente os vários níveis do prédio (figura 10). Ainda apresenta na fachada poente uma varanda com azulejos com vista para o rio Tejo.

O próximo, o 5º piso, também dispõe aproximadamente de onze apartamentos, com áreas relativamente menores. Por último, na planta da figura 8, constata-se o desenho do 6º piso, que acomoda dois ambientes completamente independentes, por evidenciar duas escadas diretamente para cada compartimento, com uma área aproximadamente de 15m^2

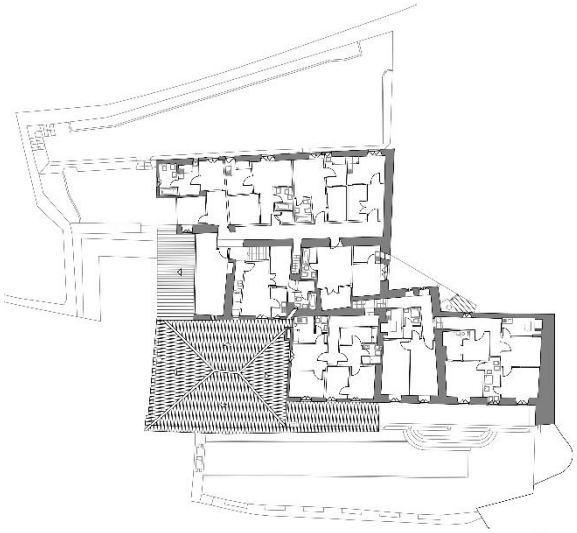


Figura 9 – Planta do 5º pavimento.

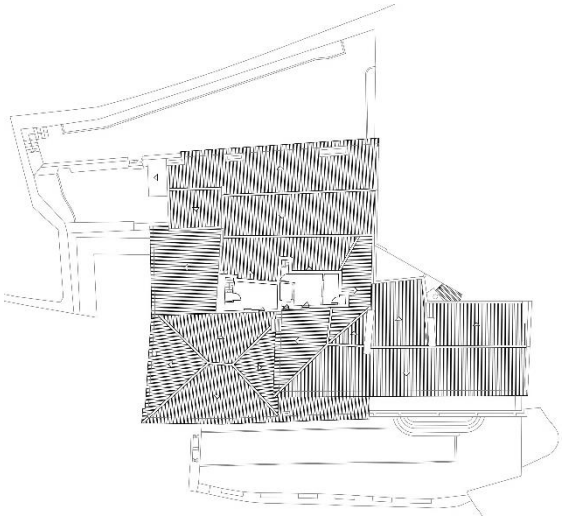


Figura 10 – Planta do 6º pavimento.

Figura 11 – Planta da cobertura.

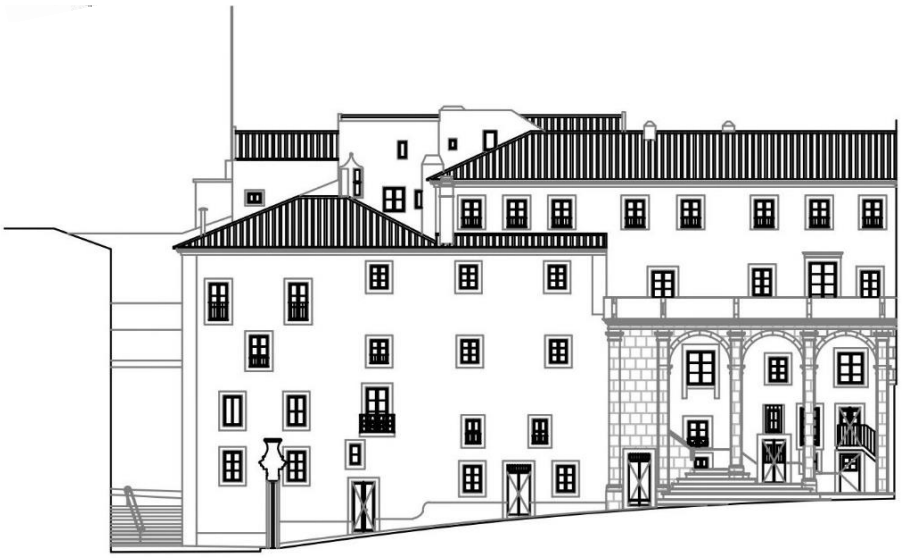


Figura 12 - Desenho da fachada principal - alçado poente.

O edifício demonstra uma forma assimétrica, como se pode ver através do alçado anterior (figura 10), onde as janelas não estão alinhadas umas às outras, correspondendo aos níveis e desníveis internos. A partir do 3º piso é possível encontrar um maior cuidado com este alinhamento, o que comprova a construção posterior destes últimos pisos.

Nos alçados seguintes podem-se reconhecer os desníveis que o prédio apresenta, como já mencionado anteriormente. Percebe-se que um apartamento tem a sua entrada independentemente do restante do prédio, onde a porta principal é virada a norte, ou seja, sem acesso ao pátio interno.

Destaca-se ainda no alçado nascente o piso 4 e 5 (figura 12), que equivale ao rés-do-chão do nível a cima. Assim possibilita a existência de um jardim exterior, dando vida também ao outro lado do edifício. Deste modo, pode-se perceber que as três fachadas se destacam por trazerem bastante iluminação para o interior de ambas as partes do edifício.

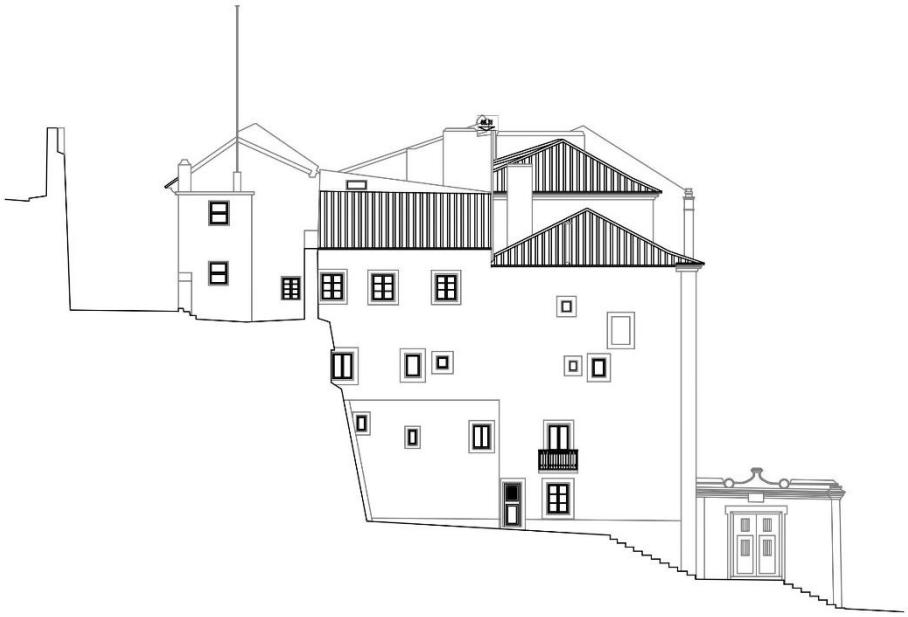


Figura 13 – Desenho do alçado norte.

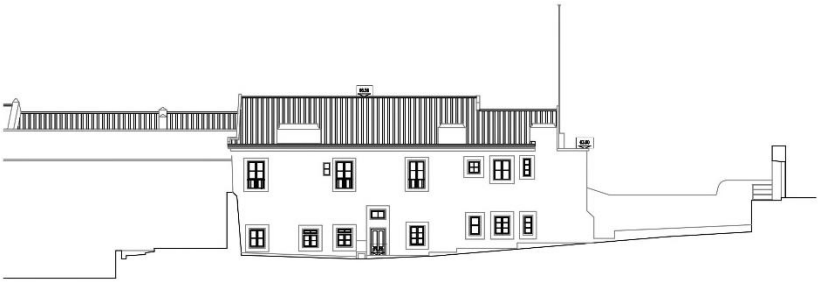


Figura 14 – Desenho do alçado nascente.

A seguir destacam-se ainda desenhos de dois cortes para um melhor discernimento do interior do edifício, demonstrando os desníveis e as diferentes alturas do pé direito que se diferem bastante em cada andar, demonstrando assim a desordem arquitetónica através do seu desalinhamento.

Verifica-se também que as escadas centrais, a partir do 3º piso, não são suficientes, pois observa-se nestes cortes a necessidade de escadas secundárias, trazendo confusão e uma sensação de labirinto, de acordo com a primeira impressão, não só da autora, como dos demais alunos que visitaram o local.

Figura 15 – Desenho do corte 5, com a planta a orientar a direção deste.

Figura 16 – Desenho do corte 5, com a planta a orientar a direção deste.

Além das plantas e alçados apresentados anteriormente, também são apresentadas a seguir fotografias para uma maior compreensão do edifício externo e internamente. Estas fotografias foram obtidas numa visita guiada, juntamente com a turma da disciplina de Restauro, Conservação e Reabilitação, ministrada pelo professor Flávio Lopes. As imagens facilitam a perceção do que foi escrito anteriormente e trazem clareza sobre as características arquitetónicas do antigo Recolhimento de São Cristóvão.

Fotos externas:

Figura 17 – Fotografia das escadarias – alçado poente.

Figura 18 – Fotografia da entrada do edifício – alçado poente.

Figura 19 – Fotografia do portão de entrada – fachada poente.

Figura 20 – Fotografia do portão de entrada – fachada poente.

Figura 21 – Fotografia das escadas – alçado poente.

Figura 22 – Fotografia da varanda – fachada principal.

Figura 23 – Fotografia das escadas que tem acesso ao 3º piso.

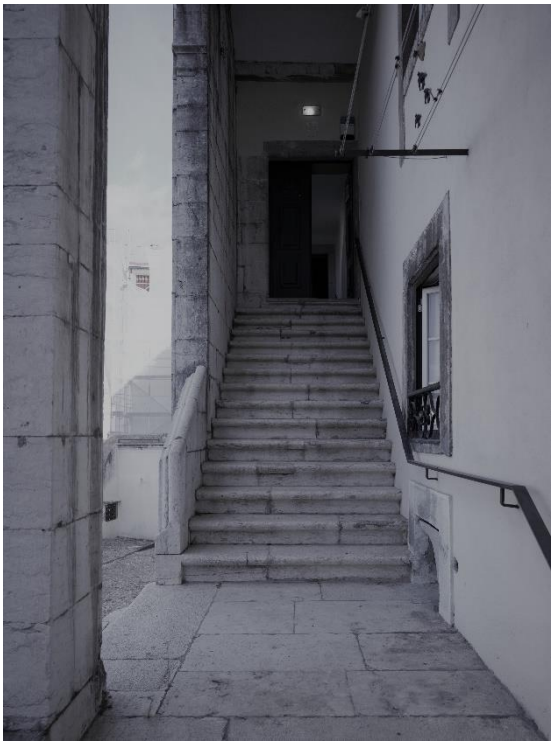


Figura 24 – Fotografia das escadarias.

Figura 25 – Fotografia da fachada nascente.

Figura 26 – Fotografia do jardim no lado nascente.

Figura 27 – Fotografia da fachada norte.

Figura 28 – Fotografia da fachada norte.

Fotografias internas:

Figura 29 – Fotografia interna das escadas principais do edifício.

Figura 30 – Fotografia interna do salão.

Figura 31 – Fotografia interna do átrio principal com a coluna central.

Figura 32 – Fotografia interna de uma cozinha.

Figura 33 – Fotografia interna de um apartamento.

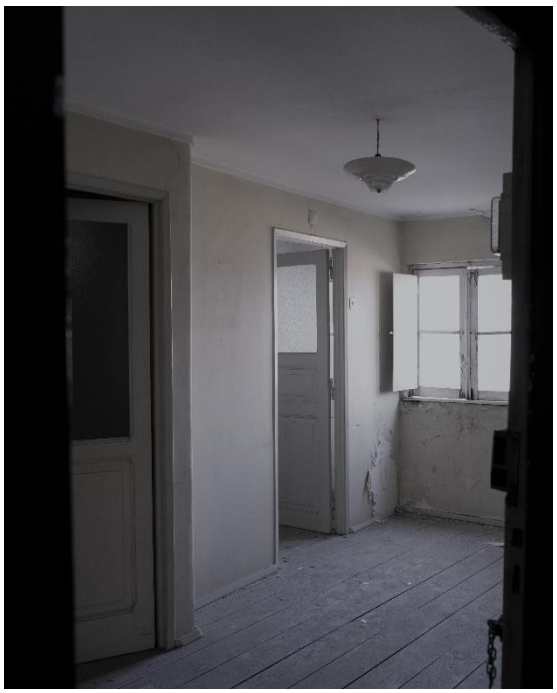


Figura 34 – Fotografia interna de um outro apartamento.

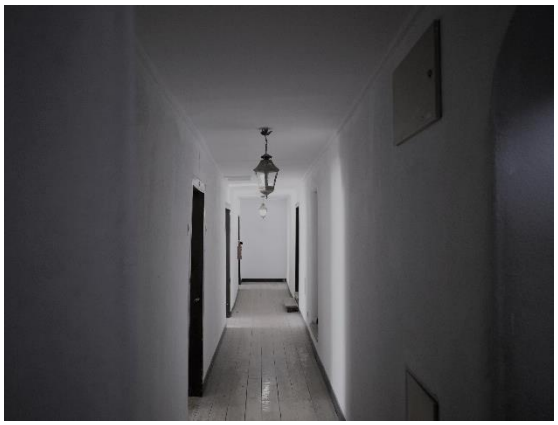


Figura 35 – Fotografia interna – corredor.

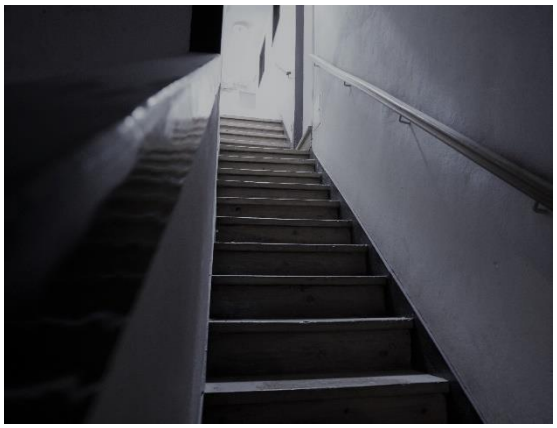


Figura 36 – Fotografia interna – escada.

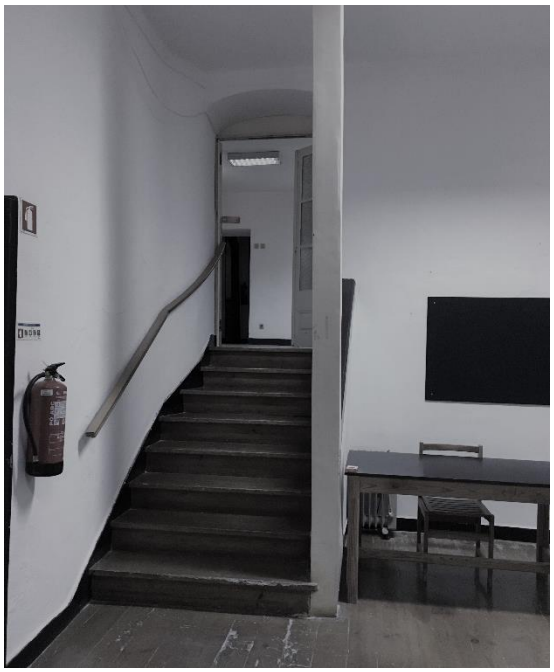


Figura 37 – Fotografia interna – escadas com poucos degraus.

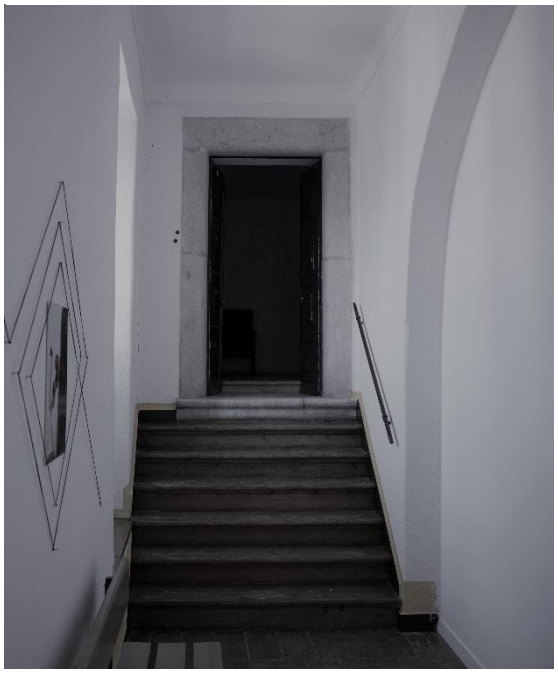


Figura 38 – Fotografia interna – escadas na entrada do 3º piso.

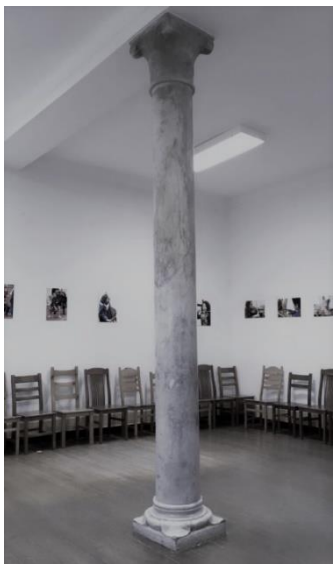


Figura 39, 40 e 41 – Fotografias internas – coluna no átrio e cozinhas de diferentes tipologias.

Através das fotografias internas expostas anteriormente, tornam-se mais perceptíveis, os desnivelamentos que o edifício apresenta. Além das escadas principais, o prédio é repleto de escadarias, que em alguns casos dão acesso a níveis com poucos degraus e também a níveis muito elevados que representam mais de um pavimento, revelando assim um interior com aspeto de labirinto, consequentemente desorganizado e difícil de ser interpretado, como mencionado anteriormente.

A seguir é destacado um apartamento do edifício, que chama muito a atenção pelo seu pé direito reduzido, que fica no 2º piso. De acordo com o professor Flávio Lopes, na época medieval os homens apresentavam uma menor estatura média. Desta forma entende-se a razão deste apartamento possuir apenas 1,75m, o que hoje não é mais acessível (o que torna o apartamento desabitado neste momento), mas na época fazia todo o sentido, pois estes dois primeiros pisos foram construídos ainda nestas datas.

Assim, percebem-se as diversas características da evolução humana, da cultura, da arquitetura, entre outros aspetos, nas diferentes épocas de construção, como já mencionado anteriormente e agora demonstrado na prática essas diferenças dos primeiros dois pisos para os demais andares.

É possível ver claramente que a partir do 3º piso a arquitetura é executada conforme a necessidade daquela determinada época, ou seja, a necessidade no período da construção do 3º andar era a construção de um palácio, onde se consegue constatar, através do corte da figura 39, a diferença para os andares inferiores, principalmente pelo seu pé direito alto e a coluna central, com 3,50m de altura.

Depreende-se assim, que a cultura vem mudando ao longo do tempo e algo que era acessível em tempos passados, hoje são considerados inadequados e até mesmoem desconformidade com os regulamentos da edificação. O antigo Recolhimento de São Cristóvão mantém estas características únicas até os dias atuais, o que a torna conhecido por ser a casa medieval do Largo da Achada.

Figura 42 – Fotografia interna.

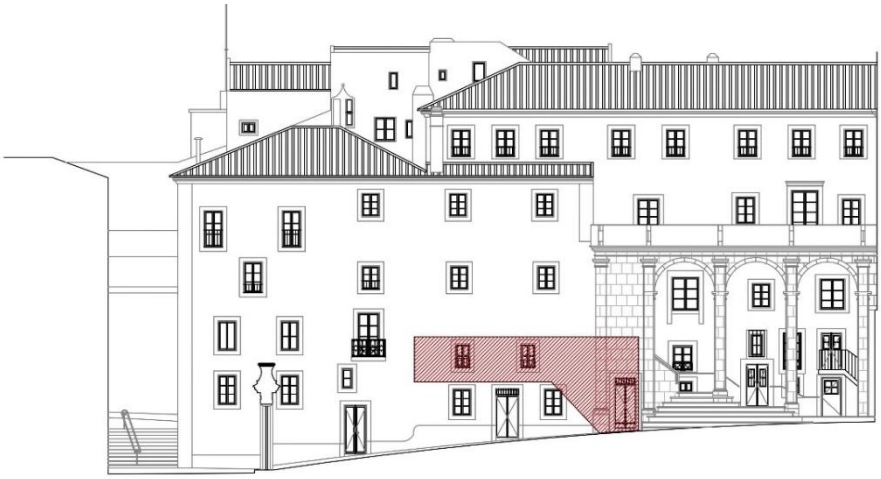


Figura 43 – Alçado com destaque para o apartamento citado anteriormente.

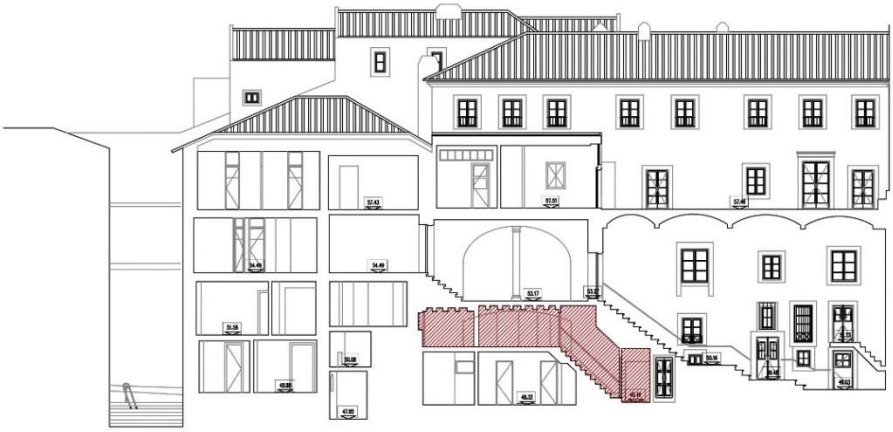


Figura 44 – Corte com destaque para o apartamento citado anteriormente.

Figura 45 – Fotografia das escadarias de acesso ao apartamento.

Figura 46 – Fotografia do apartamento.

Figura 47 – Fotografia da cozinha do apartamento.

3.2. HISTÓRIA

3.2.1. História do Bairro

O edifício em estudo está inserido no bairro da Mouraria e foi construído na época medieval, durante o período islâmico. Acerca das dimensões históricas que envolvem o edifício, pode-se perceber que o núcleo envolvente à igreja de São Cristóvão é um dos mais antigos e importantes da cidade de Lisboa. Em 1147, segundo Simões, 2011, o arrabalde do Alcamim ou a Achada (palavra medieval, que posteriormente foi substituída por São Cristóvão, no século XIV) possuía autonomia urbana em relação à cidade islâmica e era composta por um núcleo compacto de habitações. Sendo uma comunidade ou etnia distinta que necessitava se defender e segundo Manuel Real, o arrabalde do Alcamim foi construído na periferia, fora das muralhas, como bairro onde os cristãos de Lisboa foram transferidos durante a perseguição dos muçulmanos no séc. XI.

Em 1377, a Mouraria era habitada por uma classe baixa de mouros que trabalhavam nos terrenos agrícolas e as casas acabaram por perder grande parte do seu valor e a maioria apresentava-se demolida ou em mau estado de conservação. Porém, ainda possuía paços nobres e o bairro continuava a ter uma boa localização, entre o Castelo e o Arrabalte da Santa Justa, o que atraiu o Bispo de Coimbra para assumir o padroado da Igreja de São Cristóvão. Com a vinda do Bispo, o bairro teve um grande crescimento porque atraiu membros da aristocracia e administração régia, valorizando a zona novamente a nível imobiliário, aproximadamente em 1409.

A classe baixa citada anteriormente, tais como os agrícolas, os pequenos artesãos e os alfaiates, foram saindo do Arrabalde do Alcamim. De acordo com a documentação, foram em busca de melhores condições de vida, abandonando suas casas e partindo para novos destinos. Assim, foram substituídos nas suas residências por uma pequena nobreza, tais como escudeiros, cavaleiros, entre outros com cargos na administração pública.

Esta pequena nobreza, começou a gerir os terrenos e as casas do bairro e não se contentavam com o facto de que cada porta para a rua correspondia a um lote habitacional. Assim, no final do século XV, começam-se a transformar as casas unifamiliares de arquitetura medieval em habitações mais apalaçadas, uniformizando-as exteriormente numa só habitação, diluindo a individualidade dos lotes medievais, mas mantendo as divisões pré-existentes. Por exemplo: três casas individuais foram unidas para uma só habitação. Esta modificação arquitetónica tem bastante importância para se entender a evolução do edifício do Recolhimento de São Cristóvão.

O tipo de construções dos loteamentos era de apenas um pavimento, semelhantes às do Alentejo e do Algarve e que existiram no local até o século XX. Os lotes apresentavam plantas longitudinais em que seguiam a largura da fachada ao longo do seu comprimento em direção às traseiras da casa. As casas possuíam em média entre 14m² e 18m² de área útil, o que hoje seria considerado um tamanho completamente despropositado e incompatível com as diversas normas de conforto e salubridade.

No século XVI este tipo de construção já era considerada pequena e a solução encontrada para aumentar as casas foi o crescimento vertical, construindo um segundo e terceiro piso, tornando-se os chamados sobrados. Mas em alguns casos, a estrutura das casas medievais conseguiram permanecer até à atualidade, sendo possível observar através das paredes interiores de um edifício, principalmente do rés-do-chão, antes de quaisquer alterações e acréscimos.

Estas configurações originais conseguiram se conservar, devido à cultura que a sociedade vivia naquela época, que por razões económicas, os proprietários trocavam entre si os vários lotes, desanexando-os de umas habitações e integrando-os nas outras, evitando assim demolições e reconstruções, respeitando os limites das propriedades.

Esta morfologia urbana perdurou durante bastante tempo e após o terramoto de 1755, esta malha urbana original foi anulada e o bairro São Cristóvão ficou encaixado

entre o Castelo e a Baixa Pombalina, fazendo com que o seu passado medieval fosse em grande parte esquecido, pertencendo hoje, artificialmente à Mouraria.

3.2.2. História do edifício

Segundo Simões, 2011, a sua realidade, à primeira vista, revela-se bastante confusa e sem valor, porém, a partir das constatações históricas, é permitido recuar ao passado e identificar o seu percurso e a sua trajetória ao longo do tempo, transmitindo assim a sua identidade.

Na época medieval, durante século XV, as casas eram unifamiliares, como foi citado anteriormente e observando as plantas do edifício, de acordo com as imagens a seguir, pode-se perceber que a planta preserva ainda a disposição dos lotes da arquitetura medieval. Casas urbanas típicas da época que apresentavam uma realidade mais adequada às famílias medievais, tendo no mesmo local da habitação, o comércio de onde a família ganhava o seu sustento.

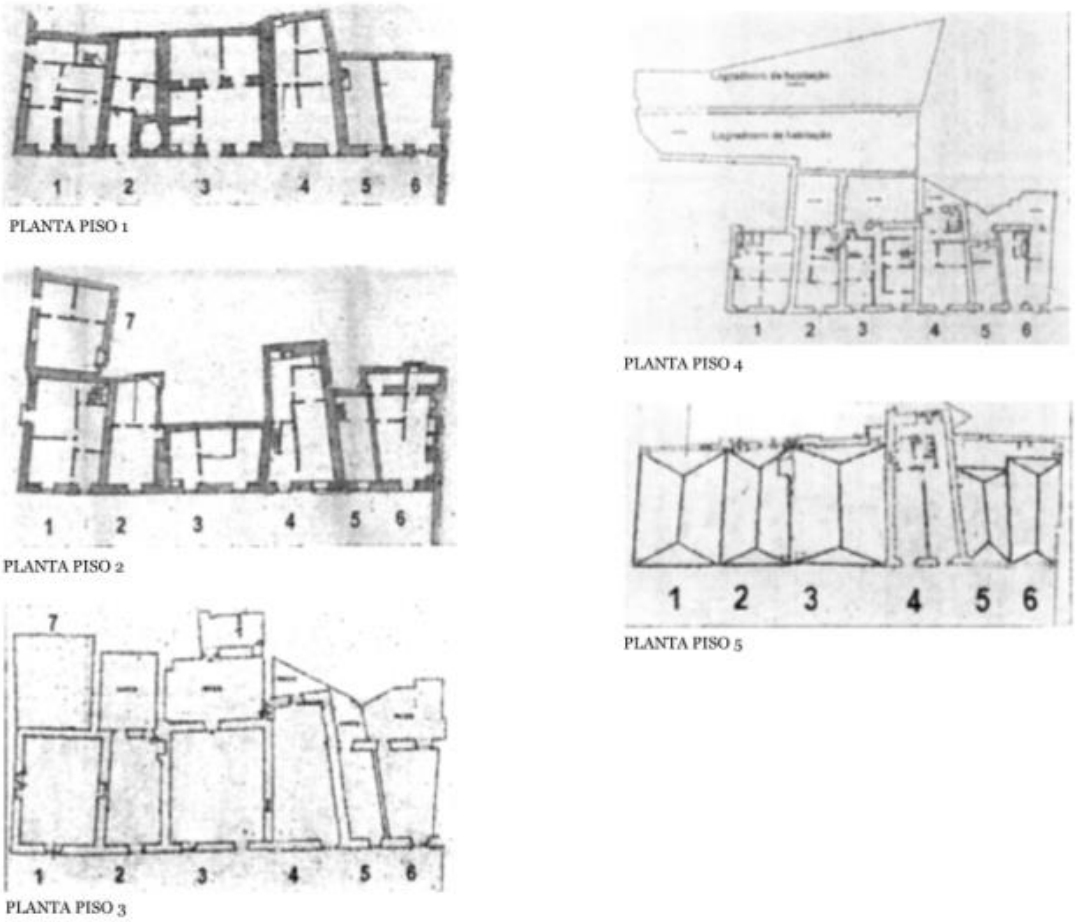


Figura 48 – Plantas antigas do edifício.

Através das plantas anteriores, pode-se verificar a realidade daquela época e a cultura enraizada nos desenhos das suas residências. Ao analisar, depara-se com a existência de seis lotes de casas unifamiliares onde as suas limitações são vistas através das paredes meeiras entre lotes. Segundo Simões, 2011, as paredes mais finas, dentro de cada lote, que se pode observar nas plantas a cima, poderão ser ou não originais.

Durante o século XVI, devido ao volume do conjunto, com quatro e cinco pisos, manifestava alguma unidade, que fazia lembrar um palácio, chamando assim a atenção da nobreza emergente. Desta forma os vários lotes foram convertidos num palácio quinhentista, segundo Simões, 2011, (página 43) pela família Ataíde. Como já mencionado anteriormente, a vinda da nobreza enquadra-se na valorização deste bairro por uma parte da aristocracia ascendente.

Devido à longa data de construção, o edifício passou por algumas mudanças de uso, nas quais em 1598, o prédio deixou de ser um palácio para ser um Recolhimento, com a denominação de Recolhimento das Órfãs Arriscadas, fundado por Diogo Lopes Solis, com o objetivo de proteger e abrigar raparigas negligenciadas pelos pais e/ ou órfãs. Em consequência deste novo uso o edifício passou por mais algumas alterações, tais como um muro para limitar a área do edifício das vias públicas, por segurança das órfãs.

O recolhimento ocupou no palácio, em 1633, as divisões que eram autónomas da parte residencial dos Condes da Atalaia, correspondentes aos pisos 1 e 2 dos primeiros três lotes do atual recolhimento, que normalmente eram arrendados para o comércio. No decorrer destas modificações, foram anulados dos pisos superiores a compartimentação medieval, mas mantendo sempre o volume e a orientação do edifício, com um corpo longitudinal e a sua fachada principal para o poente.

No decorrer dos anos, o recolhimento foi sendo alargado de acordo com a sua necessidade e em 1697 cresceu verticalmente, subindo os pisos dos lotes citados anteriormente. Tendo como fisionomia, uma fachada principal com a largura de cinco janelas e três telhados, correspondentes aos lotes 1, 2 e 3, vista pelo Rossio. Em 1747, o edifício adquiriu mais espaço útil e cresceu na horizontal, adquirindo uma nova fachada principal voltada para o sudoeste, sendo que a antiga fachada voltada para poente perde importância para a distribuir com a nova fachada.

No início do século XIX, uma nova fase de mudança marcou o Recolhimento, onde ocorreu uma nova expansão do edifício para mais dois lotes. No piso térreo passaram

a existir quatro residências, três voltadas para o jardim e uma interior com uma janela voltada para um pequeno pátio interno, com 2 quartos interiores, sala de estar e uma cozinha em ambos os apartamento. No piso superior, agregado ao quinto piso já existente, passaram a existir onze residências. Esta junção de um novo corpo ao palácio, deu ao edifício um aspeto labiríntico que apresenta hoje, como já mencionado antes.

Pode-se perceber assim, que o Recolhimento entre o século XVII e o século XIX teve um grande crescimento da população residente, o que justifica a evolução do edifício e de suas compartimentações nos espaços, buscando preservá-lo com a arquitetura original, o que tornou ao edifício um raro testemunho de arquitetura medieval em Lisboa.

De forma breve pode-se compreender as transformações das seis casas medievais até chegarem ao Recolhimento de São Cristóvão. Atualmente, o Recolhimento é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, desde o dia 8 de Maio de 2014, de acordo com Simões, 2011, com a finalidade de construir um elemento adequado ao entendimento do edifício.

3.2.3. Evolução Arquitetónica do edifício

No decorrer do percurso histórico, percebe-se como o edifício está distribuído. No entanto através da análise das plantas consegue-se ter uma noção maior de como foi o processo de conversão das seis habitações unifamiliares para um palácio nobre. Nos primeiros pisos, como já mencionados anteriormente (piso 1 e 2) os lotes originais conservavam a sua autonomia, sem ligações internas, ou seja, sem vãos abertos entre eles, concluindo que estes lotes eram usados para pequenas lojas ou manufaturas, uma vez que o pátio exterior nesta época ainda não tinha as limitações, sendo diretamente para a via pública.

A escadaria monumental com três arcos foi construída posteriormente para a parte palaciana, o que permitia o acesso ao piso 3 diretamente do pavimento térreo, sem invadir os lotes comerciais. Esta proporcionava aos proprietários uma descida mais teatral, devido à sua beleza e ao seu tamanho, pois foi um elemento arquitetónico desenhado como um pórtico, idêntico a um arco triunfal, com quatro pilastras lisas de capitel dórico entre eles. A escadaria destaca-se no edifício por ser uma peça independente acrescentada sobre o pré-existente, tornando o elemento principal da nova fachada.

A escadaria está caracterizada por ter sido desenhada como um pórtico, com quatro intercolúnias limitadas por pilastras lisas com capitel de ordem dórica. A primeira intercolúnia da esquerda é revestida de parede, onde esconde metade da escadaria que sobe para o terceiro piso e ainda com uma porta de acesso ao primeiro andar, como se pode ver na figura a seguir da fachada e do corte principal do edifício. Na sequência das restantes intercolúnias apresenta um arco entre cada uma delas.

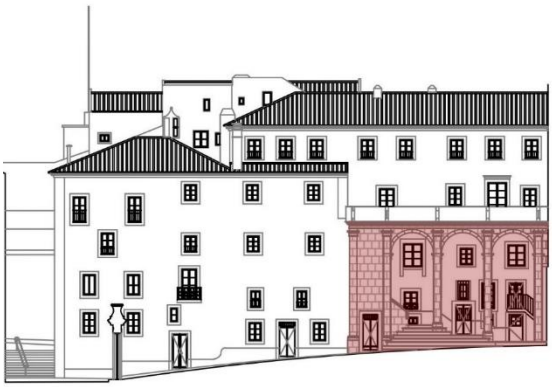


Figura 49 – Alçado principal com arcos e escadaria principal em destaque;

Figura 50 – corte da fachada principal com arcos e escadaria principal em destaque;

Para a construção da escadaria ter sido realizada, foi necessário a demolição das paredes originais das fachadas dos lotes 4, 5 e 6. No interior do edifício, também foi necessário a demolição de paredes para aumentar os espaços, de acordo com a necessidade que as pessoas tinham ao longo do tempo. Na maioria das paredes, foram abertos vãos para os ambientes terem acesso entre si e consequentemente criar casas com áreas maiores, pois nesta fase da construção a grandeza e os espaços amplos eram fortemente ansiados.

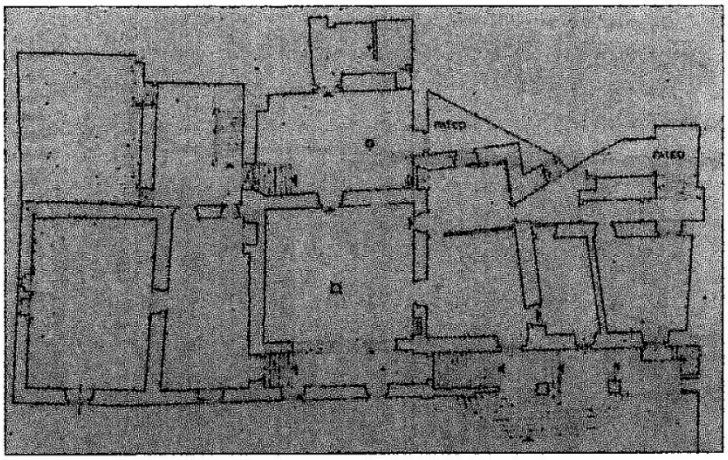


Figura 51 – Planta do 3º piso do palácio;

A escadaria foi construída para que o edificio passasse a ter uma aparência palaciana e daria acesso ao 3º piso, deixando o palácio totalmente separado dos primeiros andares. Ao subir as escadarias, depara-se com um salão com uma coluna de mármore; à sua direita, encontram-se várias divisões, que pelo fato de apresentar uma irregularidade arquitetónica, deveria corresponder à área de serviço do palácio (cozinha, despensa, etc.).

No piso 4, os ambientes não apresentavam portas intercomunicantes, pois as divisórias neste andar dispõem de um acesso mais restrito, como quartos e salas, com um corredor de circulação em comum. O salão central do palácio fica situado sobre a sala da coluna de mármore, entende-se assim que a coluna está inserida nesta posição a fim de suportar o peso do salão que poderia servir para banquetes, festas e qualquer manifestação social. Por fim, o último piso foi construido para os quartos dos criados, que corresponde ao lote 4 das primeiras residências unifamiliares, como se pode verificar na figura 52.

Através destas plantas mais antigas, consegue-se identificar como o edifício era distribuido e a razão de certos elementos arquitetónicos estarem onde estão. Este conhecimento do percurso histórico facilita na valorização do existente e na elaboração de uma nova proposta de intervenção.

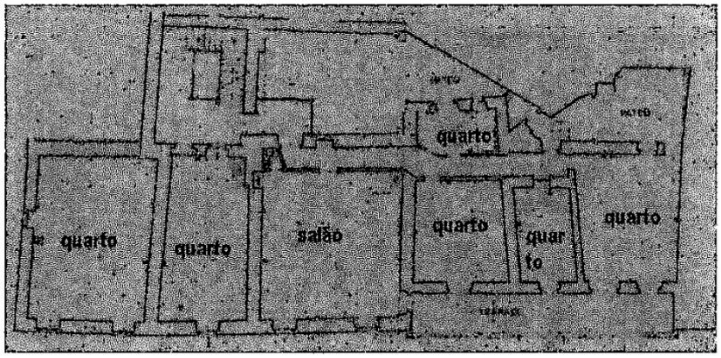


Figura 52 – Planta do 4º piso do palácio;

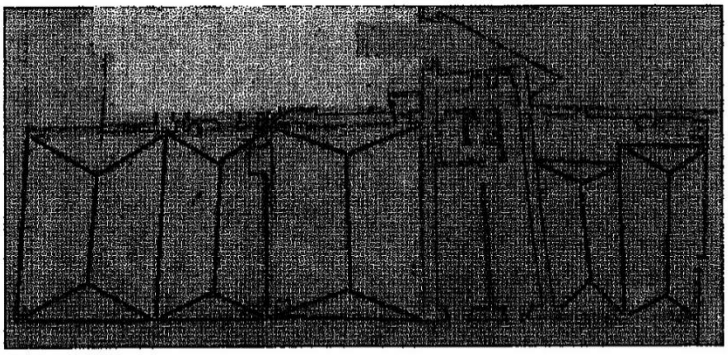


Figura 53 – Planta do 5º piso do palácio;

3.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

3.3.1. Principais patologias

O estado de conservação do edifício apresenta-se razoável. Referente à estrutura geral, identifica-se que as paredes da fachada estão aprumadas; não se verificam infiltrações generalizadas de águas pluviais, apenas se encontram em alguns locais manchas de humidade; não existem danos estruturais generalizados, verificando-se no entanto destacamento ou empolamentos de tintas e/ ou rebocos, fendas e fissuras em alguns pontos. A cobertura também não apresenta danos generalizados, apenas pontuais, com possíveis desprendimento de telhas e desgaste dos barrotes de madeira.

Ainda em destaque para as patologias da fachada, encontram-se áreas com vegetação; sujidade, identificada com uma crosta negra e zonas onde se detectam reparações de intervenções já realizadas. A área interna também apresenta patologias muito parecidas, com destaque para o teto falso que se apresenta muito degradado, o que não afeta na parte estrutural do prédio.

Algumas das intervenções realizadas no interior do edifício ao longo do tempo, acabaram por fragilizar a sua estrutura autoportante, uma vez que inúmeras paredes passaram por alterações a fim de incorporar novas tipologias e transformar pequenas residências em novos espaços habitacionais adequados à época. Nas figuras a seguir, pode-se ter uma noção maior das patologias citadas anteriormente.

Figura 54 e 55 – Sujidade na fachada (crosta negra);

Figura 56 – Patologias na fachada;

Figura 57 e 58 – fissuras não estruturais;

Figura 59 – Vegetação;

Figura 60 – Manchas de humidade;

Figura 61 – Desgaste da pintura;

Patologias internas:

Figura 62 e 63– Manchas de humidade e infiltrações;

Figura 64 – Destacamento;

Figura 65 – Presença de fungos e liquens;

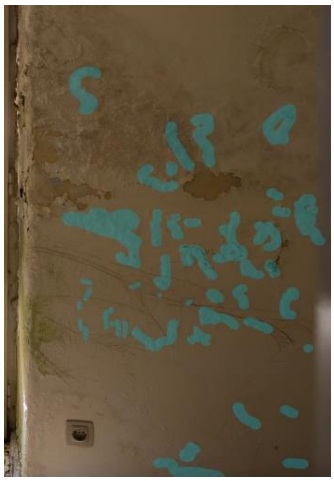


Figura 66 – Empolamento de pintura e reboco;

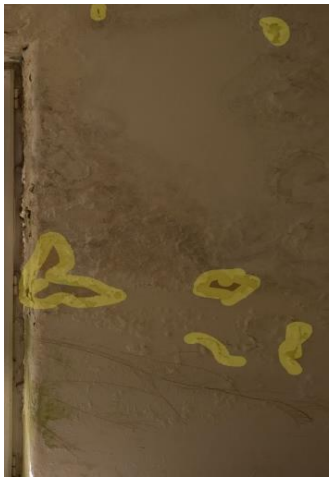


Figura 67 – Destacamento de pintura;

Figura 68 – Presença de fungos e liquens;

Figura 69 – Estado do piso;

Figura 70 –Piso e rodapé;

Figura 71 – Destacamento;

Figura 72 – Teto falso degradado;

Figura 73 – Teto falso degradado;

Através destas fotografias, consegue-se visualizar de forma perceptível a deterioração que o edificio apresenta, devido ao tempo de existência que possui. Ao longo dos anos, os revestimentos entram em processo de danificação e se não tiverem cuidados específicos, o prédio passa a ter problemas de segurança, deixando-o sem utilização, como se encontra em sua maioria hoje. O que torna evidente a relevância de detetar as patologias a fim de realizar estratégias de manutenção e restauração.

3.4. VALORES CULTURAIS

O edifício em estudo apresenta alguns valores culturais que devem ser destacados, com o intuito de permanecerem vivos e conservados por mais anos. Muitos encontram-se danificados. Contudo são elementos de grande importância, que fazem parte da história construtiva do edifício e que devem ser preservados.

Pode-se destacar como elemento de valor a coluna de mármore de Estremoz que está localizada no átrio central, como já mencionado anteriormente, com capitel decorado com desenhos vegetalistas e corpo liso, na data do primeiro quartel do século XVI. Esta coluna é de grande valor, devido ao seu material ser quase precioso e dificilmente utilizado em Lisboa, por conta dos custos e riscos de transporte (SIMÕES, 2011, p. 50).

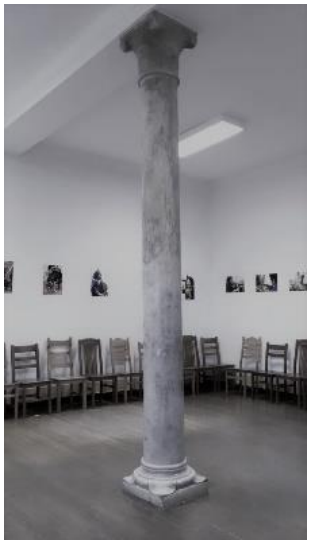


Figura 74 – Coluna;

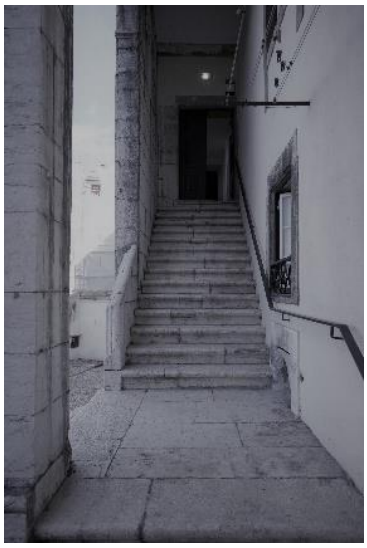


Figura 75 – Escadarias;

Figura 76 – Arcos;

As escadarias de pedra na fachada principal deriva da sala da coluna de mármore, do terceiro piso e também se destaca como um elemento de grande importância para a fachada do edifício. Não se sabe ao certo a sua datação, mas será provável que tenha sido construída quando o prédio mudou de proprietário, no ano de 1556. Ao descer as escadas, inicia-se com catorze degraus de pedra, num só lanço, paralela à parede revestida de pedra, da intercolúnia, como se pode ver na figura 73. Esta parede fechada ao longo das escadarias poderia ter como funcionalidade proteger a identidade das pessoas e tempo do proprietário se preparar, no último instante. Já no final do primeiro lanço, a escadaria é descoberta e depara-se com um patamar que dá acesso ao restante das escadas, um paralelo e outro perpendicular à fachada, que dá diretamente à via pública. (SIMÕES, 2011, p. 52).

As escadarias foram pensadas e desenhadas como um pórtico, idêntico a um arco triunfal, com quatro vãos, nos quais o primeiro se encontra fechado, por parede em pedra e os outros três vãos abertos delimitados por pilastras lisas de capitel dórico com arcos decorativos por cima. Ainda se destaca nos arcos já mencionados, a existência de um friso liso decorado com quatro gárgulas, em cada capitel respetivamente, todos com desenhos distintos, mas ambos a simbolizar mascarões com delineamento vegetalistas. (SIMÕES, 2011, p. 50). Levando em consideração o exposto, percebem-se três elementos que formam um só componente de grande valor para a integridade física do edifício.

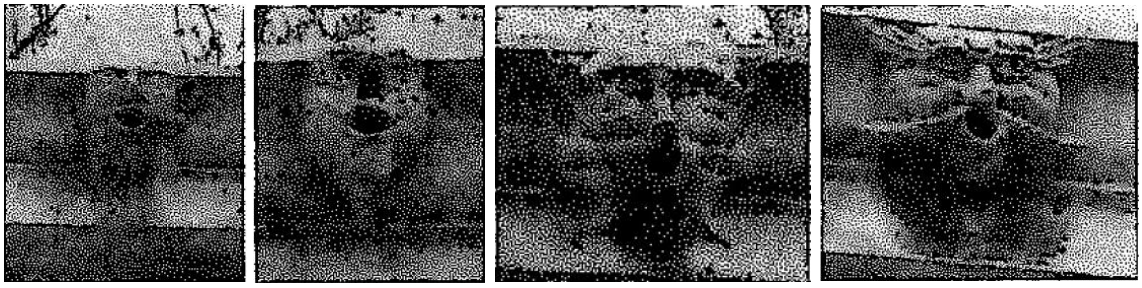


Figura 77 – Gárgulas decorativas;

Ainda no alçado principal, virado a poente, também é destacada a varanda como um elemento de valor, por ser parte da fachada, mas também por ser decorada interiormente com azulejos verdes e brancos, do século XVI (figura 78), não necessariamente seguem esta composição, pois de acordo com Simões, poderá ter sido alterado o padrão da sequência ao longo do tempo. Não só os azuleijos externos, mas também os internos têm valor e devem ser mantidos, não necessáriamente no lugar que estão, mas devem ser preservados e conservados dentro do edifício.

Figura 78 – Varanda com vista para o Tejo;

Figura 79 – Varanda com azuleijos internos;

Figura 80 – Azuleijo externo;

Figura 81 e 82 – Azuleijos internos;

Estes elementos de valor cultural, destacados anteriormente, expressam a autenticidade do edifício e obrigam a qualquer intervenção para prolongar o tempo de vida, sem alterações dos traços e desenhos originais, para transmitir às gerações futuras os valores e a história encontrados.

3.5. VALOR DE USO

O edifício em estudo apresenta algumas vantagens e desvantagens que serão destacadas a fim de manter o uso adequado aos padrões devidos e melhorar os problemas funcionais que o prédio demonstra para um uso compatível com os padrões atuais.

3.5.1. Principais vantagens

A situação urbanística é de grande relevância para o edifício e é considerada uma das principais vantagens, pois está localizado numa colina, que conta com uma vista para o rio Tejo, pelo lado poente (fachada principal do prédio), onde dispõe de uma perspectiva de Lisboa bem abrangente, ou seja, a paisagem que o prédio transmite, tem bastante valor, como qualidade dos espaços exteriores, assim como os espaços verdes que o rodeiam, no caso do largo da Achada, à entrada do condomínio, que torna um ambiente tranquilo e determinate para a qualidade de vida de quem o habita.

O enquadramento do prédio não apresenta qualquer tipo de poluição sonora, pois a sua localização não tende a ter movimento de carros, apesar de dispor de um grande parqueamento público na sua envolvente, que valoriza e favorece a zona, como um fator de grande conforto, tendo assim uma envolvente harmonioza, tanto durante o dia como durante a noite, não incomoda o bem estar de quem habita nesta região.

Ainda na sua envolvente, podem-se encontrar as principais atrações da vivência diária dos habitantes, como comércio, farmácias, centro de saúde, supermercados, jardins, transportes coletivos, entre outros locais que facilitam no cotidiano da sociedade.

Em relação à orientação da ventilação no edificado, apresenta vantagens, pois a direção dos ventos é de norte para sul, favorecendo um dos lados do prédio virados a norte, situado na fachada lateral, onde tem um pequeno jardim e não apresenta nenhum impedimento ou barreiras para a entrada e circulação de ar.

3.5.2. Principais problemas funcionais

Um problema encontrado na construção do edifício é a orientação solar, pois pelo clima que o país apresenta, caracterizado como um clima temperado, a exposição do sol durante todo o ano vem do quadrante sul, sendo confortáveis no inverno, com o benefício do sol em posição baixa e no verão em posição alta, utilizando proteções solares para não

aquecer demasiado a casa, tornando-se assim o melhor lado da habitação. Com isto, percebe-se que o edifício em estudo tem o lado sul unido a um outro prédio, o que não proporciona uma boa insolação. Este problema encontrado, infelizmente não terá como ser reparado, mas poderá servir para evitar nos desenhos das novas tipologias e em futuras construções no terreno (JUMA, 2010, p. 18 e 19).

Um elemento que valoriza bastante o edifício e proporciona grande conforto aos moradores, são os bons acessos. Se o arruamento de acesso à habitação permite uma passagem adequada, tanto para peões quanto para viaturas, ou seja, se tem largura suficiente para ambas as situações é apontado como um destaque positivo para o prédio. Neste caso, os acessos pedonais são bons, mas não os acessos automóveis. Este fator deverá ser tido em conta na escolha de uma função adequada.

No interior do edifício, deteta-se um problema na altura entre o pavimento e o teto, que de acordo com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) determina que o pé direito destinado para habitação, deve ter como altura mínima de 2,40m, mas sendo aconselhável 2,60m para um conforto maior. Apenas nas áreas de arrumos, como despensas e arrecadações é que são permitidos como altura mínima de 2,20m (JUMA, 2010, p. 20).

Devido ao período de construção, o edifício apresenta nas primeiras residências unifamiliares um pé direito muito baixo, fora dos padrões exigidos atualmente, com alturas de 1,68m, nos pisos superiores, por causa da altura reduzida que os homens possuiam durante a primeira etapa de construção, na época medieval.

Em consequência das diversas épocas de construção do edifíicio, o antigo Recolhimento hoje apresenta um aspeto labiríntico. Este aspeto prejudica na circulação, na clareza dos andares e corredores, tornando-o um problema funcional para os moradores.

Estes problemas expostos devem ser tidos em conta numa nova intervenção, a fim de resolver os problemas existentes, julgando ser possível, com pequenas alterações e encontrar soluções viáveis para estas disfunções, com um uso compatível, respeitando os padrões exigidos.

3.6. ENQUADRAMENTO LEGAL

3.6.1. Planta de condicionantes

O antigo Recolhimento de São Cristóvão fica inserido na cidade de Lisboa e apresenta condicionantes legais que devem ser seguidas, uma vez que está abrangido por zona de proteção ao património classificado, nomeadamente no palácio do Marquês de Tancos e da Igreja de São Cristóvão. Assim qualquer intervenção neste edifício carece de prévio parecer da Direção-Geral do património cultural.

Figura 83 – Planta de condicionantes II: Servidões Administrativas e Restrições de Unidade Pública.

3.6.2. Carta Municipal do Património

A estrutura patrimonial municipal de Lisboa, ou a carta Municipal do património, integra os bens culturais imóveis de interesse arquitetónico, histórico, paisagístico, arqueológico e geológico que, pela sua particular relevância, devem ser especialmente tratados e preservados no âmbito dos atos de gestão e planeamento, com vista à respetiva valorização e integração urbana, sendo composta por duas categorias de bens:

a) Os bens culturais imóveis de interesse predominantemente arquitetónico, histórico e paisagístico, que incluem:
   i. Imóveis e conjuntos arquitetónicos;
   ii. Objetos singulares e lojas de referência histórica e/ou artística;
   iii. Património paisagístico.

b) Os bens culturais imóveis de interesse predominantemente arqueológico e geológico, que incluem:
   i. Património arqueológico;

ii. Geomonumentos;

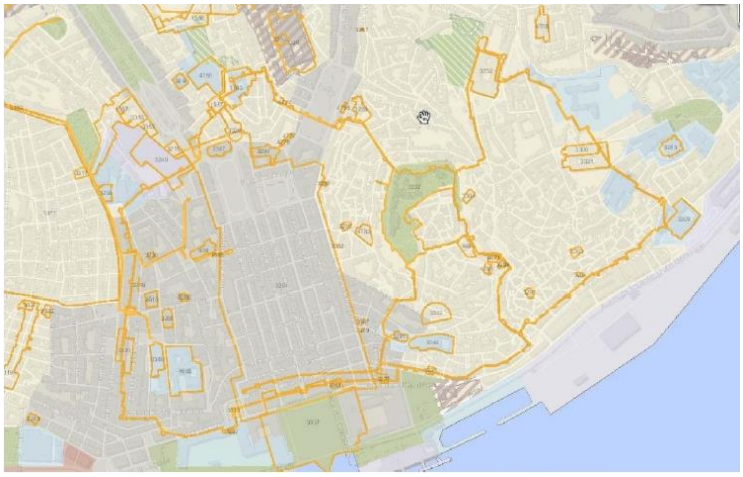
iii. Ocorrências hidrominerais.

De acordo com os principios legais, as intervenções aos bens de estrutura patrimonial devem priveligiar a sua conservação e valorização a fim de assegurar a sua identidade e evitar a destruição, descaracterização ou ainda deterioração por longo prazo.

As obras de construção e qualquer trabalho que altere a topografia, a altura das fachadas, os alinhamentos e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou revestimentos exteriores do edifício, estão sujeitos a um parecer prévio favorável do órgão legalmente competente, efetuando-se as obras de mera alteração no interior dos edifícios, devido à zona de proteção à qual o imóvel pertence, sendo classificado ou em vias de classificação, como dada a circunstância.

A localização em zona de proteção implica que a Câmara Municipal de Lisboa não possa emitir licenças para obras sem prévio parecer favorável da Direcção Geral do Património Cultural, pois nos artigos da lei do Património Cultural. "As zonas de protecção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios (…)".

Todas as operações urbanísticas no que diz respeito aos bens classificados ou em vias de classificação como de interesse municipal e como também aos bens culturais imóveis da estrutura patrimonial, não classificados, nem vias de classificação, estão ambos sujeitos a vitorias e carecem de estudos de caracterização histórica, arquitetónica, construtiva, de valores tarqueológica e decorativa do bem que justifica a adequação das intervenções proposta.



Legenda:

Figura 84 – PDM - Plano de Ordenamento: Qualificação do Espaço Urbano (Imóveis Classificados e Qualidade do Espaço).

Consoante o mapa anterior, relativamente à qualificação do espaço urbano, o prédio em estudo não está classificado, mas está incluido na Carta Municipal do Património com o número 3810. Através deste mapa, consegue-se ter uma percepção mais ampla da sua envolvente, levando em consideração o espaço de Uso Especial e os espaços verdes.

O antigo Recolhimento dispõe assim de alguns princípios a serem cumpridos durante a intervenção.

Figura 85 – Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico.

Princípios orientadores - Artigo 27

1. As intervenções em imóveis da Carta Municipal do Património devem respeitar as suas características e ter presente as possibilidades de fruição pela comunidade, num processo de contínua adaptação.
4. A intervenção em bens da Carta Municipal do Património deve respeitar o critério da autenticidade, no reconhecimento de cada época de construção.
6. A adaptação a novas funcionalidades deverá ter em conta o significado histórico do imóvel ou do conjunto, o estudo estrutural do edificado, a compatibilização de materiais e a utilização de uma linguagem arquitetónica que promova a harmonização com a envolvente.
7. O restauro de elementos patrimoniais deve basear-se no respeito pelas estruturas preexistentes e ter por objetivo a sua conservação a longo prazo.

Obras de conservação, alteração e ampliação - Artigo 28

1. Em bens imóveis da Carta Municipal do Património são admitidas obras de conservação e, ainda, obras de alteração e de ampliação sujeitas a uma das seguintes condições:
   a) Para reposição das características e coerência arquitetónica ou urbanística do imóvel ou do conjunto, justificadas por estudos técnicos adequados baseados em documentos idóneos;
   b) Para adaptação do imóvel ou do conjunto a novo uso ou a novas exigências legais relativas ao uso existente, adequada às características substanciais e valores autênticos do passado do imóvel ou do conjunto;

c) Para melhoria do desempenho estrutural e funcional dos imóveis, sem prejuízo das suas características substanciais e valores autênticos do passado;

d) Para ampliação, quando não seja prejudicada a identidade do edifício e sejam salvaguardados os valores patrimoniais do imóvel ou do conjunto e a ampliação seja admissível nos termos do presente Regulamento.

Usos - Artigo 30

Nos imóveis e conjuntos arquitetónicos da Carta Municipal do Património é admitida a mudança de uso desde que não comprometa a manutenção das respetivas características urbanas e paisagísticas, históricas, construtivas, arquitetónicas e decorativas.

3.6.3. Níveis Arqueológicos

No próximo mapa, mostram-se os níveis arqueológicos da cidade, onde podemos analisar o prédio em estudo, o qual está situado no nível arqueológico II, o que implica que qualquer obra que afete o subsolo, está sujeita a prévios trabalhos arqueológicos.

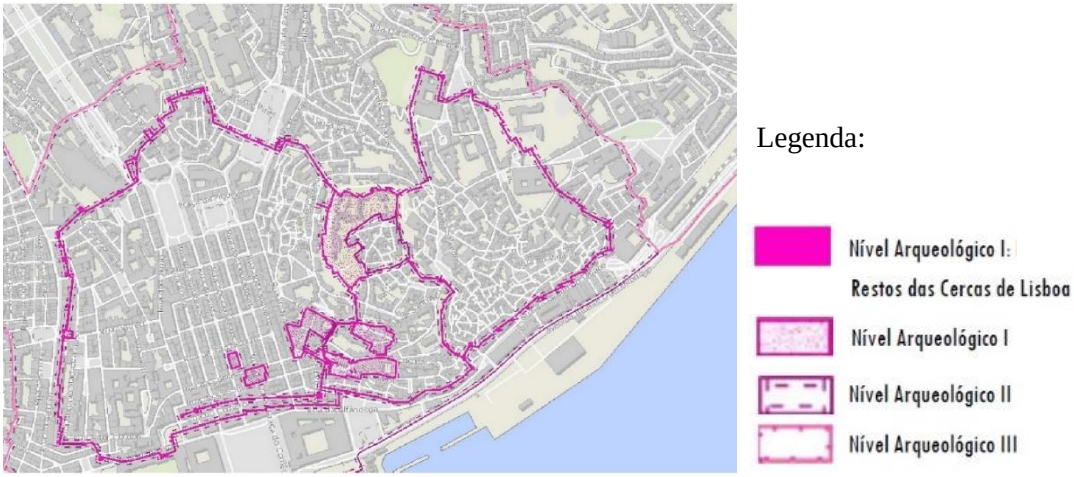


Figura 86 – Planeamento e Reabilitação: Níveis Arqueológicos.

De acordo com o PDM: nas áreas de Nível Arqueológico II, deve privilegiar-se uma metodologia de intervenção arqueológica prévia onde os projetos de operações urbanísticas que impliquem qualquer impacto ao nível do subsolo são acompanhados, obrigatoriamente, de plano de trabalhos aprovado pelo órgão competente da administração central, o qual deve contemplar a avaliação de impactos ao nível do subsolo, descrevendo e fundamentando as acções e medidas a adoptar para assegurar a

identificação, preservação e/ou registo de valores arqueológicos cuja existência seja conhecida ou considerada provável.

Os achados arqueológicos fortuitos são comunicados aos serviços competentes do Ministério da Cultura e da Câmara Municipal ou à autoridade policial, nos termos da lei (Artigo 33/6).

Para além das disposições do presente artigo, os planos de urbanização e de pormenor e as unidades de execução devem contribuir para a salvaguarda do património arqueológico (Artigo 33/7).

3.6.4. Plano Diretor Municipal de Lisboa

Qualquer projeto de reabilitação deve cumprir o disposto no regulamento do Plano Diretor Municipal. Neste caso, devido à sua localização, o edifício em estudo deve também cumprir com o Plano Urbanístico da Mouraria. Levando em consideração que o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria prevalece sobre o Plano Diretor Municipal de Lisboa, relativamente à respetiva área de intervenção, quanto às matérias que ambos regulamentam.

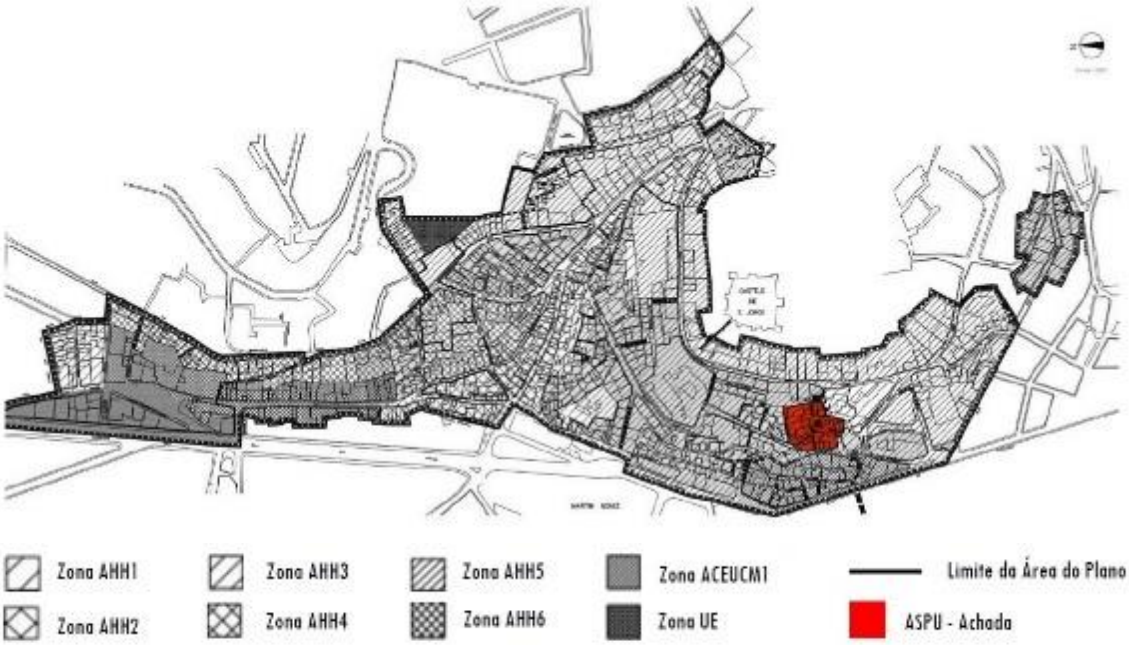


Figura 87 – Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria - Planta de Síntese de Zonamento com Áreas Sujeitas a Projeto Urbano (ASPU).

Princípios Gerais de Intervenção - Artigo 6

As intervenções no tecido edificado devem, para além da recuperação dos próprios imóveis, garantir a preservação dos elementos arquitectónicos e patrimoniais, evitando-se a sua substituição, potenciando e reforçando a imagem singular desta área histórica (Artigo 6/1).

As intervenções em elementos estruturais devem cumprir as especificações legais de segurança em estruturas de edifícios e devem recorrer a soluções de engenharia e arquitectura passíveis de optimizar o comportamento de edifícios face à ocorrência sísmica e minimizar os danos humanos e materiais (Artigo 6/3).

Alterações e aplicações - Artigo 9

São admitidas as seguintes obras de alteração e ampliação, desde que simultaneamente, sejam efectuadas obras de conservação e ou restauro de todo o edifício, seja garantida a sua estabilidade e as condições de segurança de todos os seus elementos, não seja afectada a estabilidade dos edifícios confinantes, sejam mantidos os elementos de valor patrimonial previamente identificados pelo serviço municipal competente e desde que não contendam com o sistema de vistas previsto no PDM: (Artigo 9/1)

a) Aproveitamento do sótão para fins habitacionais ou arrecadações, desde que:

i. Não sejam alteradas as características essenciais e a configuração geral da cobertura, nomeadamente através da alteração da sua forma ou volumetria, da construção de pisos recuados ou de mansardas a menos que o edifício se situe na ZAHH6 e ZACEUCM1;

b) Construção de terraços em parte da cobertura, desde que não visíveis do exterior ou dos ângulos de visão dos pontos dominantes identificados no sistema de vistas do PDM.

c) Construção de caves para estacionamento, para áreas técnicas ou para outros usos conforme disposto nos artigos 25.º a 33.º, sob os edifícios, respectivas ampliações e ou logradouros, desde que, cumulativamente:

iii) Não existam vestígios arqueológicos cuja salvaguarda seja de reconhecido interesse;

iv) No caso da introdução de caves para estacionamento, o edifício se encontre em via de circulação automóvel com largura mínima de 5 metros, seja garantida a integração arquitetónica da entrada do estacionamento sem prejuízo para a imagem do edifício e não seja

possível a dispensa do estacionamento, com qualquer fundamento, nos termos previstos no presente regulamento ou no PDM.

Materiais e acabamentos - Artigo 11

Os elementos da construção só podem ser substituídos em caso de degradação irreversível, devendo as zonas afectadas por perda das características originais dos materiais ser colmatadas com materiais idênticos ou compatíveis, sendo preferível utilizar materiais com composição semelhante a partir de zonas em bom estado, do que substituir integralmente os elementos (Artigo 11/1).

Não são de utilizar soluções construtivas que conduzam a intromissões de materiais não existentes na época de construção do edifício, salvo se forem compatíveis, devendo nos edifícios onde, na origem, foram utilizados ligantes tradicionais com cal, ser aplicada uma argamassa à base de cal (Artigo 11/3).

Na reabilitação de fachadas os rebocos exteriores são retirados integralmente até à alvenaria, devendo o revestimento ser reconstituído com argamassa e estuques compatíveis com a base encontrada, exceptuando-se os casos em que, pelo seu valor ambiental ou patrimonial, devam os revestimentos ser objecto de restauro, utilizando técnicas que permitam a continuidade do efeito das superfícies adjacentes (Artigo 11/4).

Quando da aplicação de rebocos em paramentos devem destacar -se todos os elementos de composição das fachadas, nomeadamente cantarias, cunhais, molduras e lápides (Artigo 11/5).

Materiais reutilizáveis como cantarias, azulejos, telhas e elementos decorativos cerâmicos e de ferro forjado ou fundido são, caso seja necessário removê-los, cuidadosamente retirados e limpos à unidade e, quando necessário e adequado, restaurados, sendo, posteriormente, recolocados na sua primitiva posição relativa, colmatando-se eventuais faltas segundo critérios de rigor que respeitem as características dos ainda existentes (Artigo 11/6).

As guarnições dos vãos devem ser mantidas, quando tal seja necessário para salvaguardar a imagem e as características arquitetónicas dominantes do edifício preexistente e da sua envolvente urbana, devendo ser utilizados, nomeadamente, caixilhos que respeitem as folhas, a bandeira e os pinázios originais, mas podendo ser admitido o recurso a diferentes materiais que contribuam para o desempenho energético do edifício, quando dessa utilização não resultar prejuízo para aquela imagem, o que deve merecer

especial fundamentação quando se trate de portas de entrada dos edifícios e de vãos dos pisos térreos de fracções não habitacionais (Artigo 11/7).

Instalações especiais - Artigo 12º

a) Equipamentos de ar condicionado ou outros saentes em relação ao plano da fachada;

b) Antenas ou outros elementos afins em varandas, beirados, platibandas ou cornijas;

c) Condutas de ventilação ou de exaustão de fumos salientes das fachadas principais.

4. Nas intervenções em fachadas de edifícios existentes devem ser ocultas todas as cablagens aí existentes.

4. CASOS DE REFERÊNCIA

Para concluir a pesquisa teórica, são abordados três projetos de intervenções contemporâneas, ambas realizadas em Portugal, que servirão de base para a nova proposta do edifício em estudo. Ambos os projetos, apresentam intervenções possíveis de reabilitação do tipo patrimonial, ou seja, intervenções que valorizam e preservam o património histórico, mas também utilizam paradigmas atuais da arquitetura para adotar o pré existente à vida atual.

Os três casos apresentados a seguir, são reabilitações para o uso habitacional. O primeiro a ser abordado é o Palácio dos Conde de Murça, localizado no bairro de Santos em Lisboa, que se identifica bastante com o prédio em questão, pois passou por uma transformação de palácio para prédio habitacional.

O segundo, é o Edifício República 37, o qual está localizado numa das principais avenidas de Lisboa, a Avenida da República. Este se destaca por ser composto por dois tipos de arquitetura: clássica, na recuperação do edifício atual e contemporânea, na construção de um edifício anexo.

Ainda é mencionado um terceiro caso de reabilitação de um apartamento na zona da Estrela, em Lisboa que irá ajudar nas tipologias das habitações do edifício em evidência. Onde se destaca a ruptura temporal e formal possibilitando a reconciliação de realidades distintas, adaptando o habitar do presente à habitação do passado.

Desta forma, percebe-se que ambos os projetos são uma referência a nível de adaptação do pré existente para a realidade da vivência nos dias atuais. Produzindo assim para a sociedade um efeito positivo de que é possível preservar o passado de forma a adequar ao presente, com resultados notáveis.

4.1. Palácio dos Condes de Murça

Localização: Lisboa, Portugal.

Arquitecto: Aires Mateus e Frederico Valsassina.

Ano de reabilitação: 2008.

Figura 89 – Fotografia do Palácio antes da intervenção.

Figura 90 – Fotografia do Palácio após a intervenção.

O Palácio dos Condes de Murça foi construído no século XVI, sendo considerado um imóvel quase alegórico da cidade de Lisboa, na qual a sua história se mistura, em parte com a história da própria Freguesia de Santos-o-velho. Este edifício já desempenhou várias funções, desde convento, passando por quartel militar, já foi um hospital, uma fábrica de faianças e como última utilidade o espaço foi dedicado à Escola Fonseca Benavides, cuja utilidade encerrou na década de 1980.

Assim como o Edifício do Recolhimento de São Cristóvão, o Palácio dos Condes de Murça também não está classificado, mas está incluído numa Zona Especial de Proteção. Desta maneira, o Palácio teve de seguir e cumprir todas as condicionantes legais de inserção na cidade, como foi mencionado no capítulo anterior sobre o enquadramento legal, para qualquer ação de intervenção realizada.

Em 2008, o Palácio passou por uma intervenção, realizada pelos arquitetos: Aires Mateus e Frederico Valsassina, no qual foram vencedores do Prémio Nacional de

Reabilitação Urbana de 2015. Com a proposta de reabilitação de um novo complexo habitacional, composto por dois edifícios: o edifício Palácio e o Edifício Jardim.

Figura 91 – Fotografia do Jardim do Palácio antes a intervenção.

Figura 92 – Fotografia do Jardim do Palácio após a intervenção.

Nas fotografias anteriores, mostra o complexo habitacional construído no limite do jardim do Palácio. Para a sua construção foi necessário a demolição dos restantes edifícios presentes em estado de degradação, conforme a figura 91 para assim substitui-los por um edifício com padrões de conforto e qualidade atuais.

Deste modo, a ação de restauro e reabilitação do antigo Palácio investiu em apartamentos novos no Espaço de Logradouro, a fim de encontrar financiamento do proprietário. Assim, o empreendimento é formado por dois edifícios independentes, que se comunicam apenas através de uma circulação horizontal no nível do piso -1, constituindo desta maneira um condomínio fechado destinado à habitação.

> "Uma intervenção, um projecto, deve pôr em evidência os valores encontrados, lendo, selecionando e sublinhando um legado do tempo e da história.
>
> No projecto de recuperação do Palácio Condes de Murça, o contexto é o centro histórico, nobre, da cidade de Lisboa, junto ao rio Tejo, um lugar de continuidades urbanas, densas, pontuadas por edifícios notáveis: Palácios, Conventos e Igrejas. O edifício, monumental, tem a sobriedade da nossa História e na sua continuidade o Projecto assenta.

> A recuperação do Palácio tira partido do valor do "peso" tectónico dos muros, da sua pedra, do seu rigor e da sua escala introduzindo mais um nível temporal, com liberdade, dos valores do nosso tempo.
>
> O edifício novo é entendido como o limite do Jardim um "Muro Habitado", transparente sobre um novo pátio, o Palácio recuperado e a cidade. Um muro que alberga as funções do habitar complementadas em espaços exteriores que os prolongam e potenciam as suas vivências." (MATEUS, 2014, p. conceito)

De acordo com a citação do arquiteto responsável pela reabilitação, o projeto deve pôr em evidência os valores encontrados, pois o valor histórico do edifício é de grande importância para o seu legado ao longo dos anos. Assim, nas imagens a seguir destaca-se um elemento de valor para o edifício que os arquitetos insistiram no seu restauro a fim de mantê-lo na sua nova proposta.

Figura 93 – Fotografia dos arcos antes da intervenção.

Figura 94 – Fotografia dos arcos depois da intervenção.

Desta maneira, o projeto priviligiou a utilização de técnicas pouco intrusivas de reabilitação a fim de manter todos os elementos verticais compatíveis com a tipologia do novo espaço e reforço estrutural do edifíco. Com o intuito de apresentar um bom estado de conservação, como elementos estruturais, sendo reforçados com técnicas pouco intrusivas. Já os pavimentos foram integralmente substituídos por sistemas estruturais atuais e tecnologicamente avançados, a fim de se comprometerem com as novas exigências de conforto e segurança.

Figura 95 – Fotografia entre edifícios.

Figura 96 – Fotografia do edifício novo.

Figura 97 – Fotografia da vista do edifício novo.

Figura 98 – Fotografia do terraço do edifício novo.

O empreendimento inclui 24 apartamentos, com tipologias de T1 a T6 + 1 e áreas de lazer no restante do jardim e no aproveitamento da cobertura do edifício anexo. Assim, o complexo habitacional hoje apresenta-se como um condomínio residencial e bem situado por estar inserido num espaço priveligiado entre o verde dos jardins e a proximidade do rio Tejo, com o encanto dos pormenores antigos e as características contemporâneas, proporcionando um lugar acolhedor em todos os aspectos.

4.2. Edifício República 37

Localização: Lisboa, Portugal.

Arquitecto: Frederico Valsassina.

Ano de reabilitação: Maio de 2017.

Figura 99 – Fotografia das fachadas do edifício: república 37, depois da reabilitação.

O edifício República 37 fica localizado, como o próprio nome revela, na Avenida da República, uma das avenidas de maior prestígio de Lisboa e faz esquina com a Avenida Miguel Bombarda. Foi construído no século XIX, com quase cinco mil metros quadrados, que se destacava na grande avenida devido à sua imponente fachada curva e pelo seu desenho apalaçado.

Segundo Ana Baptista, 2018, ao longo dos anos o edifício sofreu algumas transformações no seu uso. Nos últimos anos passou a ser utilizado para escritórios e escolas, até chegar a um estado degradado, sem mais uso nenhum, como se pode ver nas fotografias a seguir.

Figura 100 e 101 – Fotografia da fachada antes da reabilitação.

Figura 102 – Fotografia interna antes da intervenção.

O edifício passou por uma intervenção, concluída em Maio de 2017, com uma nova proposta de uso, transformando-o em habitação, pelo arquitecto Frederico Valsassina, onde venceu em três categorias do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana: o melhor edifício residencial, melhor intervenção na cidade de Lisboa e melhor intervenção de reabilitação estrutural. Algo que nunca tinha acontecido em seis anos de Prémio.

Figura 103 – Fotografia do edifício antes da intervenção.

Figura 104 – Fotografia do edifício depois da intervenção.

O projeto é composto por dois tipos de arquitetura, o edifício actual de arquitetura clássica e por um edifício novo, construído como anexo ao principal, com arquitetura mais minimalista. O edifício clássico continuará com o estilo arquitetónico tradicional, mantendo a sua beleza histórica, porém com padrões de construção mais modernos e o anexo foi construído no terreno vazio ao lado, como se pode ver na figura acima. Havendo assim uma harmonia e combinação entre o clássico e o contemporâneo.

Figura 105 e 106 – Fotografia do anexo com acesso ao edifício antigo.

A reabilitação deste edifício se destacou devido à sua profunda intervenção. Consistiu em preservar os elementos existentes, tais como os frisos, as sancas, os rodapés da época foram recuperados ou substituídos por novos que imitam na perfeição a forma original, os vãos das janelas, os trabalhos em ferro em algumas janelas, portas e portadas em madeira, os azulejos do chão e existindo apenas a transformação tipológica do piso no interior do edifício, alinhando a imagem do piso de madeira preexistente à contemporaneidade da intervenção (ver fotografia a seguir).

Figura 107 – Fotografia interna do edifício antes da reabilitação.

O arquitecto insistiu na recuperação das fachadas, beneficiando os acabamentos já existentes, mantendo o seu aspecto original. Devido ao estado degradado do edifício, conta Ana Baptista (2018), a sua estrutura precisou ser reforçada e foram introduzidos elementos corta-fogo entre pisos, sem colocar em causa a sua morfologia.

O piso térreo permaneceu intacto e a cobertura foi reconstruída de modo a impedir a entrada de água e continuou com o seu formato de quatro águas originais, preservando assim a herança formal do edifício. A fim de destacar as marquises de ferro, construiu-se através deste partido arquitetónico um novo volume no espaço entre os dois edifícios.

> "É um edifício que tem uma presença grande e que ganhou pela qualidade geral da intervenção. Foi um trabalho exemplar que fizeram no exterior, nos interiores, nas coberturas que, nestes edifícios antigos são muito complexas, e ainda na integração de um edifício novo de desenho contemporâneo", diz ao Expresso o arquiteto João Santa Rita, um dos júris. (Ana Baptista, 2018)

O projecto se destacou, não por manter as suas características originais, mas pelo projecto estrutural, já citado anteriormente, onde foram construídos cinco pisos abaixo do

solo para garagens, sem nenhuma demolição, apenas reforçaram a estrutura antiga do edifício, menciona um dos membros dos juri, de acordo com Ana Baptista, 2018.

Com a reabilitação, o arquitecto reservou o piso térreo para comércio e o restante do edifício para a habitação. Disponibilizando vinte e sete apartamentos com tipologias de T1 a T3, com áreas que variam entre os 105m² e 176m². Segundo o arquitecto João Santa Rita, (Ana Baptista, 2018) já no século XIX o edifício foi construído para um nível social mais elevado, era considerado um dos melhores daquela época e depois desta reabilitação continua sendo considerado como tal. Pois apresenta não só a fachada deslumbrante, como os seus interiores são amplos, de muita qualidade e elegância de materiais, sempre apontando para o seu original, como se pode ver nas fotografias a seguir.

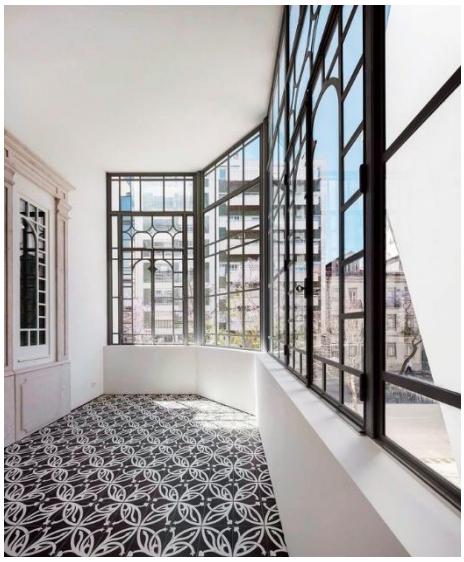


Figura 108 – Fotografia da varanda, depois da reabilitação.

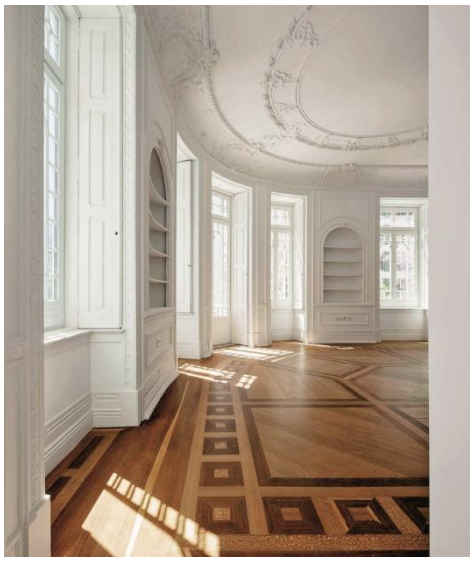


Figura 109 – Fotografia da sala, depois da reabilitação.

Ao analisar as imagens anteriores figura 108 e a 109, pode-se observar e criticar que a sala, depois da intervenção demonstra através do branco uma delicadeza enorme, mas também transmite uma frieza ao ambiente. Na figura 107, antes da intervenção, a cor castanha/ amarelada da madeira do pavimento é continuada pelas acentuações cromáticas das molduras das paredes, das portadas e dos detalhes das decorações do teto. Nas figuras 110 e 111, após a intervenção, percebe-se uma ruptura total entre o pavimento e o restante do ambiente, tornando um “branqueamento” em todos os elementos arquitetónicos do espaço: portadas, tetos e elementos decorativos.

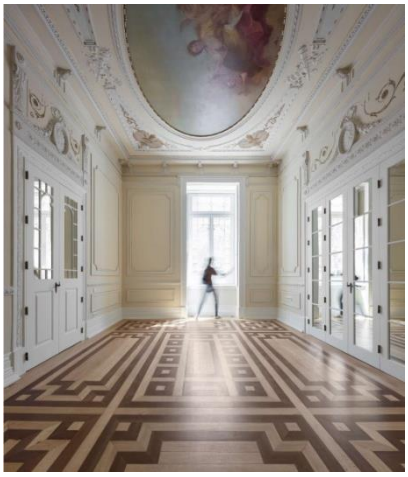


Figura 110 – Fotografia após.

Figura 111 – Fotografia da sala após a intervenção.

Esta crítica citada anteriormente, surgiu devido à reflexão de um ambiente confortável para o habitar e na pretenção da recuperação integral do edifício. Pois o arquiteto pretendeu manter ao máximo a originalidade do mesmo, mas alterou alguns elementos, como a transformação das tipologias dos pisos no seu interior, e o alinhamento da imagem da pré existência à contemporaneidade da intervenção, mesmo que não refletisse o melhor conforto possível.

4.3. Apartamento na Estrela

Localização: Lisboa, Portugal.

Arquitecto: Aurora Arquitetos.

Ano de reabilitação: 2015 – 2016.

A reabilitação a este apartamento tem como base ajudar nas tipologias das habitações e soluções que podem ser tomadas para um melhor conforto. Esta intervenção foi realizada num apartamento localizado no bairro da Estrela e tem como conceito a reflexibilidade no contexto cinematográfico, literário e arquitetónico referente à realidade construída e ficcional que a obra apresenta com evidência.

Desta maneira, a intervenção revela, segundo os arquitetos responsáveis, “a própria lógica da reabilitação, tornando explícita a ruptura temporal e formal, sem deixar de reconhecer que dessa acção nasce a possibilidade de reconciliação de realidades distintas” (AURORA, 2015, p. projetos). Fazendo neste apartamento, essencialmente uma redefinição programática e tornar o espaço adequado aos desejos do futuro

proprietário, uma vez que o apartamento já desfrutava de qualidade arquitetónica e se encontrava em bom estado e pronto para se habitar.

Posto isto, a reconfiguração dos espaços neste apartamento é posta em maior evidência na total inversão da área íntima em área social. A área íntima do apartamento era composta inicialmente por três quartos e com esta intervenção, deu origem a uma única sala de estar e jantar. A área social, composta pela antiga sala e escritório, deu origem a dois quartos e um closet.



Figura 112, 113 e 114 – Fotografias da sala.

Mediante as figuras anteriores, referentes à àrea social, pode-se destacar como um elemento temporal a demolição das paredes e o aproveitamento deste para se transformar em um marco diferernciado do apartamento através do emolduramento do seu negativo, definido por um arco revestido de madeira e latão. Chamando toda a atenção para os vestígios das portas, como vãos de passagens ao longo da sala, apenas com a guarnição e as bandeiras, o que anteriormente eram as divisórias dos três quartos e agora passam a ter uma nova leitura para o espaço.

Desta forma, percebem-se duas abordagens utilizadas para esta reabilitação: a reconfiguração dos ambientes, como citado anteriormente e a reversibilidade, na recuperação das coordenadas e elementos originais, voltando assim, a potencializar as qualidades dos pré-existentes.

São restaurados e mantidos o pavimento de madeira original, os azulejos da cozinha, as guarnições dos vãos e as decorações originais das paredes e tetos. A configuração original do lado sul do apartamento, ao contrário do lado norte, permanece com os mesmos ambientes, composto pela cozinha, zonas de serviço e um quarto.

Figura 115 – Fotografia da cozinha.

Figura 116 – Cozinha.

Os azuleijos que envolvem a cozinha apresentam uma forma de trabalho na sua superfície que difere para as características originais, antes da intervenção, permitindo-lhe uma leitura de continuidade. Esta referência de cozinha tem bastante pertinência para o projeto em estudo, devido aos elementos antigos que se apresentam de igual modo, tal como a área isolada para o fogão, limitada pela coluna e os azulejos.

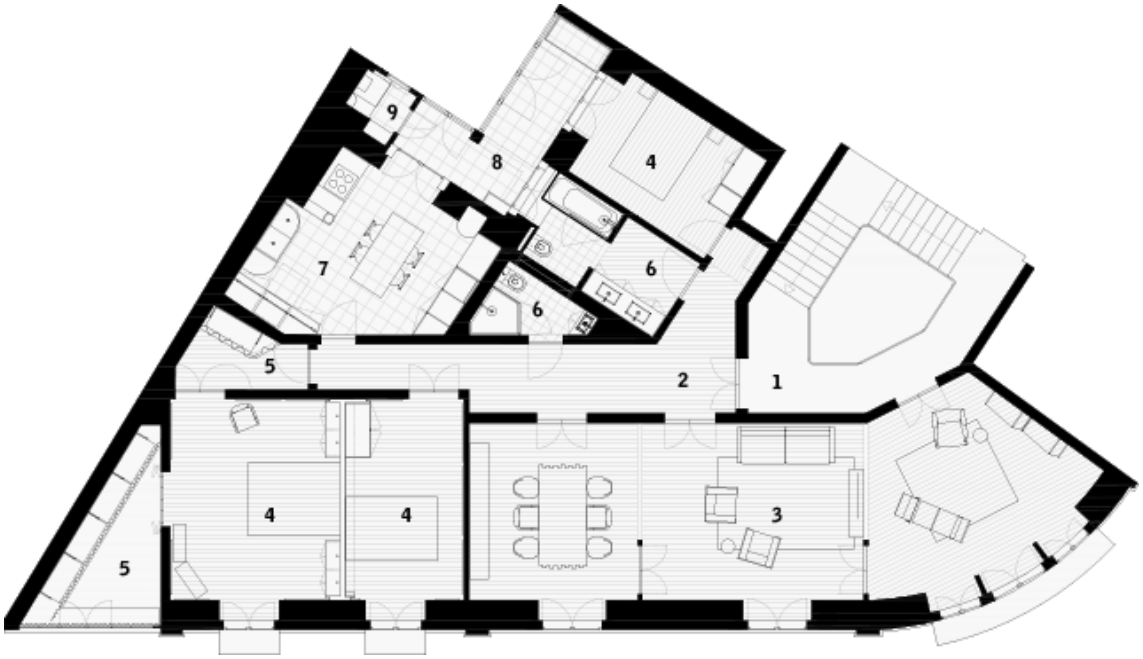


Figura 117 – Planta do apartamento. (1 – escadas; 2 – corredor; 3 – sala; 4 – quarto; 5 – closet; 6 – i.s.; 7 – cozinha; 8 – marquise; 9 – arrumos)

Por meio da planta do apartamento, consegue-se ter uma percepção maior das mudanças realizadas a norte. No ambiente 3, é bastante visível a demolição das duas paredes, que separavam os três quartos e foram transformados em um único ambiente e ainda é conspícuo os arcos que permanecem para a circulação, fingindo ser portas.

Figura 118 – Fotografia do quarto principal.

Figura 119 – Quarto.

Figura 120 – Quarto.

Figura 121 – I.S.

Figura 122 – I.S.

Este apartamento na Estrela é o exemplo de que é possível existir um diálogo permanente entre a pré-existência e os novos elementos, e serve como desafio para o repensar da arquitetura, de forma a transformá-lo em um ambiente mais confortável, hamonioso e de acordo com as funções preestabelecidas dos utilizadores.

5. PROPOSTA

5.1.Intervenção

A proposta do trabalho visa reabilitar o edifício do antigo Recolhimento de São Cristóvão, inserido no antigo bairro de São Cristóvão (atual Mouraria), cuja construção original remonta à época medieval, durante o período islâmico. Pretende-se criar uma intervenção coerente com a identidade e a memória das preexistências.

Figura 123 – Mapa com a identificação do edifício a ser reabilitado em cor de laranja.

Antes de abordar o programa funcional, procedeu-se a uma análise do edifício e do seu contexto histórico e geográfico. Depois de identificada a época de construção inicial e as sucessivas transformações foi possível determinar os elementos a serem preservados (o legado patrimonial) e tomá-los como ponto de partida para a elaboração do programa de intervenção.

Através deste processo de contextualização e devido à complexidade da evolução arquitetónica que o edificio apresenta, o programa tem como objetivo conservar o uso habitacional. Porém, com parâmetros mais adequados às expetativas do presente, com a readaptação e a implantação de espaços no intuito de resolver os problemas existentes, nomeadamente de inabitabilidade de alguns espaços para a função.

O programa adotado inclui áreas compartilhadas de trabalho, *co-working*, e áreas residênciais. A proposta referente ao espaço de *co-working* visa responder a novas necessidades sentidas por profissionais liberais e ainda promove a troca de conhecimentos entre os seus utilizadores.

5.2. Novo programa

À primeira vista, o edifício revela-se bastante confuso. Porém, a partir das referências históricas, é permitido recuar ao passado e identificar o seu percurso e a sua trajetória ao longo do tempo, o que permite esclarecer sobretudo a estrutura arquitetónica.

A construção evidencia a existência de seis antigos lotes de casas unifamiliares com as suas paredes meeiras, usadas como residência e comércio.

Foi durante o século XVI que os vários lotes de dois pisos foram convertidos em quatro e cinco pisos, formando um conjunto em volume com características palacianas.

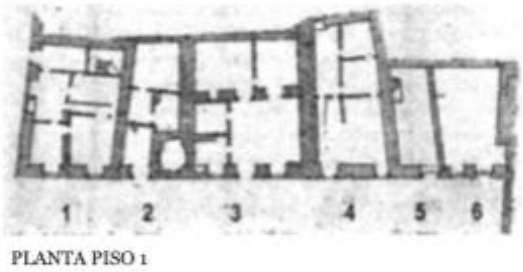


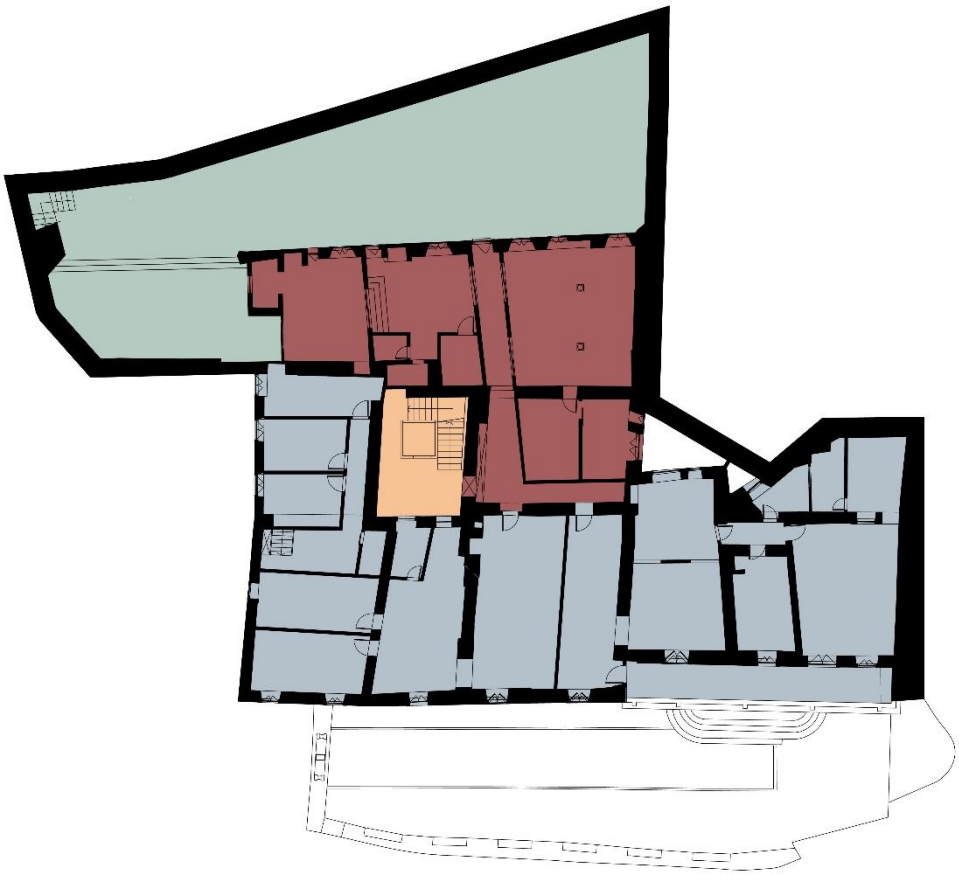
Figura 124– Planta original das residências unifamiliares.

Zoneamento da proposta

Piso 0

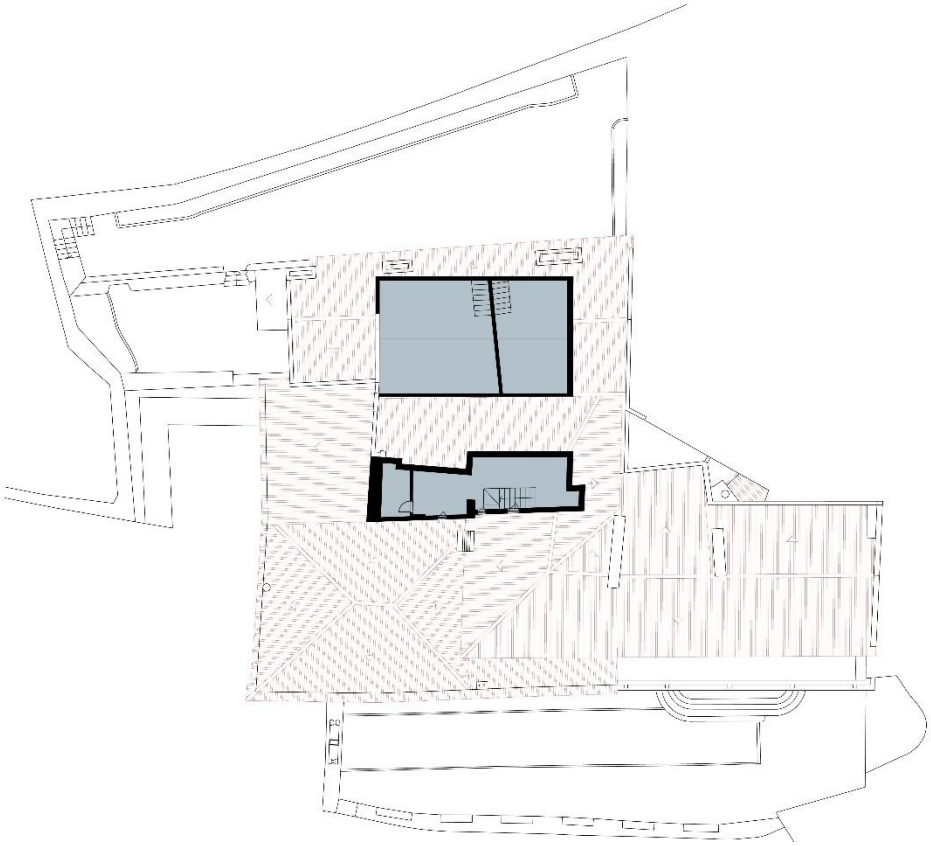
Piso 1

Piso 2



Piso 3

Piso 4



Piso 5

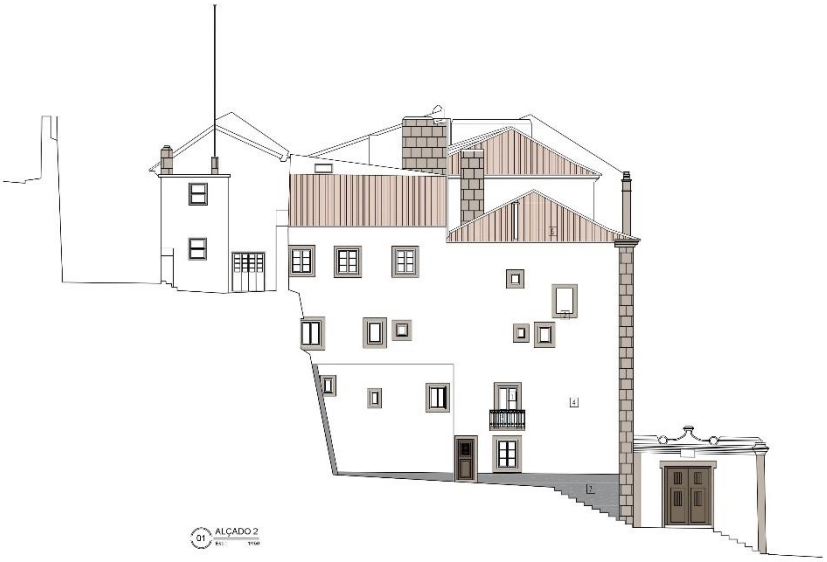
Alçados

A proposta pretende pôr em evidência os valores encontrados no edifício. Para isso a intervenção visa restaurar todas as fachadas, de forma a manter os elementos históricos e destacá-los pela sua valorização.

O restauro na fachada inclui várias intervenções, tais como:

1. Novas caixilharia em madeira maciça pintada à cor branca, com vidro duplo;
2. Cantarias em pedra a recuperar;
3. Guarda em ferro existente a recuperar e pintada à cor original;
4. Parede em alvenaria de pedra rebocada e pintada à cor branca;
5. Pedra das escadarias e colunas existentes a recuperar;
6. Cobertura inclinada revestida a telha cerâmica à cor natural.

01 ALÇADO 1



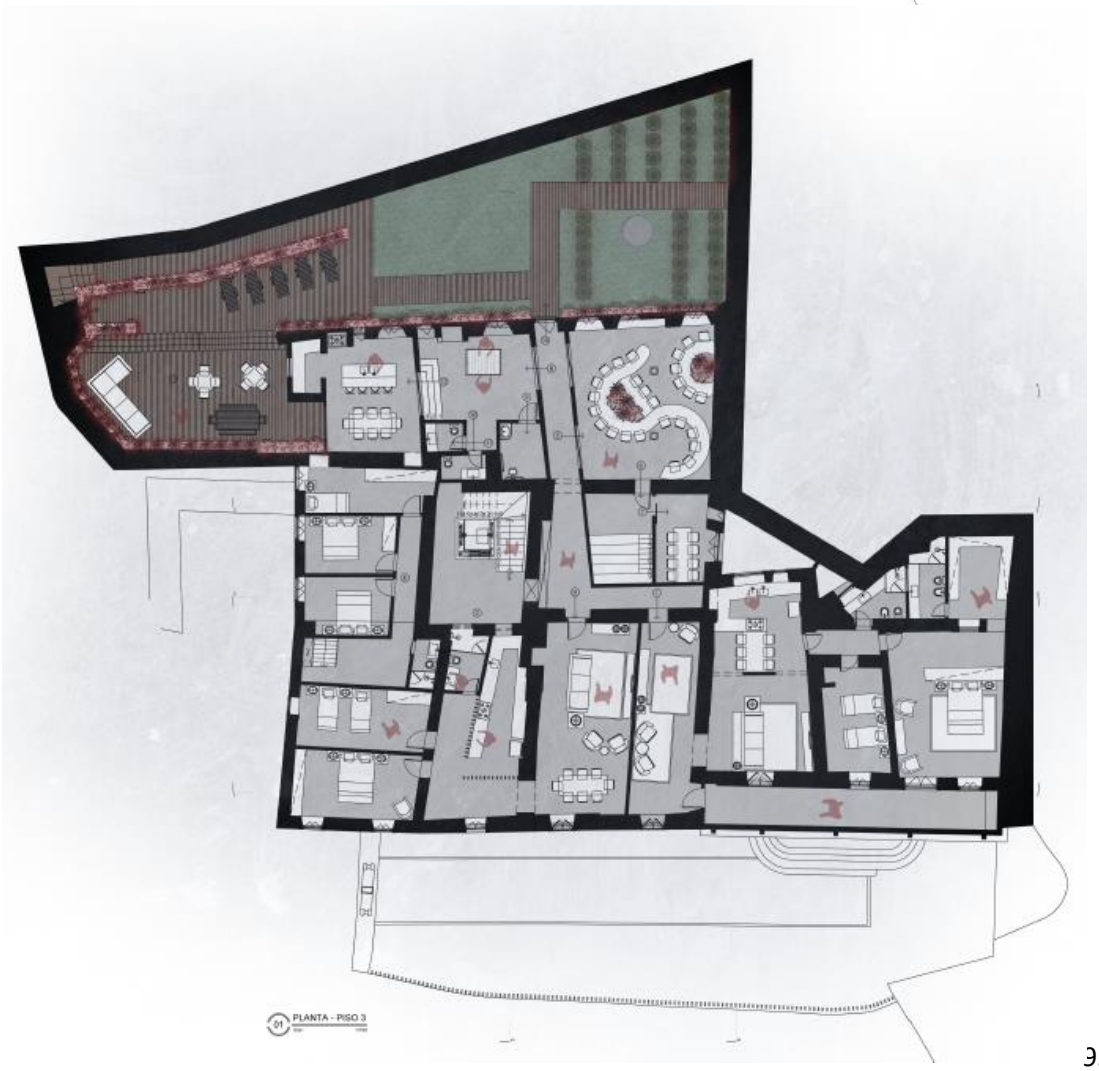
01 ALÇADO 2

01 ALÇADO 3

Figura 125 – Alçados.

Plantas:


01
PLANTA - PISO 2


01
PLANTA - PISO 3


01 PLANTA - PISO 4


01 PLANTA - PISO 5

Entrada Principal

Átrio principal | Recepção | Área de espera e estar | Jardim interior

Para a entrada principal do edifício, foi escolhido o terceiro lote, pois o seu posicionamento e o seu nível facilitam a acessibilidade ao interior do conjunto edificado. Na área da entrada e no interesse de salvaguardar a identidade palaciana do edificio e um certo sentimento de imponência, optou-se por criar um pé direito duplo, eliminando parte da laje do piso superior, cuja altura era extremamente baixa e inabitável.

O átrio de entrada é projetado para que as boas vindas a todos os residentes e suas visitas seja agradável e funcional, contemplando assim uma área de recepção, uma zona de espera e de estar, assim como um jardim interior a fim de tornar o ambiente acolhedor.

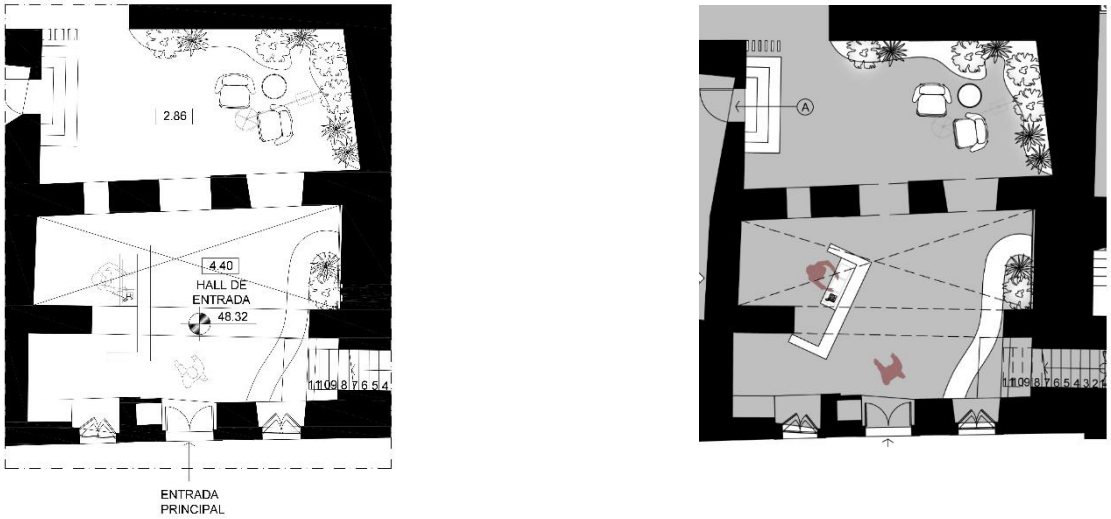


Figura 126 – Planta hall de entrada.

Figura 127 e 128 – Recepção do Hotel Olea como proposta para a entrada principal do edifício.

As imagens anteriores seguem como proposta para a entrada principal do edifício. Onde se destaca o pé direito duplo que traz uma amplitude maior à área do átrio e um vão com um desenho menos regular que dá acesso à área de espera e de estar e aos elevadores e escadas.

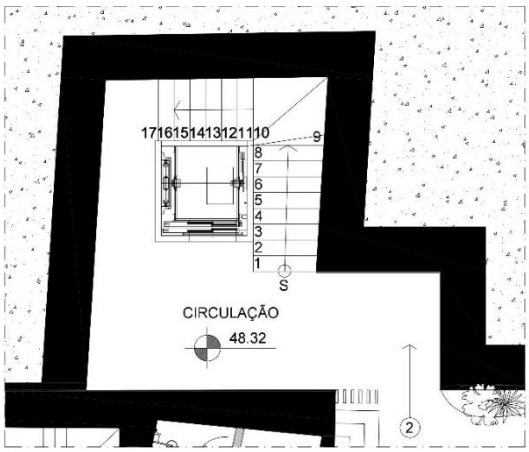
Circulações verticais

Escadas | Elevador

No interesse de utilizar a área da circulação vertical já existente, a partir do segundo andar, optou-se por escavar na mesma localização até ao piso térreo, a fim de criar um só polo de circulações verticais para todos os pisos, facilitando a movimentação das pessoas.

A proposta visa manter e restaurar as escadas existentes dos pisos superiores, citados acima, e na implantação de novas escadas na mesma sequência para o piso térreo e primeiro andar e também foi contemplada uma caixa de elevador na bomba das escadas que permite o acesso a todos os andares.

De referir que do terceiro piso para o quarto, foram demolidas as escadas referentes aos lotes 4, 5 e 6, a fim de eliminar as escadas secundárias e gerar uma só concentração de acessos verticais.



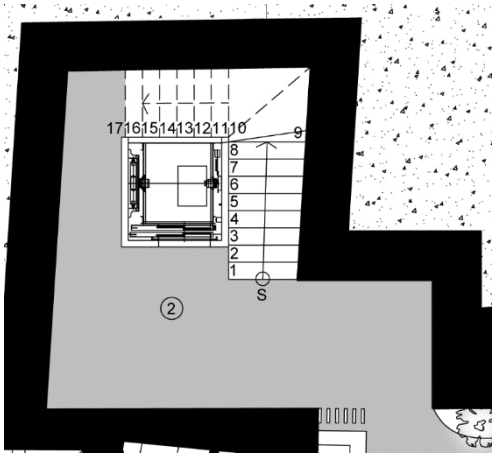


Figura 129 e 130 – Acessos verticais como proposta.

Figura 131 – Acessos verticais como proposta.

Figura 132 – Corte dos acessos verticais como proposta.

Piso -1, 0 e 1

Apartamentos T0, T1 e T3 | Hall principal | Casa do lixo

Hall principal | Casa do lixo

Como já mencionado anteriormente os primeiros pisos dispõem das zonas comuns, entrada principal e os acessos verticais. No piso -1, em virtude da sua exposição ao exterior e devido ao seu isolamento, optou-se em criar uma área de recolha de lixo.

Apartamentos

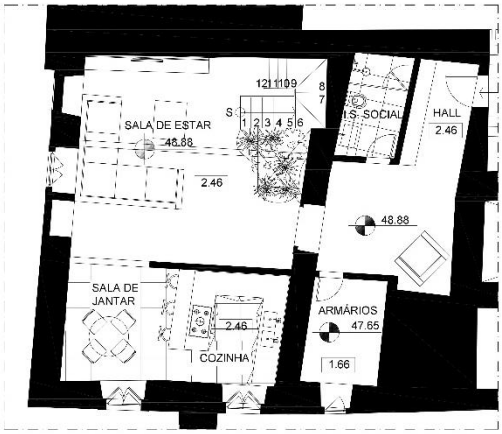
No piso térreo e no primeiro andar, enquadraram-se três duplex, que originalmente não possuíam ligações internas, ou seja sem vãos abertos entre eles. Apenas nos lotes 1 e 2, existia essa ligação. Nos lotes 5 e 6, a nova proposta de intervenção apresenta uma ligação entre eles, para tornar o apartamento mais confortável e criar uma integração dos espaços.

No piso térreo destacam-se as áreas comuns dos apartamentos duplex, tais como o átrio de entrada; cozinha; sala e casas de banho, que possuem grandes aberturas e comunicação dos vários ambientes. Enquanto o andar de cima do duplex é formado pela área íntima do apartamento, com quartos e casas de banho.

O primeiro apartamento, representado no lote 1 e 2 possui uma área de 156,45m2, com três quartos. O segundo apartamento, relativo ao lote 4, apresenta uma área mais pequena, com 69,28m2, com apenas um quarto. O terceiro e último duplex deste piso, possui uma área de 79,10m2 e também com apenas um quarto, mas com uma área mais confortável.

Ainda no primeiro piso foi criado um apartamento T0, com 40,92m2. Este é o único apartamento neste piso com acesso pelo elevador e escadas, porque a entrada dos restantes dá-se através do piso térreo.

Assim, o piso térreo e o primeiro andar apresentam quatro apartamentos onde foram demolidas paredes secundárias e construídas paredes alinhando-as com as paredes dos pisos superiores a fim de sobrepor as cargas das paredes, favorecendo uma melhor organização arquitetónica com e maiores vãos livres.



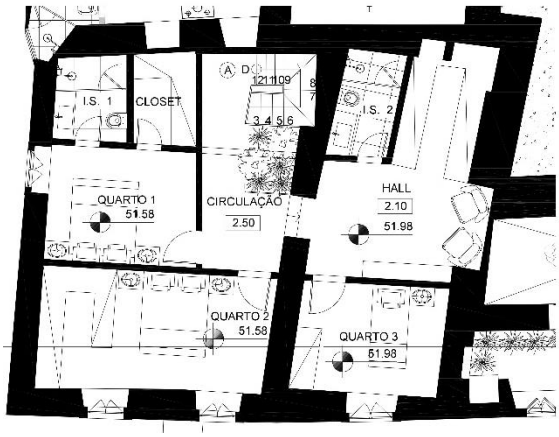


Figura 132 – Apartamento 1.

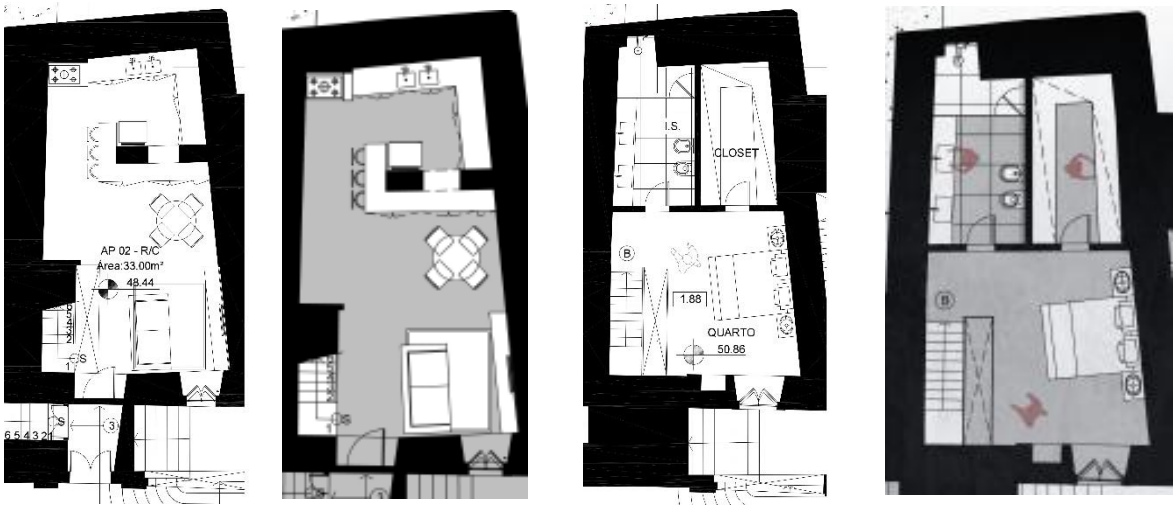


Figura 133 – Apartamento 2.

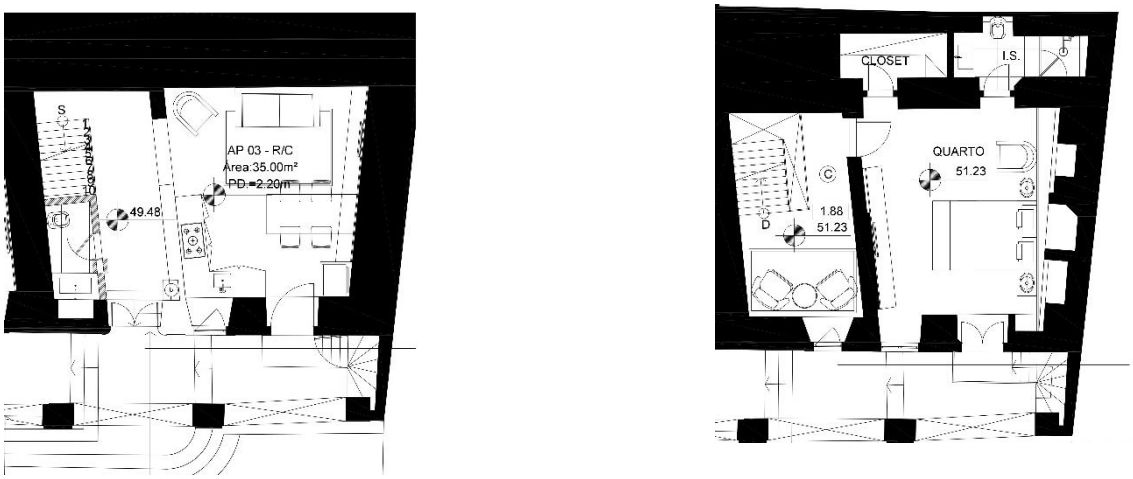


Figura 134 – Apartamento 3.

Figura 135– Abertura de vãos, como proposta.

Piso 2

Apartamentos T1, T2 e T3 | Hall de entrada | Lavandaria

Apartamentos

O segundo piso dispõe de três apartamentos, no qual um é duplex, cuja área íntima está concentrada no piso superior, com três quartos e uma casa de banho. O outro apartamento é um T1 e a sua entrada principal é acessada por pequenas escadas devido ao desnível de cota existente. E o último apartamento é um T2 onde foram abertos e fechados alguns vãos para facilitar a circulação.

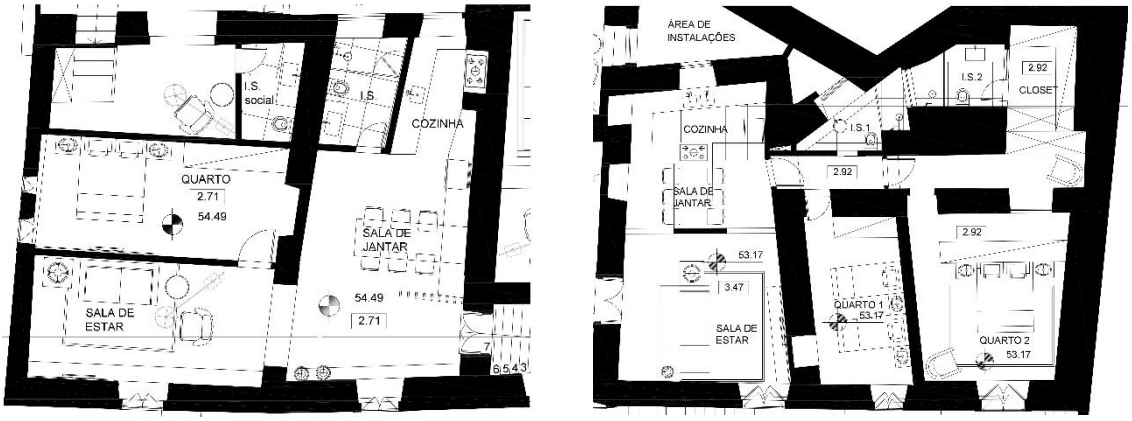


Figura 136 – Planta dos apartamentos do piso 2.

Figura 137 – Planta dos apartamentos do piso 2.

Átrio de entrada

Neste mesmo piso encontra-se um átrio nobre e deslumbrante, com uma coluna clássica retratando os tempos em que funcionava como palácio. Este átrio era servido pelas escadarias exteriores da fachada principal e estas, por sua vez, continuarão a prevalecer como elemento principal, juntamente com os arcos existentes.

Lavandaria

Foi fator predominante para a localização da lavandaria comunitária do edifício, o compartimento ser pequeno, isolado e de facil acesso. A escolha foi feita em função de

elementos como a impossibilidade de utilização para outros fins e também por ser um ambiente com dimensões não regulares.

Figura 138 – Escadas de acesso ao apartamento.

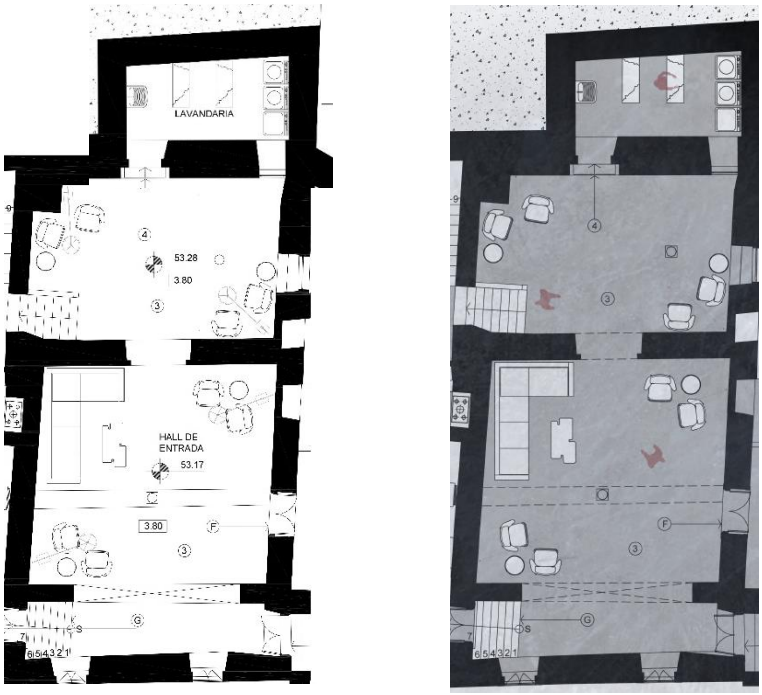


Figura 139 – Planta do Hall superior e lavandaria.

Piso 3

Apartamentos T2 e T3 | Jardim externo | Co-working | Cozinha comunitária | Sala de jogos | Casas de banho

Jardim externo

O edifício desfruta de uma área de jardim externo, na parte posterior, com acesso pelo alçado nascente e está ao nível do piso três. Este tem dois acessos, um pelo centro do jardim, como entrada principal e internamente por um corredor central e o outro acesso foi criado pela porta da cozinha comunitária.

Esta comunicação direta da cozinha com a área externa promove a criação de um deck com mesas e cadeiras, favorecendo o espaço e produzindo uma extensão e continuidade da cozinha ao ar livre, com pérgolas de proteção do sol. Transformando assim aquela área, que atualmente se encontra degradada, em um ambiente mais agradável, acolhedor e numa zona comum do condomínio.

O deck dará uma continuidade para uma área descoberta reservada para banhos de sol, com espreguiçadeiras e chuveiro para refrescar o ambiente, com bastante verde para que os residentes não se sintam num lugar tão urbano.

Assim sendo, pareceu pertinente a criação de uma horta para o cuidado de todos os moradores. Esta será plantada em camas de cultivo, para não causar humidades e nem contaminação no solo e de fácil mobilidade quando necessário. Será localizada na zona, junto à parede que limita o terreno no lado sudeste, a fim utilizar como solução para áreas verdes e deixar um ambiente vivo e útil a todos. Esta solução deriva da procura de elementos para o envolvimento estético e ambiental de um poço de água existente.

Figura 140 – deck como proposta.



Figura 141 – proposta das zonas verdes e das horta.

Co-working

O co-working é um modelo de trabalho num espaço compartilhado com recursos de escritório, reunindo pessoas de diversas áreas de atuação, que trabalham como usuários independentes, profissionais liberais e empreendedores, onde o foco não é apenas o trabalho, mas as relações e o lazer entre as pessoas de diversas áreas de negócio.

Deste modo percebe-se que o espaço de co-working é composto por uma série de ambientes interligados, de utilidade comum a todos os residentes do edifício, o que colaborou bastante para a escolha da localização deste espaço. Definindo assim o terceiro andar como o mais adequado para este fim. O intuito desta área comum é o de manter a sua localização na comunicação entre a área interna e externa do edifício.

Sala de co-working | Sala de apresentações | Sala de reuniões

Este espaço é formado por uma sala ampla e aberta para trabalho, com duas colunas estruturais a imitar as originais do piso inferior, refletindo a identidade do edifício e ao mesmo tempo com um design corporativo, com disposição de mesas corridas pela sala. Este espaço conta com 26 lugares sentados, com o intuito de suprir a capacidade de duas pessoas por apartamento. Interligado com este ambiente, desfruta também de uma sala de apresentações e uma sala de reuniões em menor proporção.

Cozinha comunitária | Sala de jogos | Casas de banho

Existe uma separação por um corredor entre a zona de trabalho e a zona de lazer. Esta área de lazer é composta por uma sala de jogos; por casas de banho, uma masculina,

outra feminina e ainda outra de acordo com as normas de acessibilidade e uma cozinha comunitária, podendo ser utilizada por todos para aumentar o convívio entre moradores.

Figura 142 – Proposta da sala de trabalho.

Figura 143 – Proposta da sala de apresentações e da cozinha comunitária.

Apartamentos

O lado da fachada principal é constituido por dois apartamentos T2 e a continuação do duplex citado no andar anterior, com três quartos e casa de banho neste piso.

A proposta para estes apartamentos tem como abordagem de reabilitação a reconfiguração dos ambientes, através de algumas demolições de paredes secundárias existentes e abertura de alguns vãos. Potencializando as qualidades dos elementos pré-existentes, tais como a recuperação de elementos originais. Destaca-se assim, o aproveitamento das guarnições das portas demolidas, considerados como elementos temporais e transformando-os em vestígios de grande atenção e marco dos apartamentos.

O apartamento referente ao lote 4, 5 e 6 usufrui de uma varanda da fachada principal. Esta destaca-se por apresentar um azulejo que é considerado como um elemento de valor cultural, que expressa a autenticidade do edifício. Deste modo obriga a uma

intervenção que prolongue o seu tempo de vida, ou seja, implica um restauro, sem alterações no traçado dos desenhos originais dos azulejos.

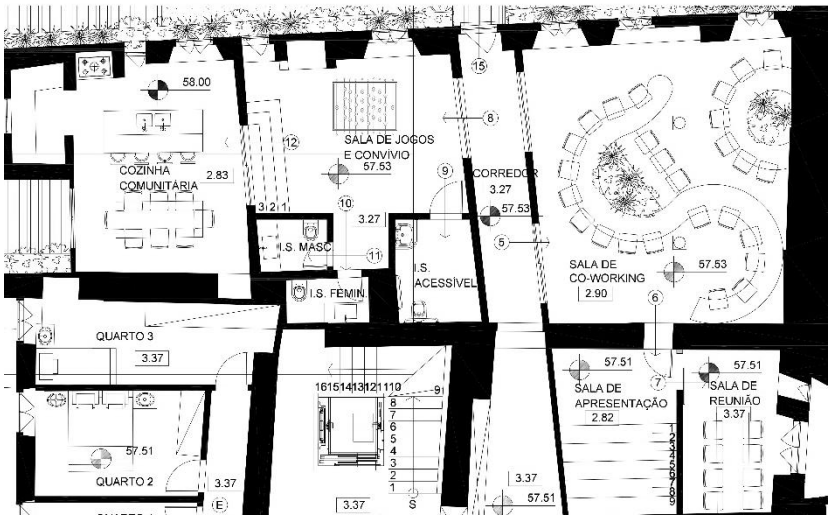


Figura 144 – Planta do espaço comum do edifício.

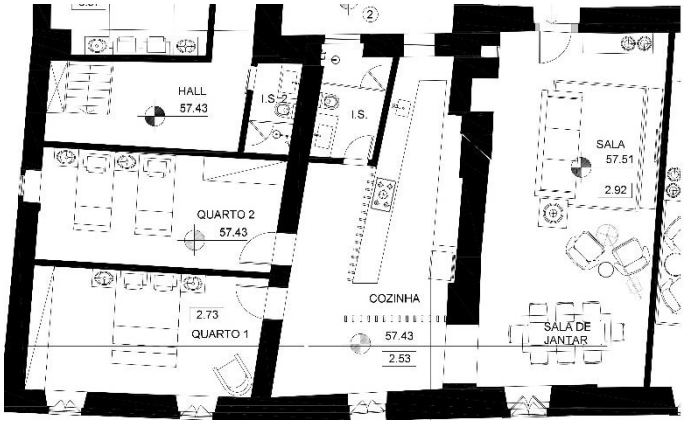


Figura 145 – Planta do apartamento do piso 3.

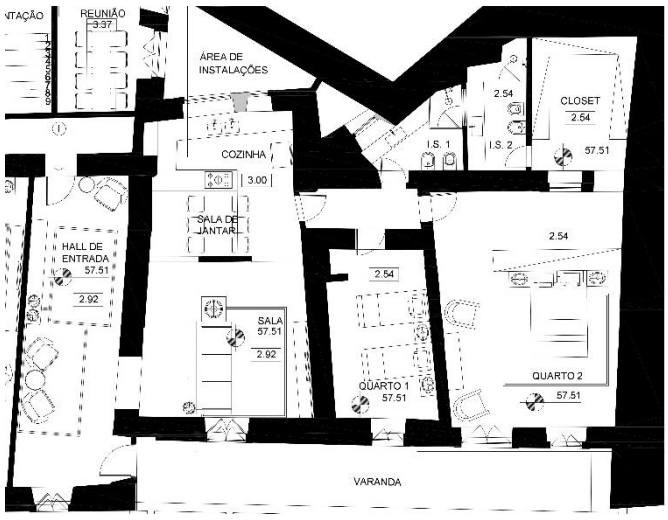


Figura 146 – Planta do apartamento do piso 3.

Piso 4 e 5

Apartamentos T1 e T2 | Terraço

Estes apartamentos, tal como toda a envolvente do edifício promove a valorização das pré-existências. Neste piso, destaca-se o aproveitamento dos elementos históricos nas zonas das cozinhas. Permanecendo assim, a estrutura onde era projetado o fogão e restaurando-o e tornando-o num elemento de realce.

Figura 147 – Proposta dos elementos restaurados da cozinha.

Foram realizadas algumas intervenções na abertura de vãos, com o emolduramento do seu negativo, definido por um arco revestido com elementos identidos aos das guarnições das portas existente, não alterando os elementos estruturais do edifício.

A intervenção neste piso deu-se também nas áreas de circulação, pois a proposta visa demolir duas escadas que davam acesso a dois ambientes do quinto andar com um pé direito baixo, no qual se anulou uma das escadas e a outra foi transferida para dentro de um apartamento, criando um duplex com a área íntima.

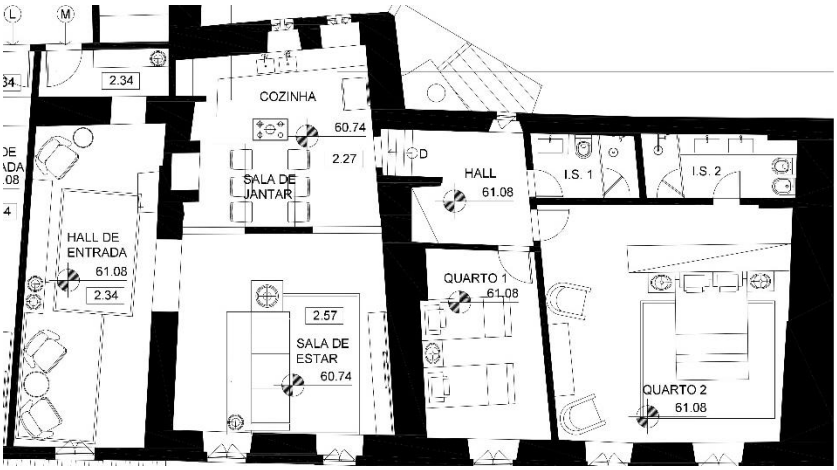


Figura 147 – Planta do apartamento do piso 4.

Planta humanizada e perspectivas

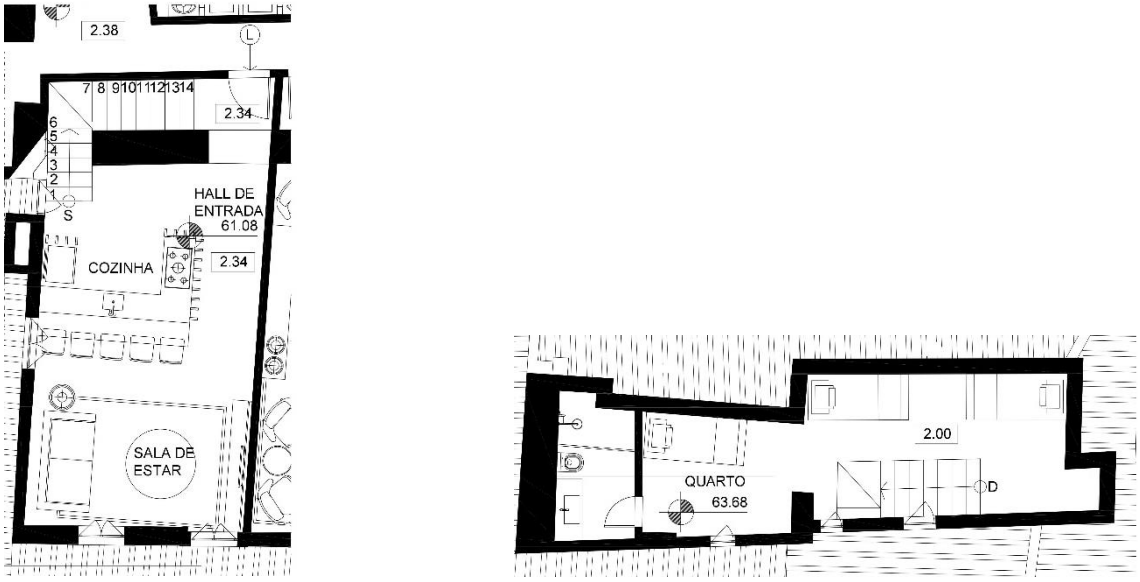


Figura 148 – Planta do apartamento do piso 4 e 5.

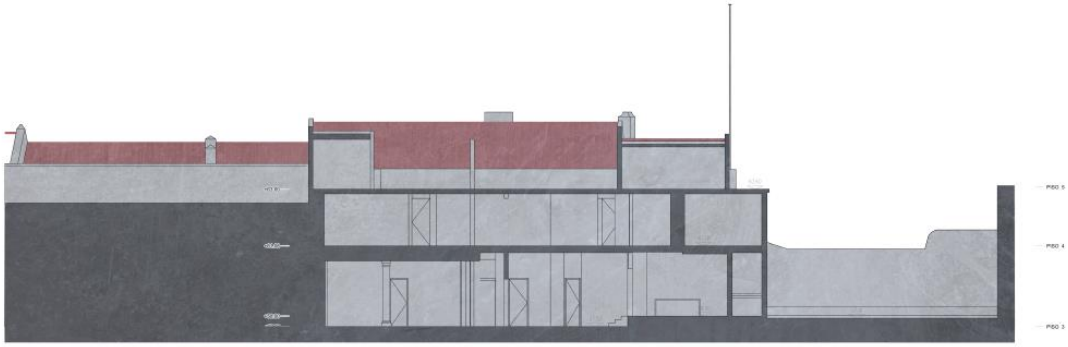
Figura 149 – Corte com o terraço.

Nos dois apartamentos com vista para a área de jardim foram criados terraços particulares, no piso superior, referente ao quinto andar, no qual um deles desfruta de uma vista para o Rio Tejo e o outro de uma área considerável para lazer no terraço. Ambos estão localizados no meio da cobertura, com o intuito de não alterar as fachadas principais do edifício.

Cortes:

01 CORTE 2

01 CORTE 1



01 CORTE 4

Perspectivas:

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho final de mestrado surgiu após uma visita de estudo da disciplina de restauro, ao edifício do antigo Recolhimento de São Cristóvão. Chamou à atenção pela sua complexidade, degradação, época de construção, seus níveis e desníveis e pelo impacto das várias culturas desde a época medieval, passando pela ocupação Islâmica até aos dias de hoje.

Foi feito um trabalho de investigação histórica do edifício, na procura do maior número de elementos, para que a intervenção na reabilitação fosse ajustada e estruturada nos conceitos técnicos a adotar.

A solução optimizada para dar resposta aos problemas do edifício, na esfera da arquitetura, mostrou-se uma tarefa muito mais complexa do que o esperado, dada a situação estrutural do edifício e diversidade de circulação vertical.

Nestas situações foram tomadas as decisões para declinar as dificuldades apresentadas, através da pesquisa de casos de referência de edifícios reabilitados que proponham os mesmos princípios operativos de restauro.

Apesar da profunda intervenção, este estudo demonstra que é possível recuperar um edifício com estas características, mantendo a traça e alguns acabamentos existentes desde o sec. XV, permitindo ainda a reconversão do seu uso para habitações com tipologias de T0 a T3 e com um espaço de co-working inserido.

Posto isto, o edifício poderá ser um ícone na sua envolvente, ao recuperar a sua beleza e o seu valor histórico, ganhando nova vida e ajudando a recuperar a população habitacional do bairro, que tanto os órgãos estatais desejam.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, César. **Edifício Av. da República 37 distinguido com 3 prémios de reabilitação urbana**, 2018. Disponível em: < http://www.anteprojectos.com.pt/2018/05/22/edificio-av-da-republica-37-distinguido-com-3-premios-de-reabilitacao-urbana/> Acessado em 10 de Março de 2019.

AURORA, Arquitectos. **Apartamento na Estrela**, 2015. Disponível em: <http://aurora.com.pt/all_projects/apartamento-na-estrela/>. Acesso dia 10 de Julho de 2019.

BAPTISTA, Ana. **Edifício República 37, em Lisboa ganha três prémios**, 2018. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2018-05-13-Edificio-Republica-37-em-Lisboa-ganha-tres-premios#gs.6vw766> Acesso em: 10 de Março de 2019.

BARRANHA, Helena (org.) **Patrimônio cultural**, conceitos e critérios fundamentais.

CABIDO, José Jacob, **A Arquitectura, a Casa e os Equívocos Teóricos** – o caso português, Ed. Caleidoscópio, 2014, Lisboa;

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração:** Diálogos entre teorias e práticas no brasil nas experiências no IPHAN. Tese de doutorado. SP, 2010.

CHOAY, Françoise**. A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo. Estação da Liberdade. Tradução de: L'allégorie du patrimoine. UNESP, 2001.

COTRIM, Marcio**. Diálogos imaginários**: Marcel Breuer e Vilanova Artigas (1). Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/428>. Acesso em 25 de Junho de 2019.

ENGI, Empresa. **República 37**, 2014. Disponível em: <http://republica37.com/pt/contactos.html> Acessado em 10 de Março de 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres – **O Patrimônio em Processo**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico**: como e por que preservar/ coordenação de: Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso; colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

ICOMOS-Austrália (1979-1999) **Carta de Burra -** Carta para a conservação de lugares de significado cultural, Artigo 1.o - Definições e Artigo 19.o - Restauro. Dezembro de 2006. Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>. Acesso em 16 de Junho de 2019.

ICOMOS-Portugal. **Património cultural**: conceitos e critérios fundamentais Primeira edição: IST Press e ICOMOS-Portugal Lisboa, 2016. ISBN: 978-989-8481-51-1.

IDÉE, Lisbonne. **No bairro da Mouraria respira-se multiculturalidade.** Guia turítico de Lisboa. Disponível em: <http://www.lisbonne-idee.pt/p3492-bairro-mouraria-respira-multiculturalidade.html>. Acesso em 25 de Junho.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória** (1924)**.** Tradução Bernardo Leitão. UNICAMP. Campinas, SP, 1990.

LUSA. **Projecto francês de habitação social vence Prémio Mies Van Der Rohe**, 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/04/10/culturaipsilon/noticia/projecto-frances-habitacao-social-vence-premio-arquitectura-mies-van-der-rohe-1868786> Acessado em 20 de Abril de 2019.

MATEUS, Aires. **Palácio dos Condes de Murça**, 2014. Disponível em: <http://www.palaciocondesdemurca.com/Conceito.aspx e http://www.afaconsult.com/portfolio/271311/92/palacio-dos-condes-de-murca>. Acesso em 10 de Julho de 2019.

MORISET, Bruno. **Building new places of the creative economy**. The rise of coworking spaces. 2013. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00914075/document>. Acesso dia 20 de Agosto de 2019.

MURGEIRA, Raquel. **Lisboa é a segunda cidade europeia com maior crescimento no turismo**, 2018. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/lisboa-e-a-segunda-cidade-europeia-com-maior-crescimento-no-turismo> Acesso em: 25 de Fevereiro de 2019.

NEVES, Victor. **Habitar**. Sebentas d´Arquitectura, nº 2. Ed. Universidade Lusíada, Lisboa, 1956.

OLIVEIRA, Raquel Diniz. Teoria e Prática da Restauração, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2009 Disponível em: http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Artigo4_v6_n7_jul_ago_set2009_Patrimonio_UniSantos.pdf. Acesso em 14 de Junho de 2019.

ORDEM dos Arquitectos Secção Regional Sul. **Reabilitação e conservação do património arquitectónico.** Cadernos técnicos nº 4. Disponível em: <https://www.oasrs.org/media/uploads/4_CT_Conservacao.pdf>. Acesso em dia 20 de Junho de 2019.

PINSON, Daniel. **Arquitectura e Modernidade**, Ed. Instituto Piaget, 2000, Lisboa;

SIMÕES, Miguel. **O Reconhecimento de São Cristóvão**, estudo histórico-arquitectónico. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, — Bryson, Bill, At Home: a short history of private life, Ed. Anchor, 2011;

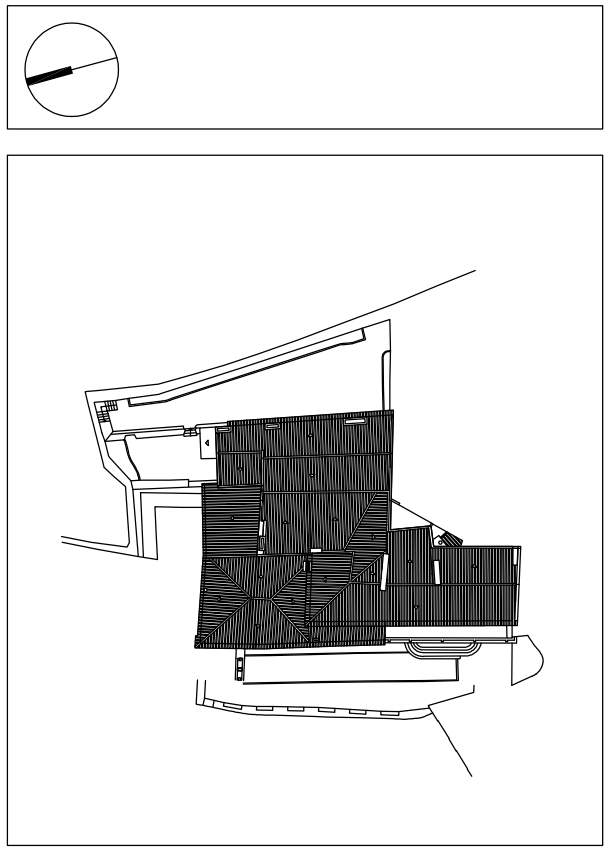
SINDICONET, Protest Blog. Coworking em condomínios: Espaço para atividade é cada vez mais presente. 24 de Abril de 2018. Disponível em: <http://www.protest.com.br/blog/2018/04/24/coworking-em-condominio-espaco-para-atividade-e-cada-vez-mais-presente/>. Acesso dia 12 de Setembro de 2019.

ANEXOS

Maquete:

02 PLANTA EXISTENTE - PISO 0
Esc.: 1/150

01 PLANTA EXISTENTE - PISO -1
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

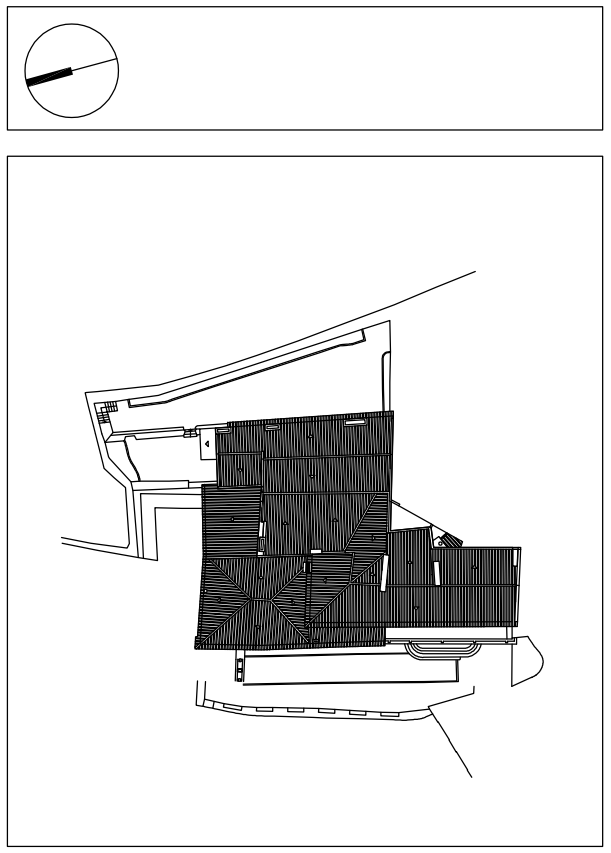
PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO -1 E PISO 0	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 01/20

01 PLANTA EXISTENTE - PISO 1
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

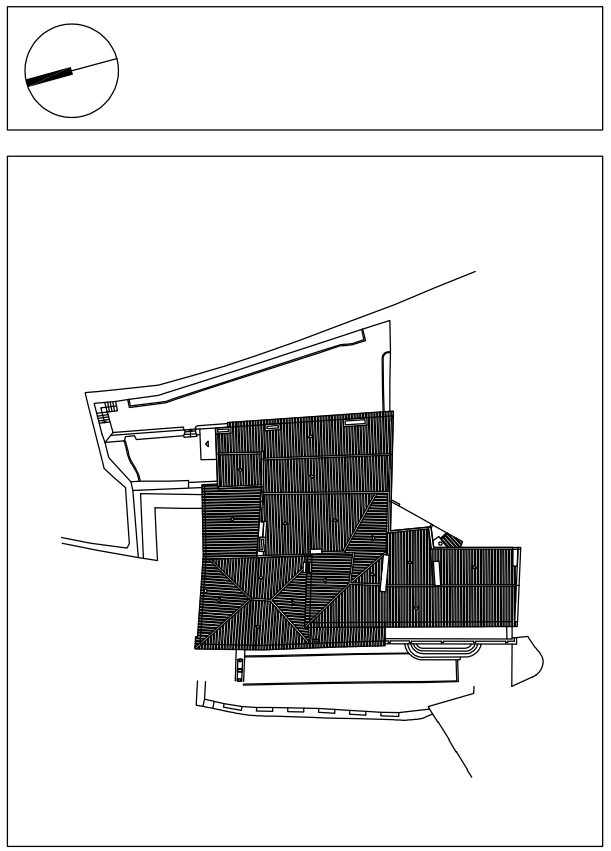
TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 1	ESCALA: 1:150
ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes		NÚMERO: 02/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

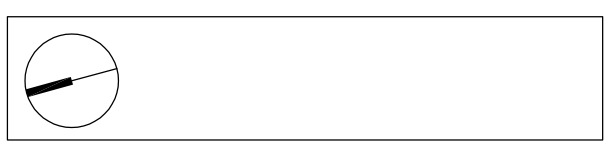
01 PLANTA EXISTENTE - PISO 2
Esc.: 1/150

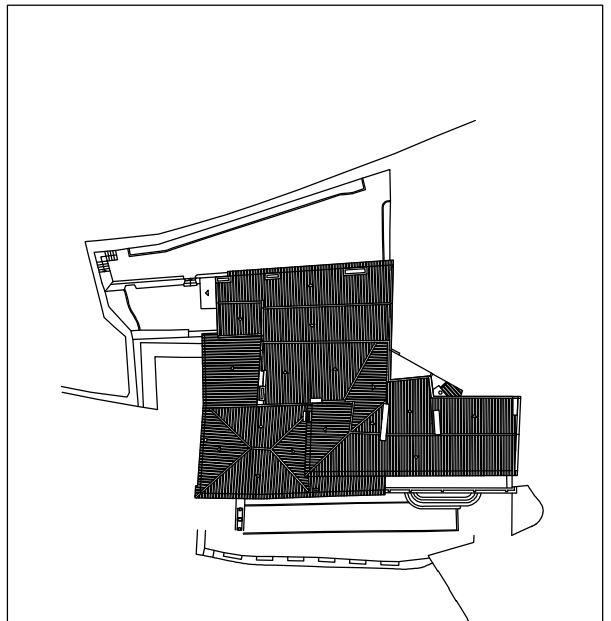
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 2	ESCALA: 1:150
ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes		NÚMERO: 03/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

01 PLANTA EXISTENTE - PISO 3

Esc.: 1/200





ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

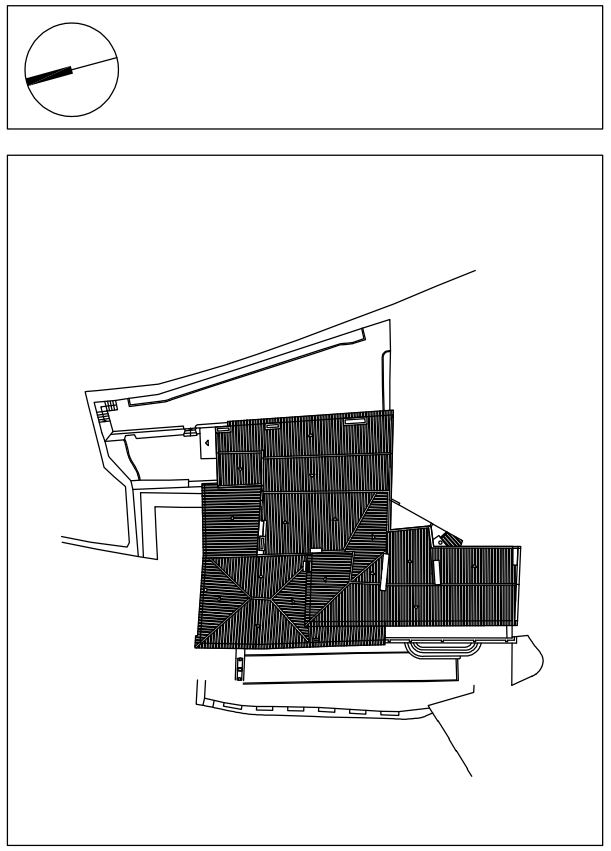
PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 3	ESCALA: 1:200 NÚMERO: 04/20

01 PLANTA EXISTENTE - PISO 4
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

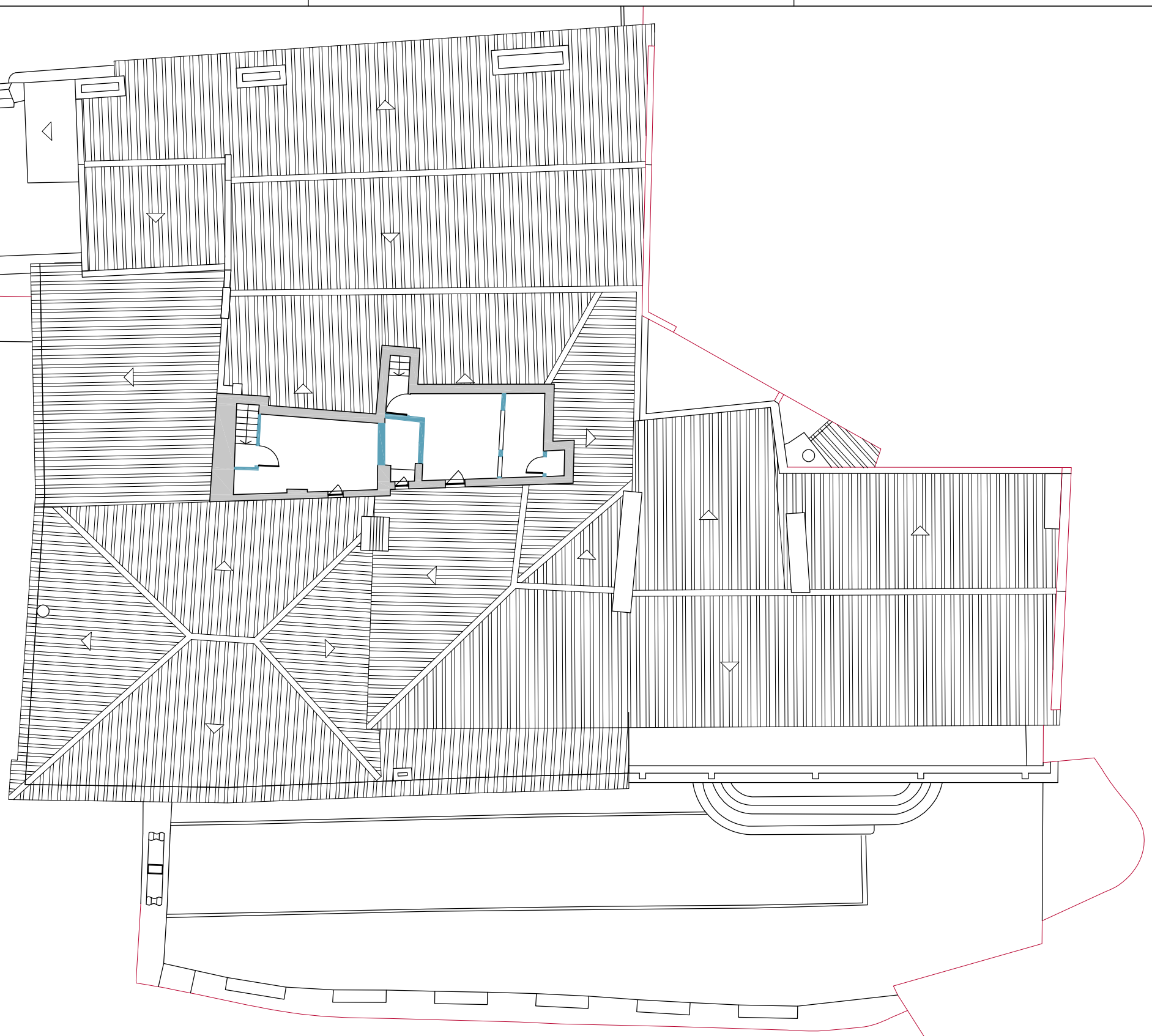
PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

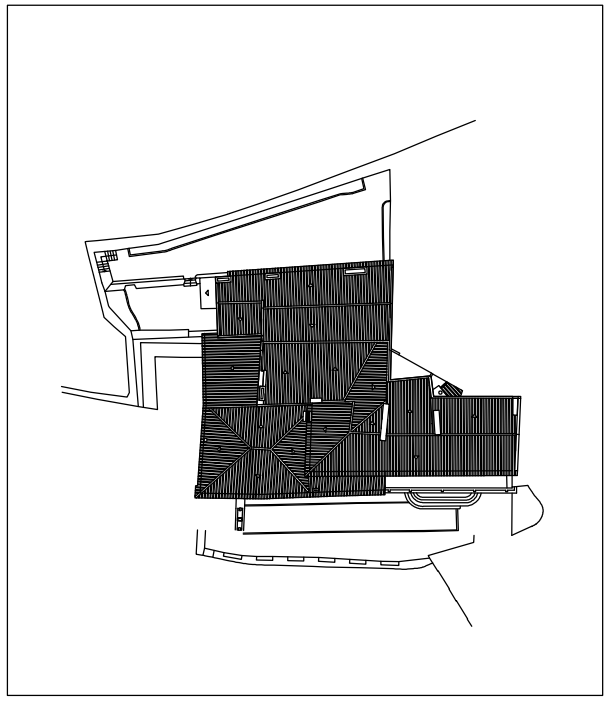
PAREDES EXISTENTES

TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 4	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 05/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION





ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

01 PLANTA EXISTENTE - PISO 5

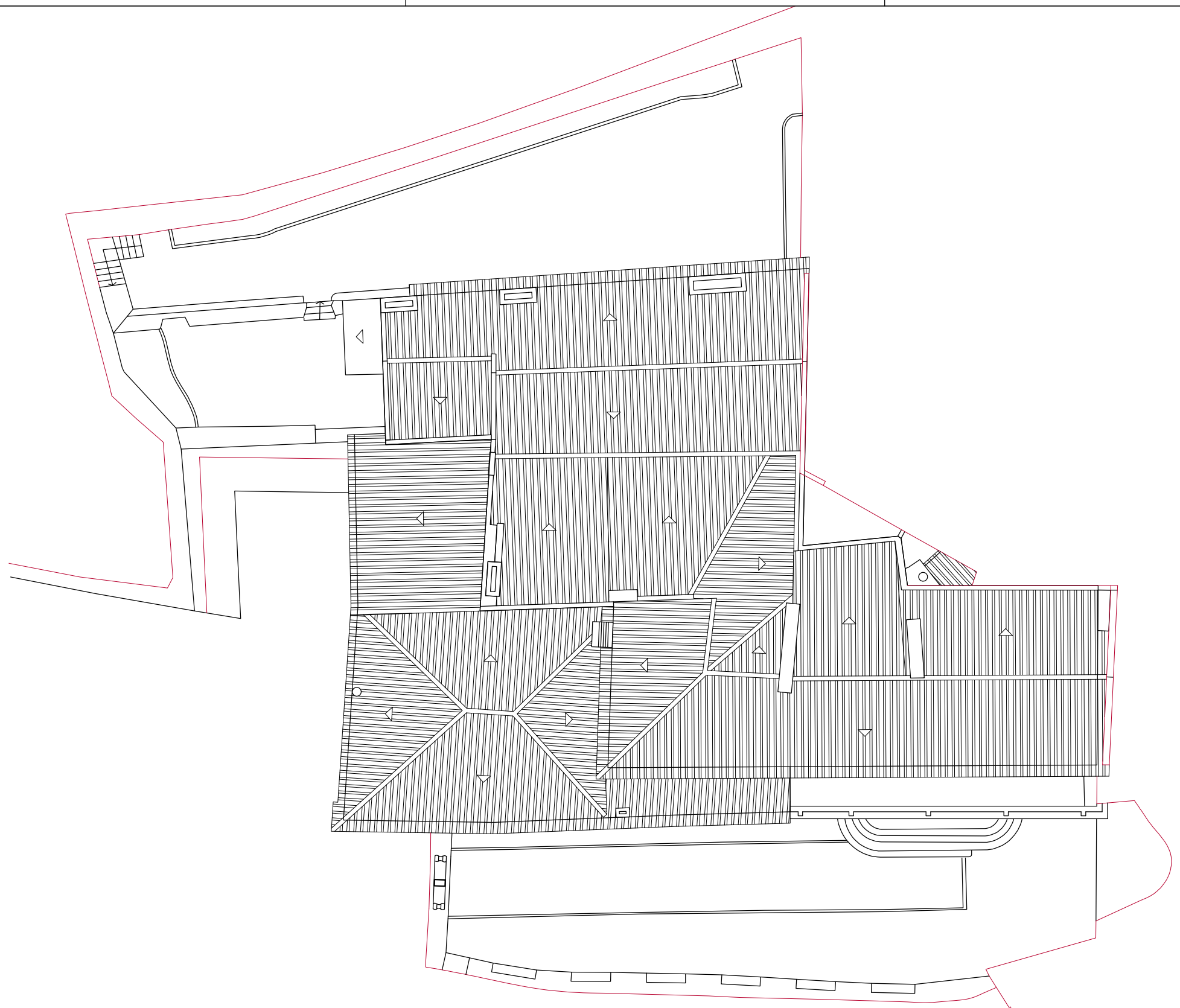
Esc.: 1/150

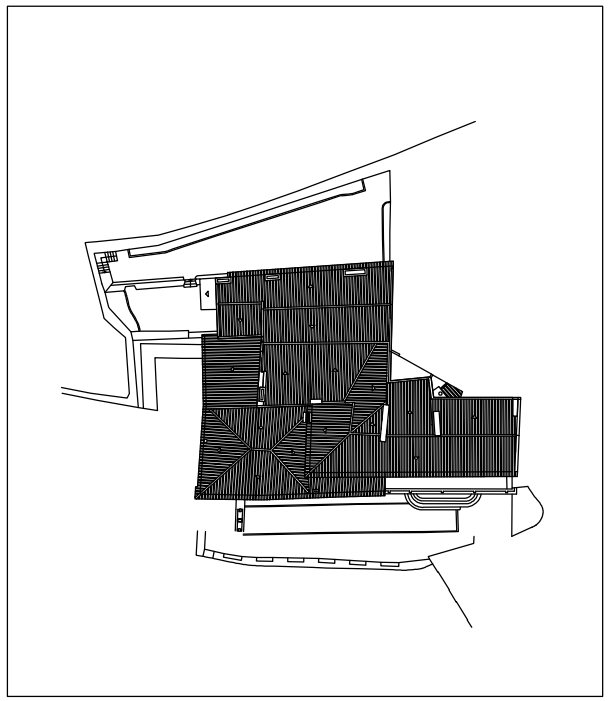
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 5	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 06/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION





ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

01 PLANTA EXISTENTE - COBERTURA

Esc.: 1/200

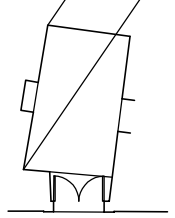
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - COBERTURA	ESCALA: 1:200 NÚMERO: 07/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

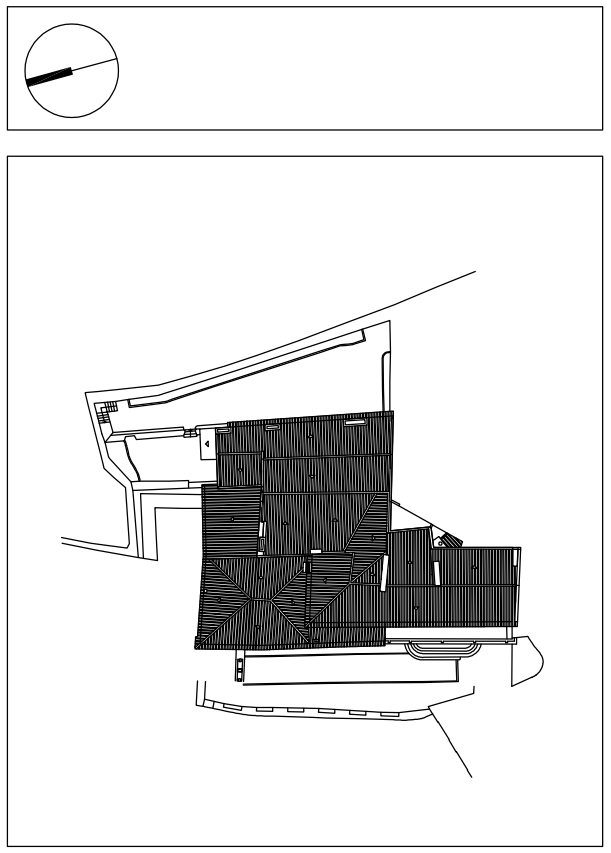
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

01 PLANTA DE ALTERAÇÕES - PISO 0
Esc.: 1/150



01 PLANTA EXISTENTE - PISO -1
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

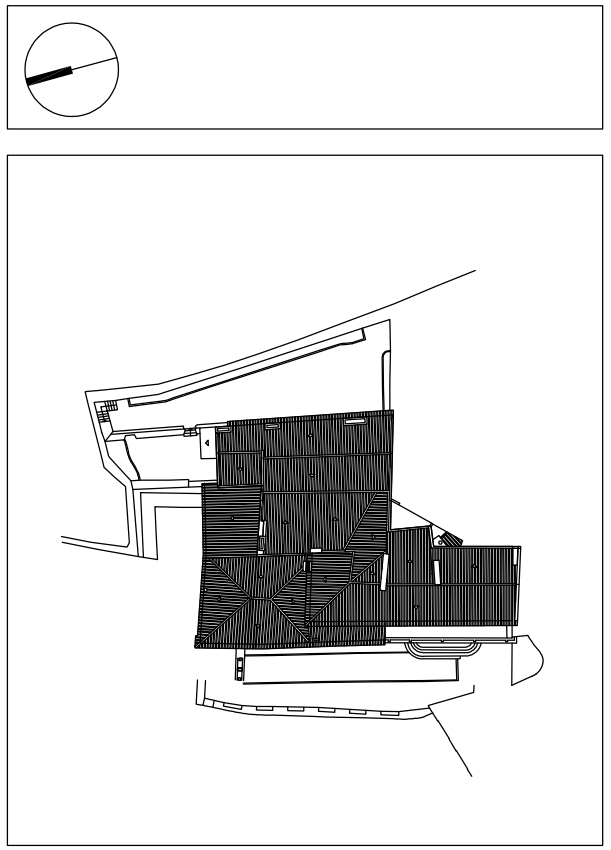
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ALTERAÇÕES - PISO -1 E PISO 0	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 08/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

01 PLANTA DE ALTERAÇÕES - PISO 1
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

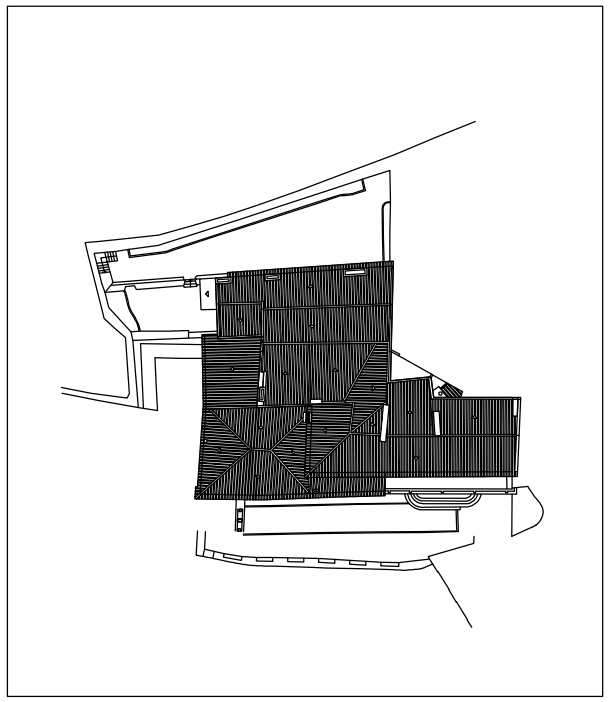
TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ALTERAÇÕES - PISO 1	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 09/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

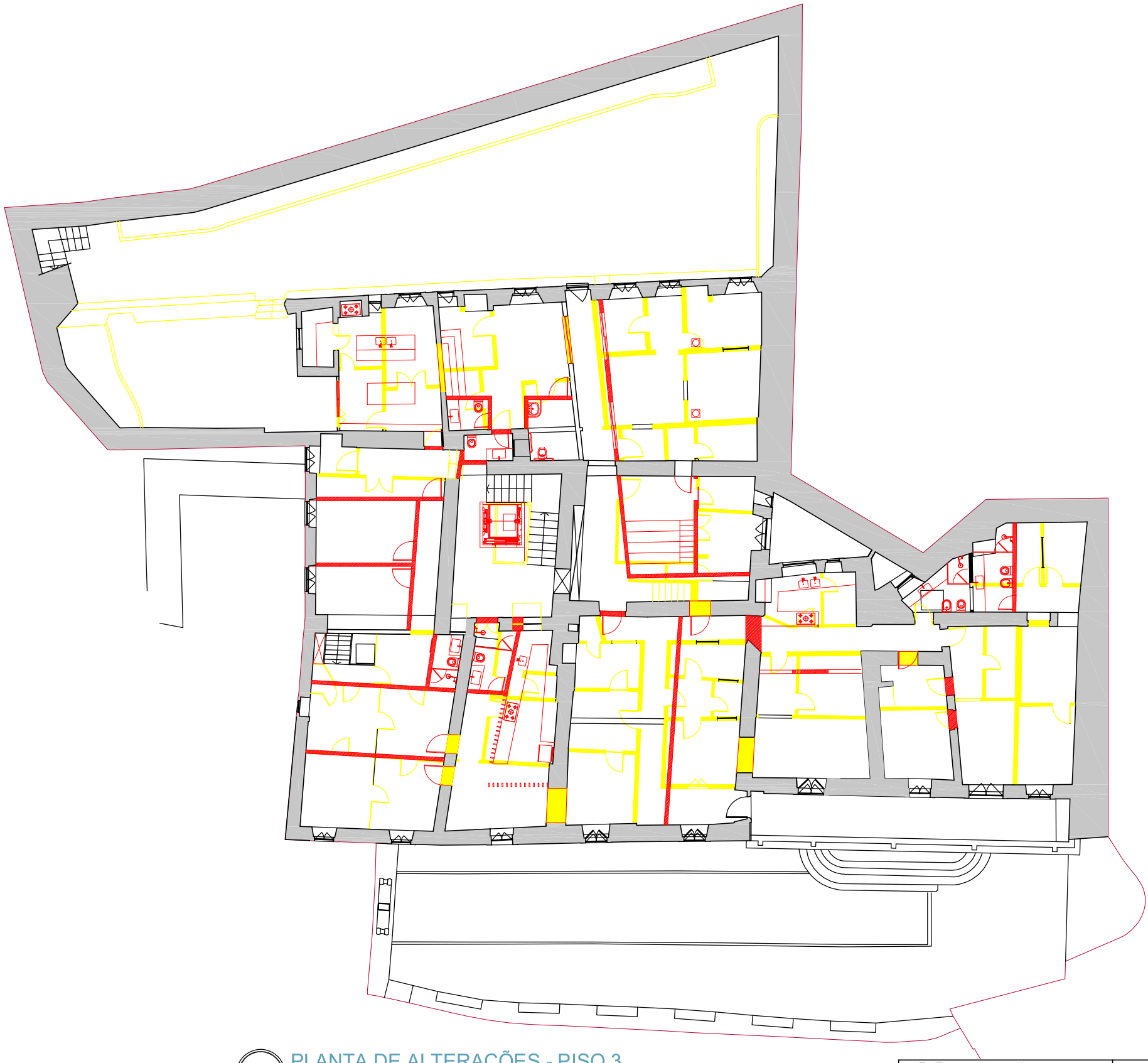
PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

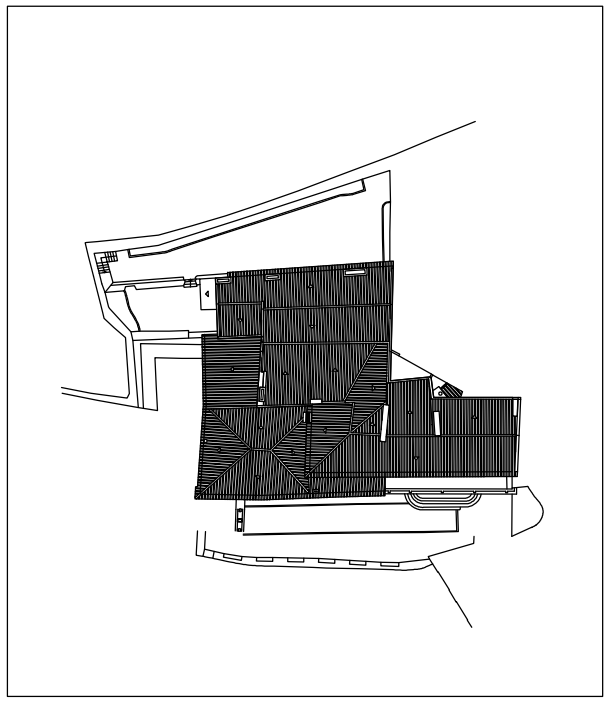
PAREDES EXISTENTES

TERRENO

01 PLANTA DE ALTERAÇÕES - PISO 2
Esc.: 1/150

LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ALTERAÇÕES - PISO 2	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 10/20





ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

01 PLANTA DE ALTERAÇÕES - PISO 3

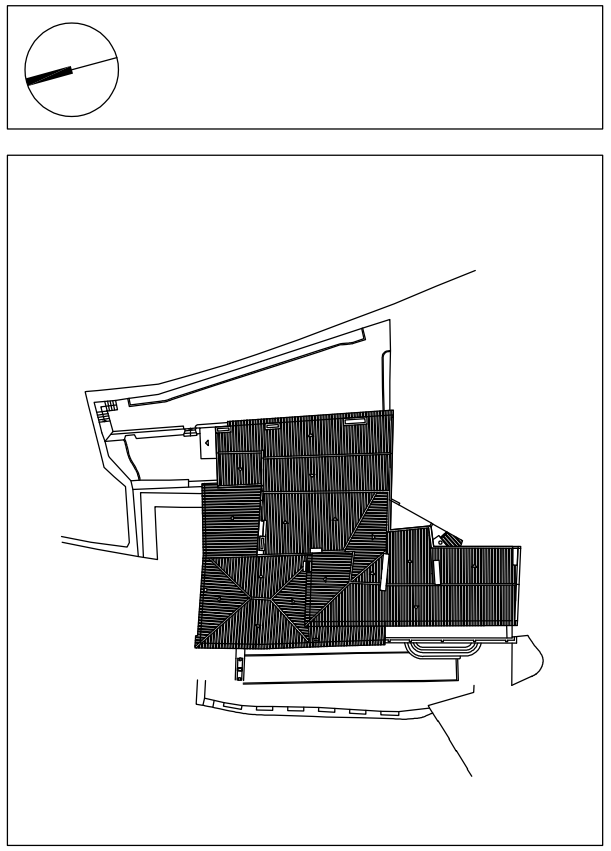
Esc.: 1/200

LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ALTERAÇÕES - PISO 3	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 11/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

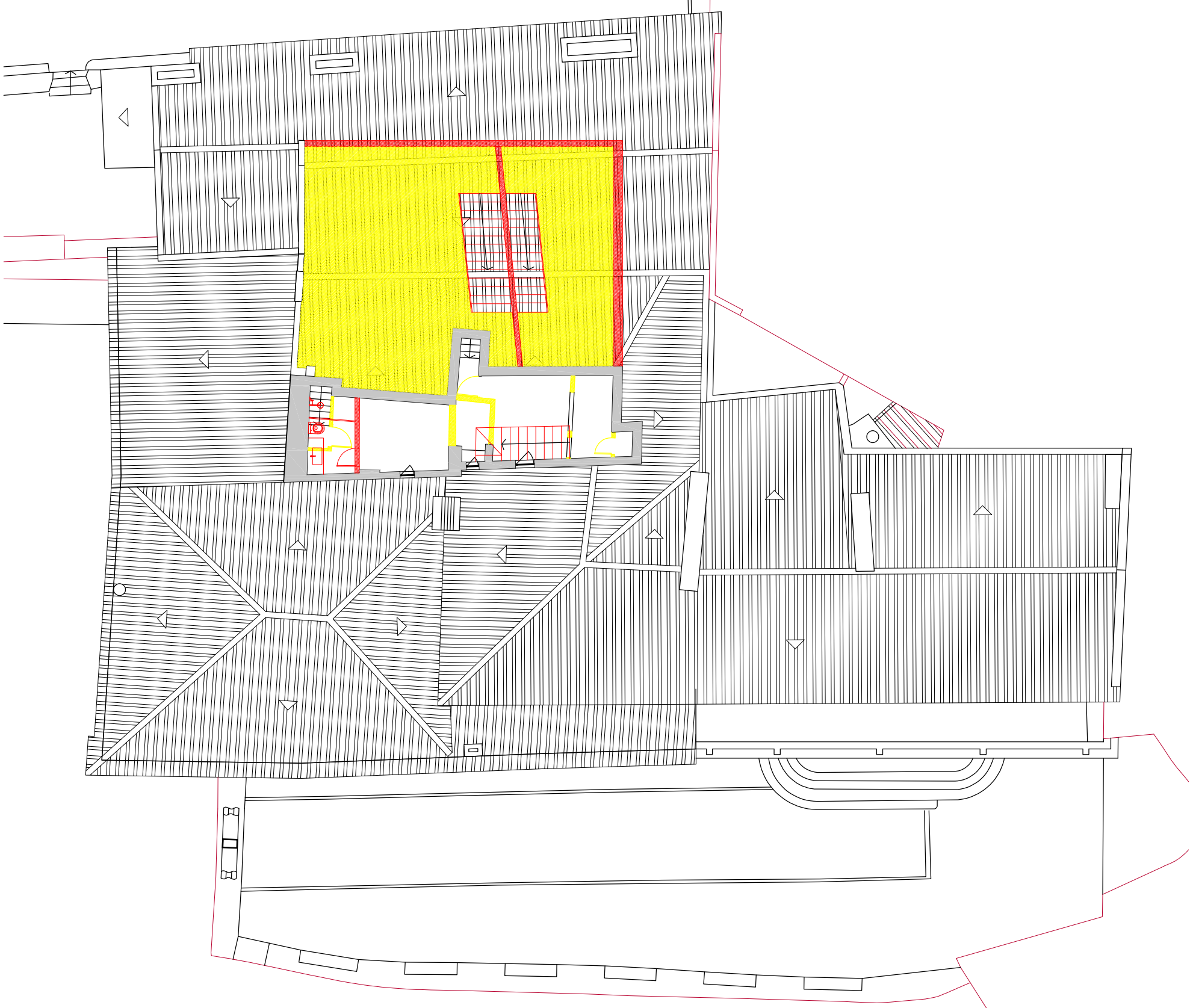
01 PLANTA DE ALTERAÇÕES - PISO 4
Esc.: 1/150

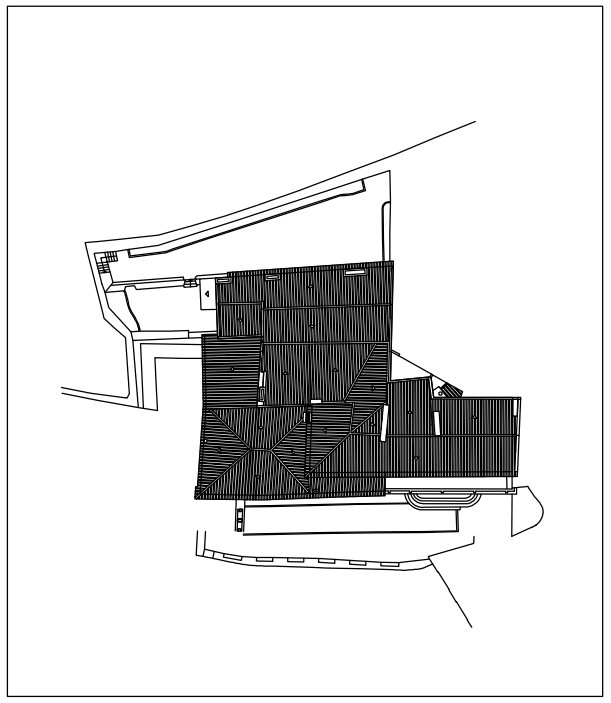
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ALTERAÇÕES - PISO 4	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 12/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION





ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

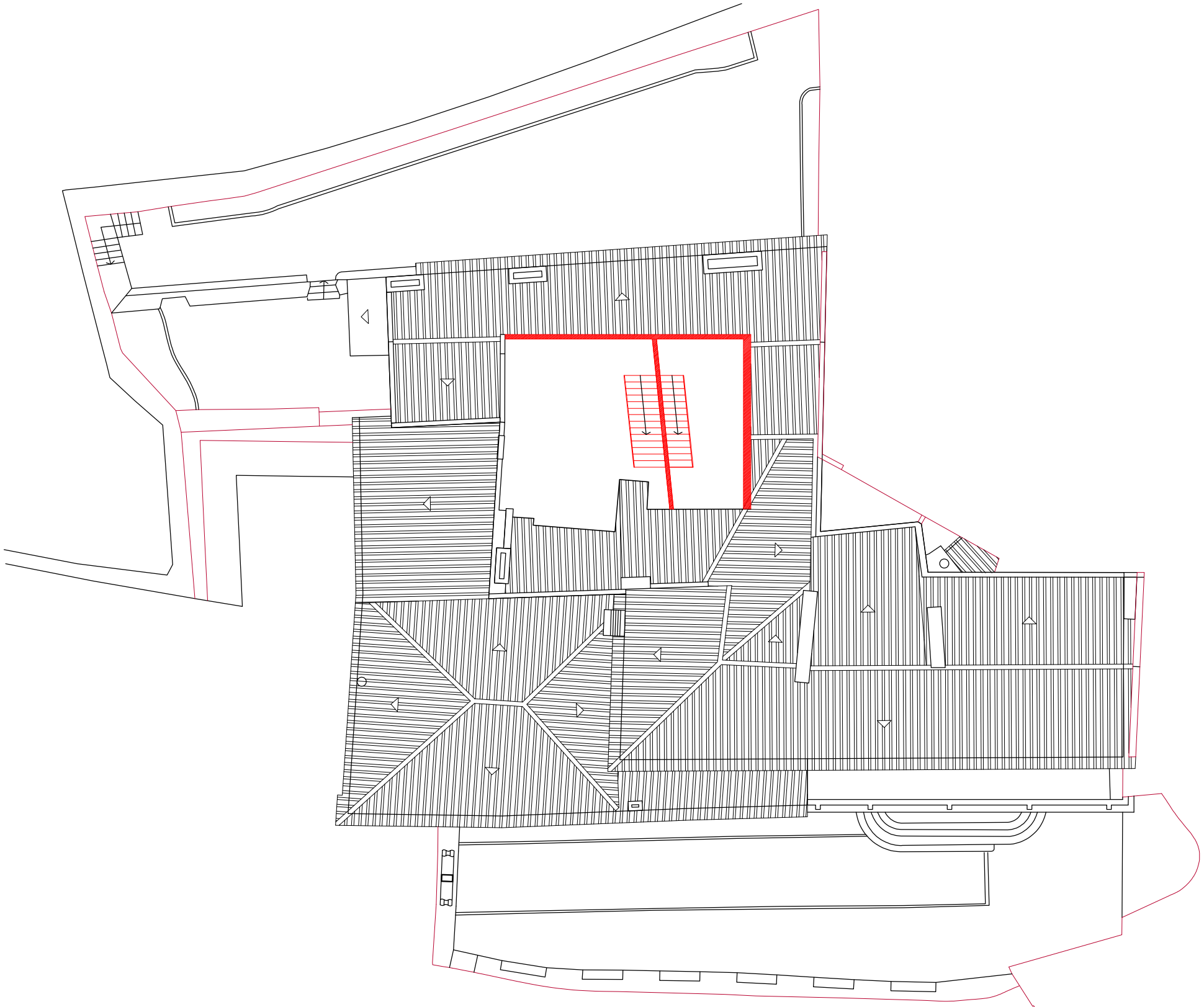
01 PLANTA DE ALTERAÇÕES - PISO 5
Esc.: 1/150

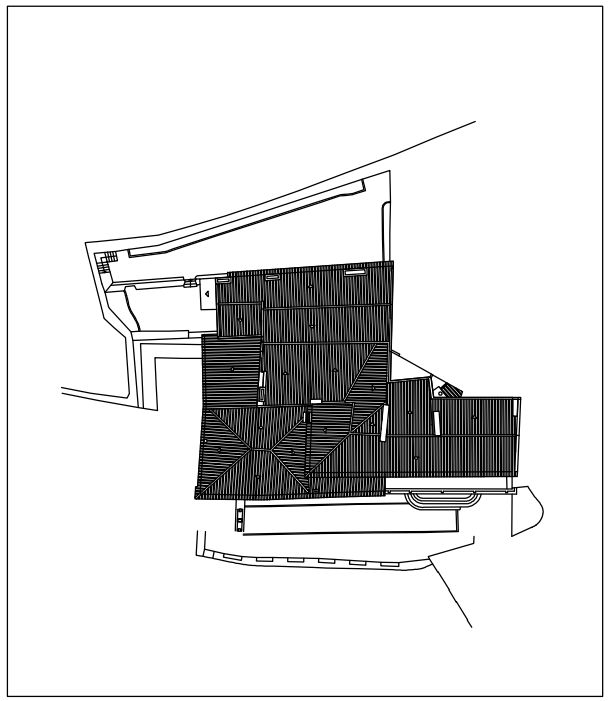
LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ALTERAÇÕES - PISO 5	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 13/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION





ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

01 PLANTA DE ALTERAÇÕES - COBERTURA

Esc.: 1/200

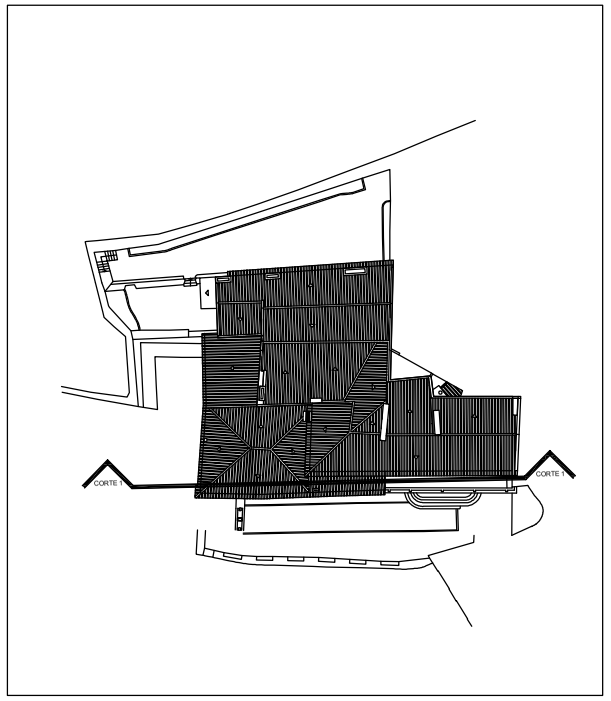
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ALTERAÇÕES - COBERTURA	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 14/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

01 CORTE 1
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

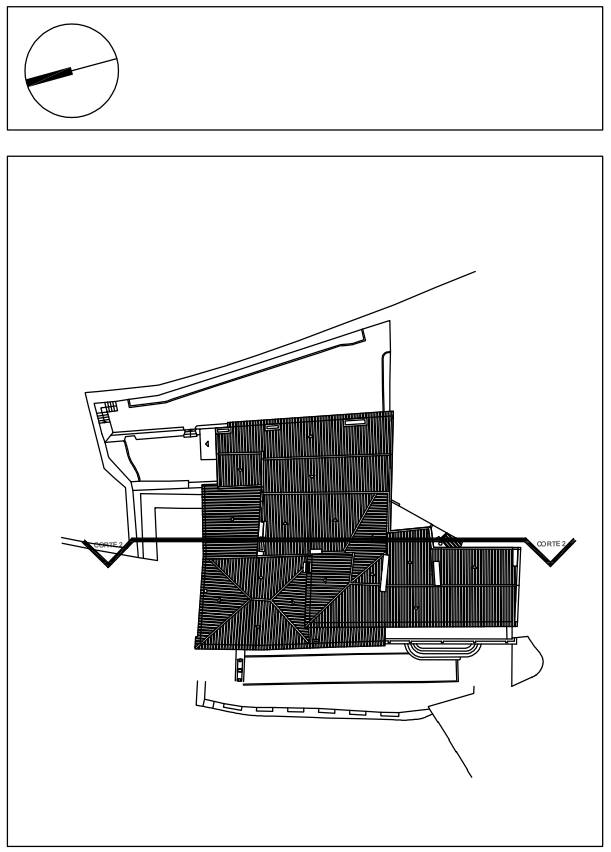
PAREDES EXISTENTES

PAREDES NOVAS

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues	TÍTULO: CORTE 1	ESCALA: 1:150
ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes		NÚMERO: 15/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

01 CORTE 2
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

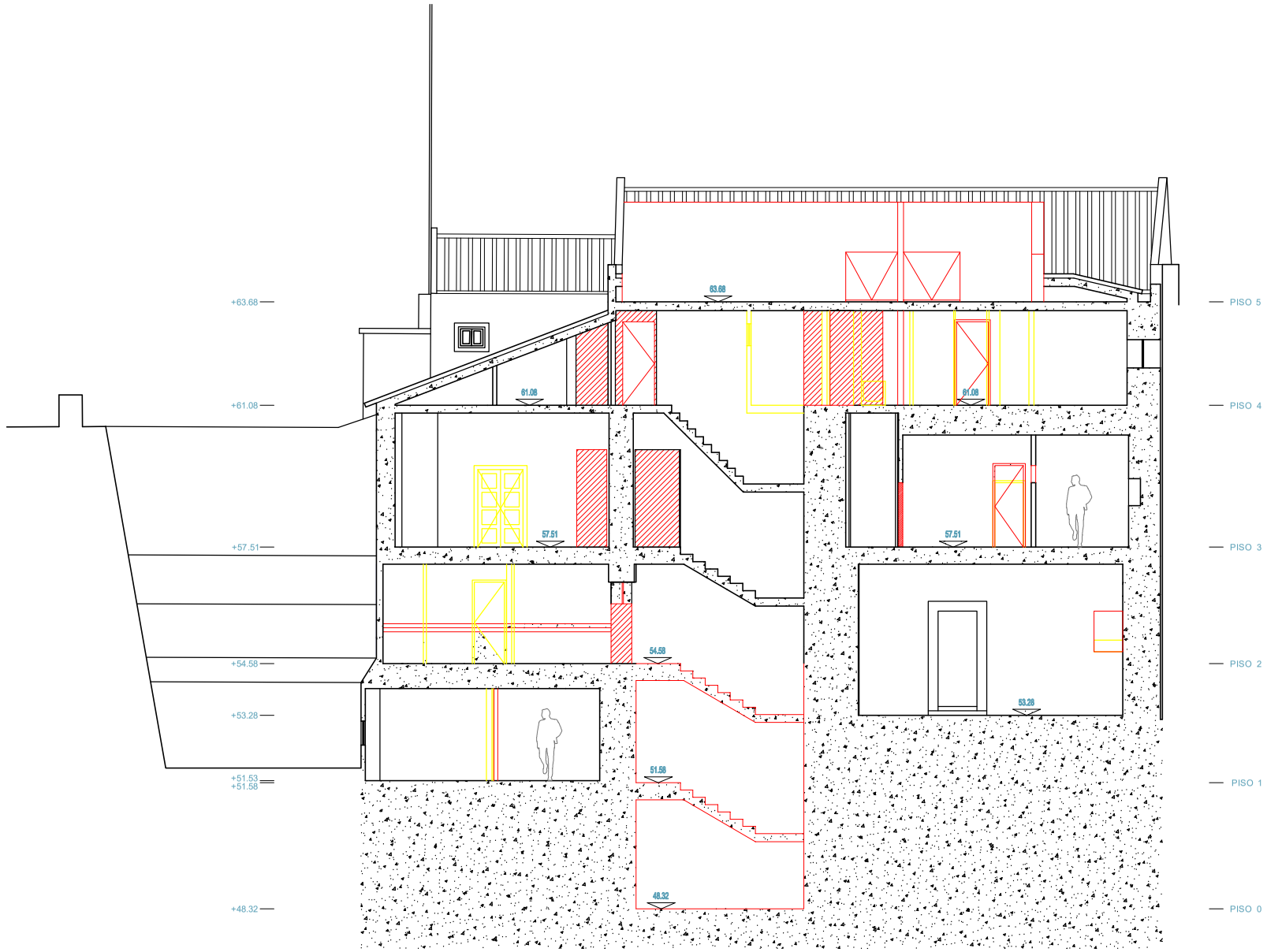
PAREDES NOVAS

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues	TÍTULO: CORTE 2	ESCALA: 1:150
ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes		NÚMERO: 16/20

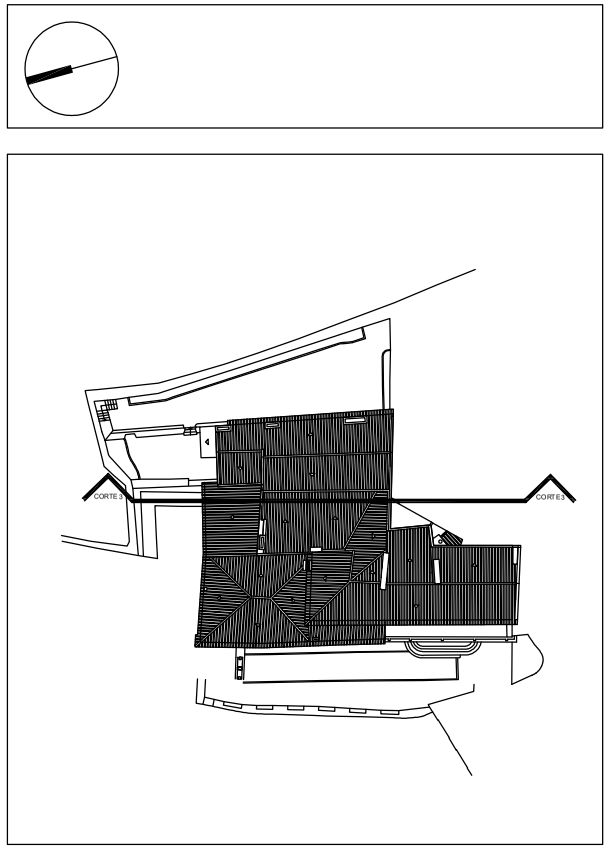
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



01 CORTE 3
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

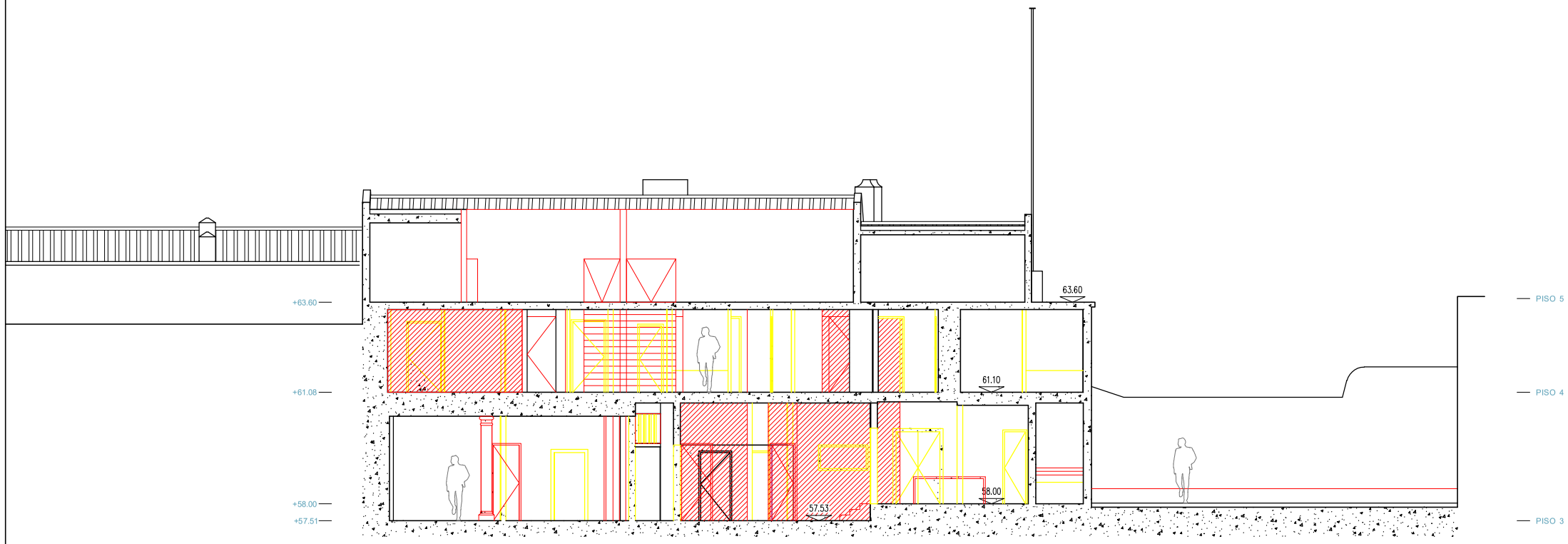
PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

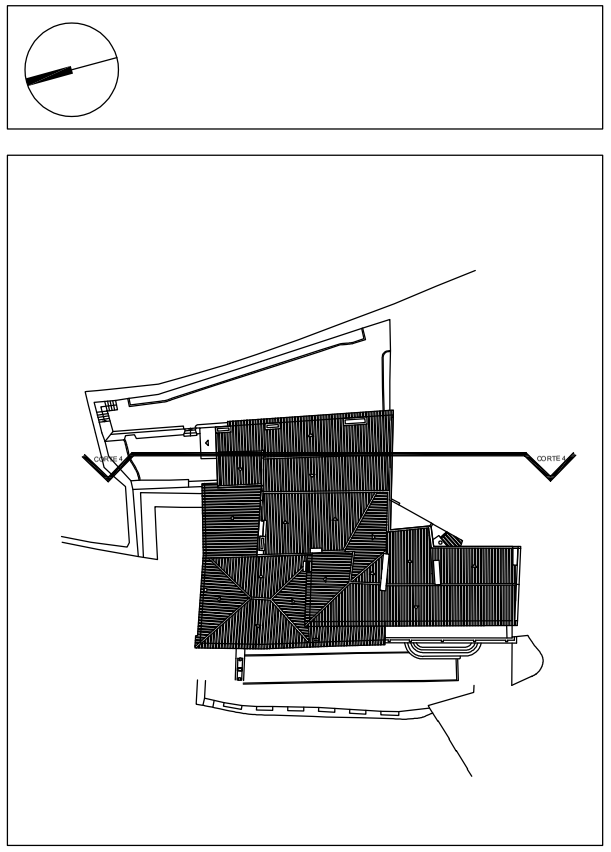
PAREDES NOVAS

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues	TÍTULO: CORTE 3	ESCALA: 1:150
ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes		NÚMERO: 17/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



01 CORTE 4
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

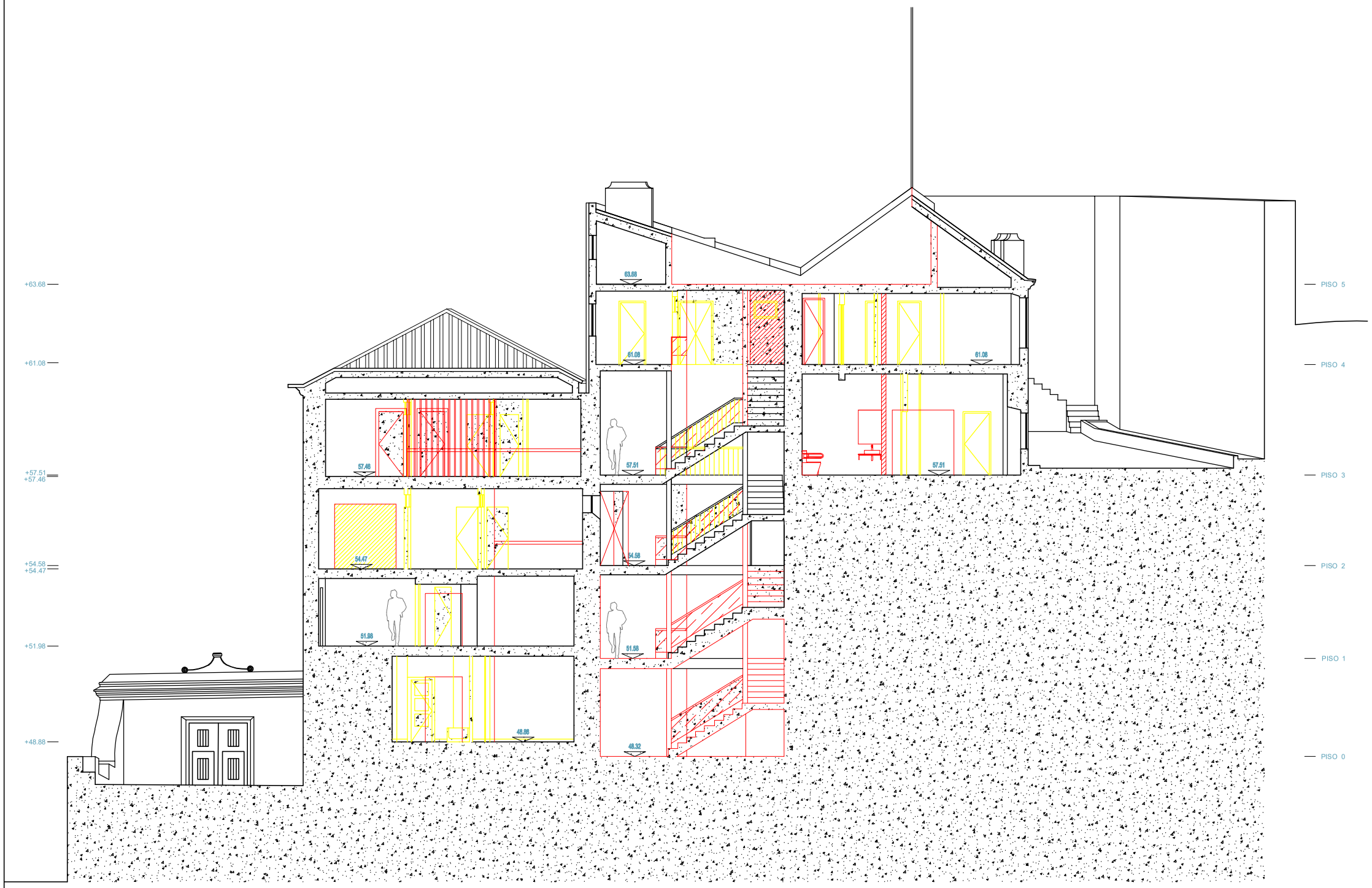
PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

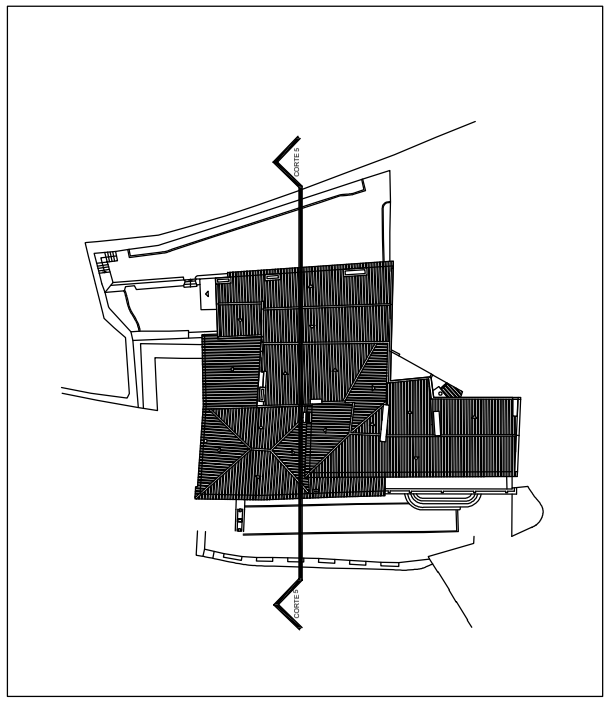
PAREDES NOVAS

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: CORTE 4	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 18/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



01 CORTE 5
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

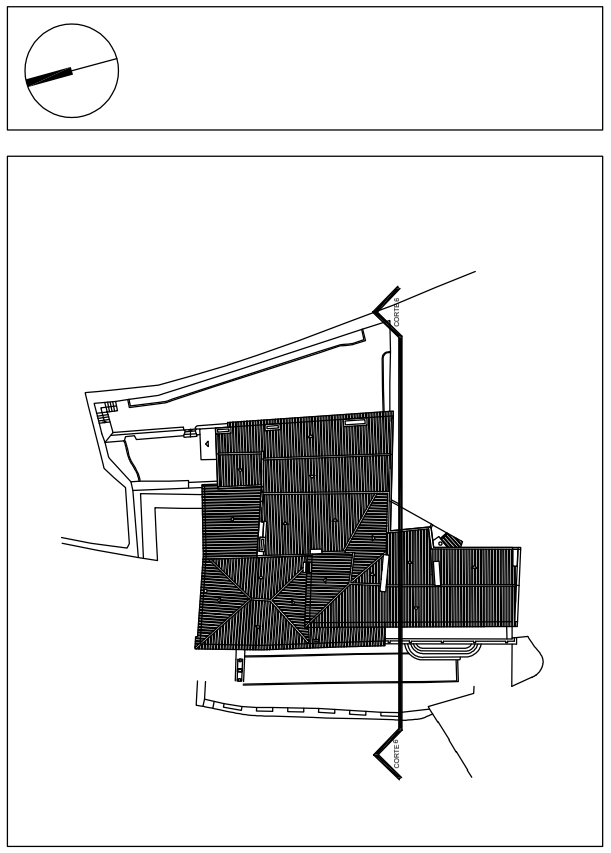
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

- LIMITE DO LOTE
- DEMOLIR
- CONSTRUIR
- PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES
- PAREDES EXISTENTES
- PAREDES NOVAS

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues	TÍTULO: CORTE 5	ESCALA: 1:150
ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes		NÚMERO: 19/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

01 CORTE 6
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

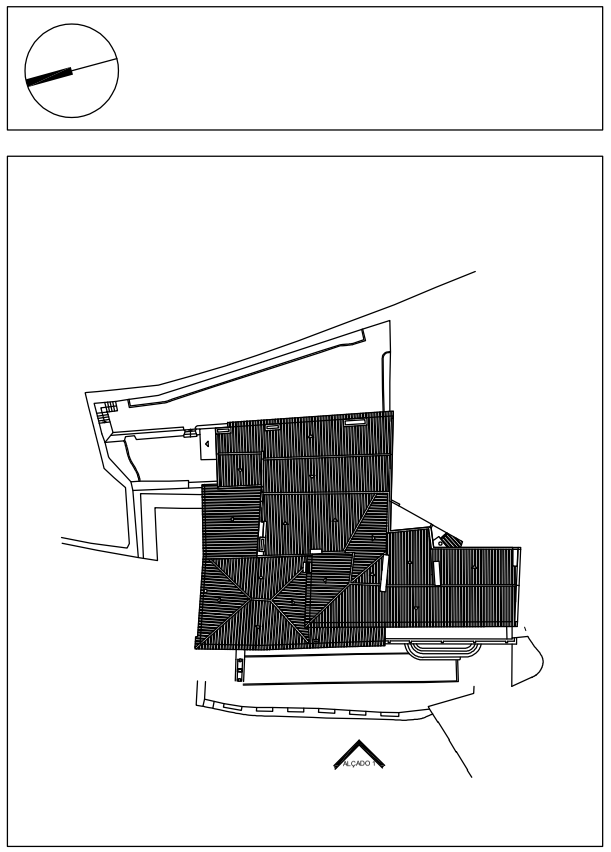
PAREDES EXISTENTES

PAREDES NOVAS

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: CORTE 6	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 20/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

01 ALÇADO 1
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

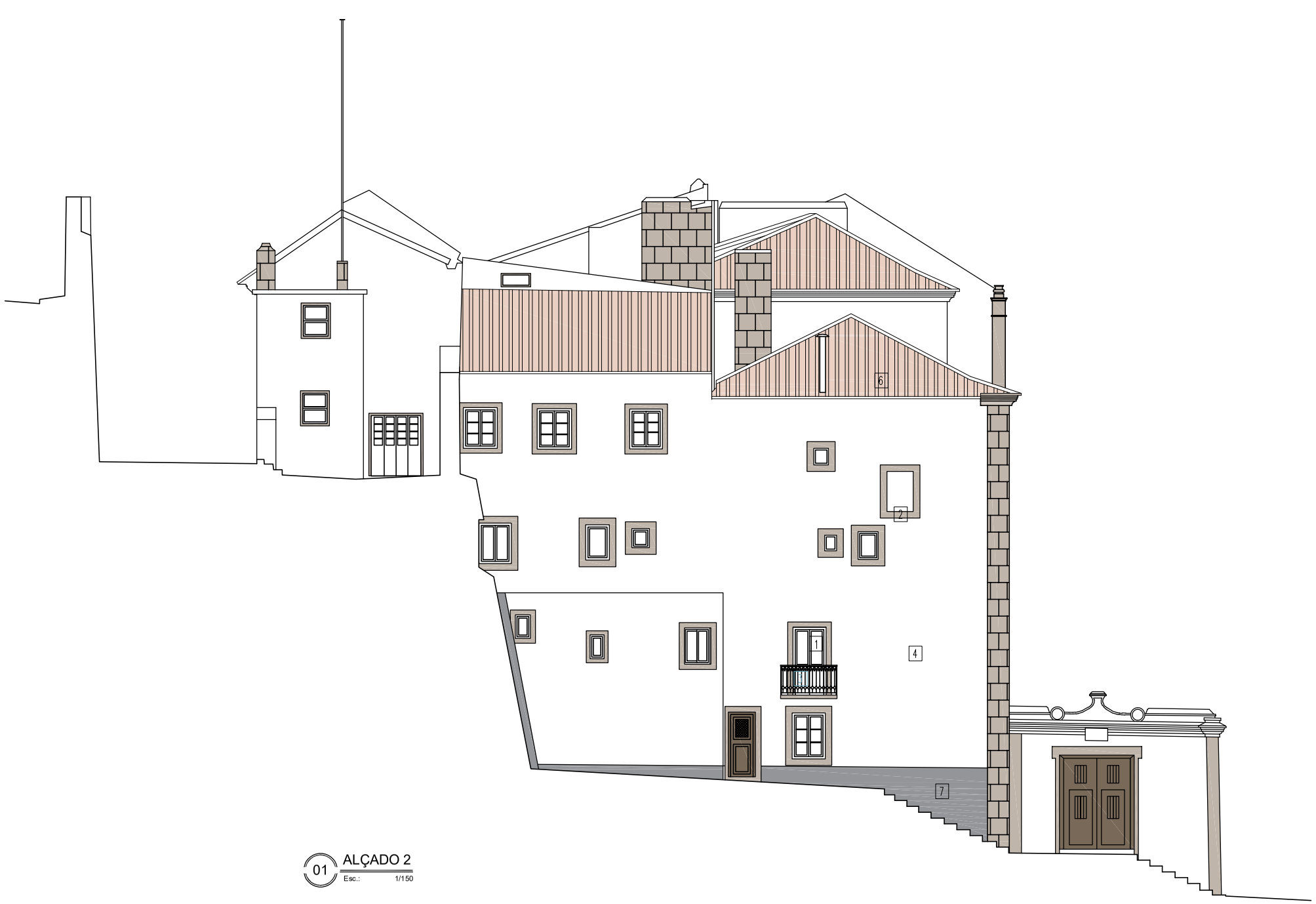
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

- PEDRA EM VISTA
- MADEIRA EM VISTA
- PAREDE EM ALVENARIA DE PEDRA REBOCADA PARA PINTAR
- TELHA CERÂMICA
- MICROCIMENTO EM VISTA

1	Novas caixilharias em madeira maciça pintada à cor branco, com vidro duplo
2	Cantarias em pedra a recuperar
3	Guarda em ferro existente a recuperar e pintada à cor original
4	Parede em alvenaria de pedra rebocada e pintada à cor branca
5	Pedra das escadarias e colunas existentes a recuperar
6	cobertura inclinada revestida a telha cerâmica à cor natural
7	Microcimento

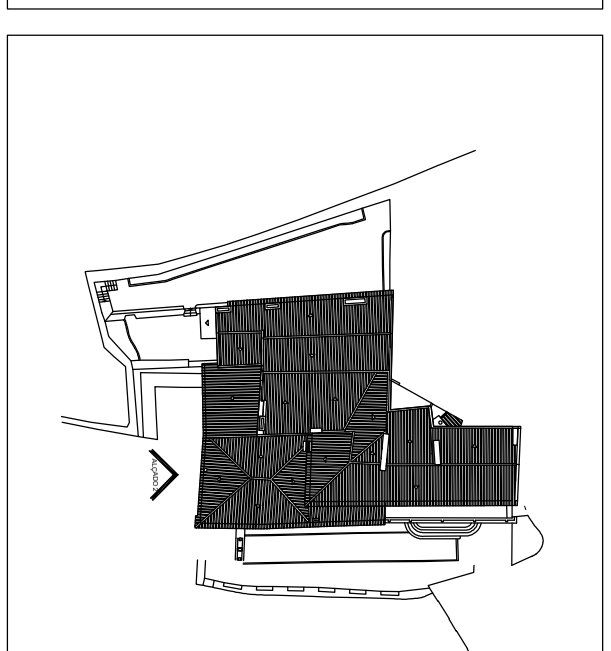
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: ALÇADO 1 - PROPOSTA	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 21/36

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



01 ALÇADO 2
Esc.: 1/150

1	Novas caixilharias em madeira maciça pintada à cor branco, com vidro duplo
2	Cantarias em pedra a recuperar
3	Guarda em ferro existente a recuperar e pintada à cor original
4	Parede em alvenaria de pedra rebocada e pintada à cor branca
5	Pedra das escadarias e colunas existentes a recuperar
6	cobertura inclinada revestida a telha cerâmica à cor natural
7	Microcimento



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

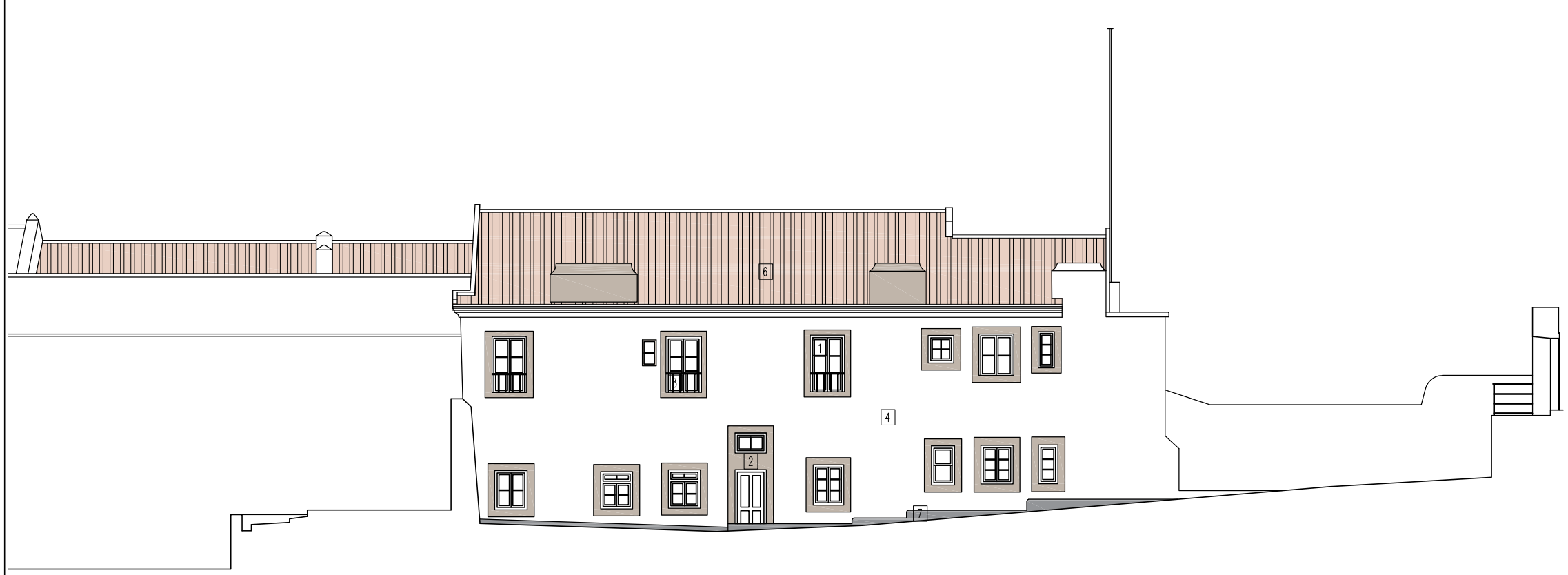
ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

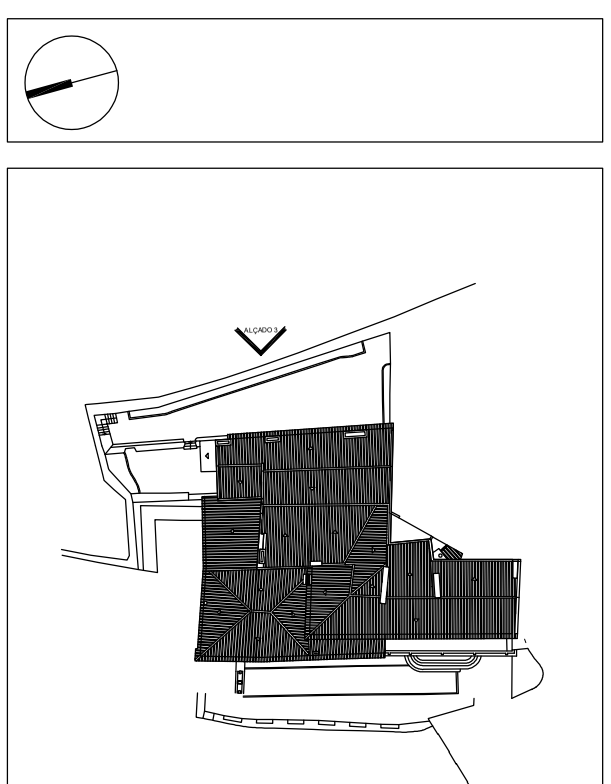
- PEDRA EM VISTA
- MADEIRA EM VISTA
- PAREDE EM ALVENARIA DE PEDRA REBOCADA PARA PINTAR
- TELHA CERÂMICA
- MICROCIMENTO EM VISTA

LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria
		DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues	TÍTULO: ALÇADO 2 - PROPOSTA	ESCALA: 1:150
ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes		NÚMERO: 22/36

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



01 ALÇADO 3
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

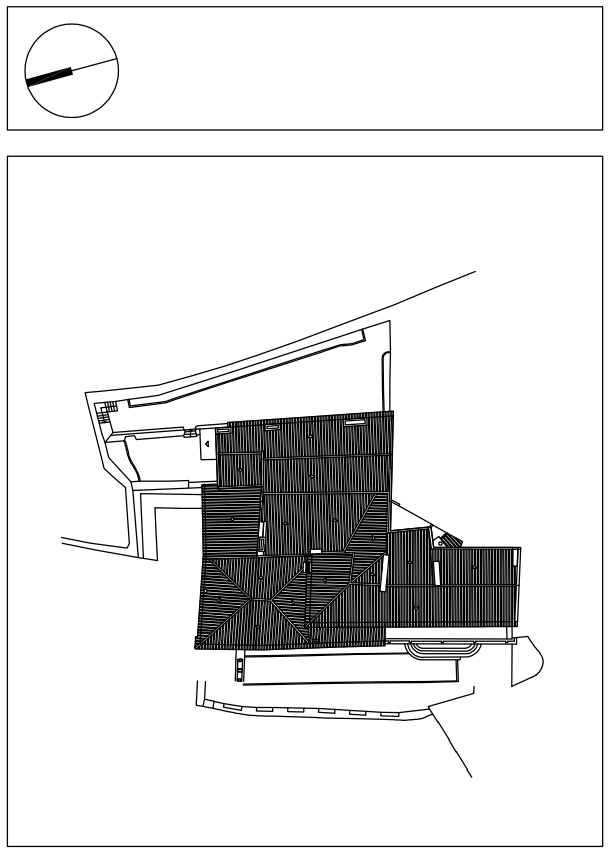
- PEDRA EM VISTA
- MADEIRA EM VISTA
- PAREDE EM ALVENARIA DE PEDRA REBOCADA PARA PINTAR
- TELHA CERÂMICA
- MICROCIMENTO EM VISTA

1	Novas caixilharias em madeira maciça pintada à cor branco, com vidro duplo
2	Cantarias em pedra a recuperar
3	Guarda em ferro existente a recuperar e pintada à cor original
4	Parede em alvenaria de pedra rebocada e pintada à cor branca
5	Pedra das escadarias e colunas existentes a recuperar
6	cobertura inclinada revestida a telha cerâmica à cor natural
7	Microcimento

LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria
		DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues	TÍTULO: ALÇADO 3 - PROPOSTA	ESCALA: 1:150
ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes		NÚMERO: 23/36

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

01 PLANTA - PISO 0
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

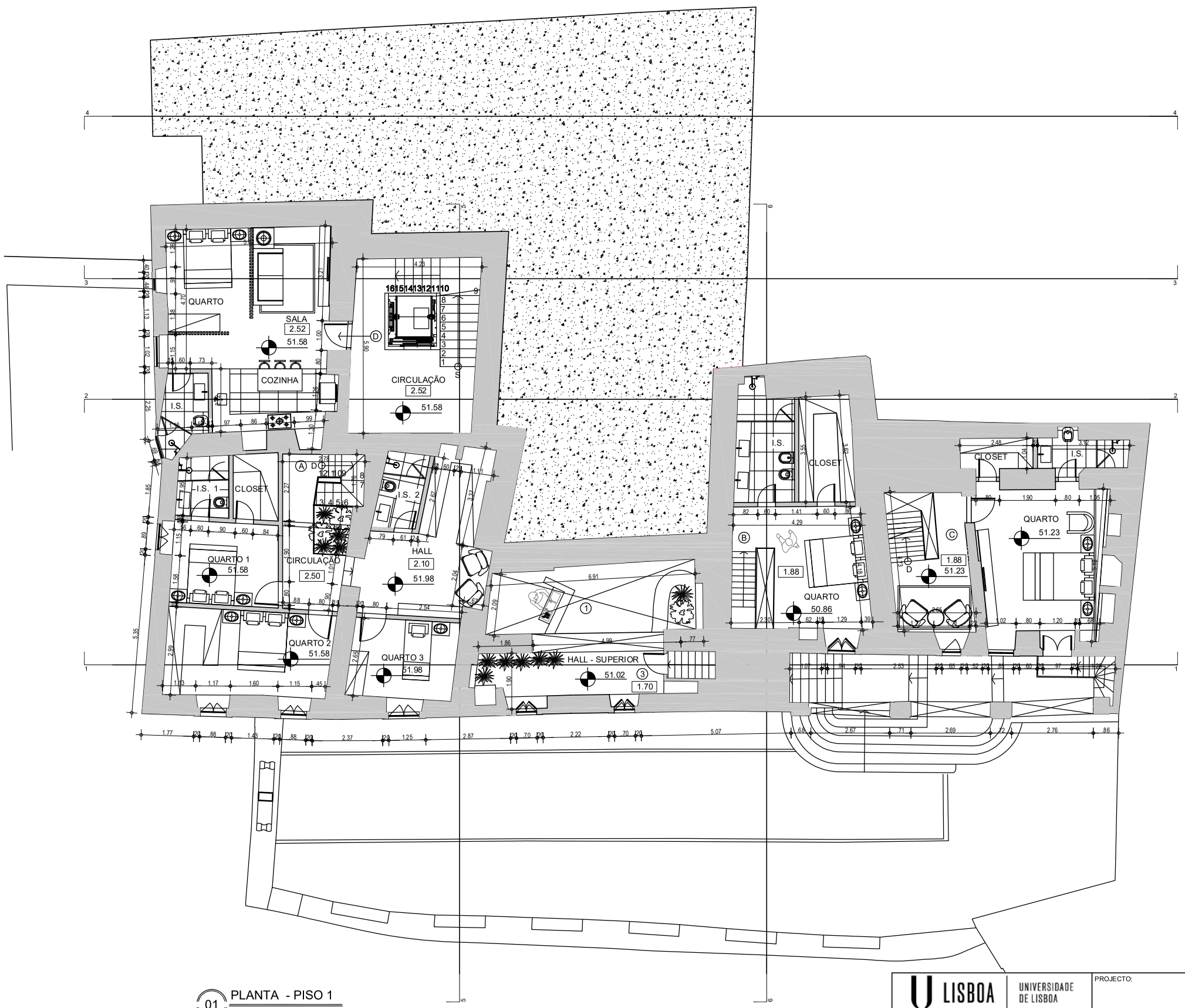
PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

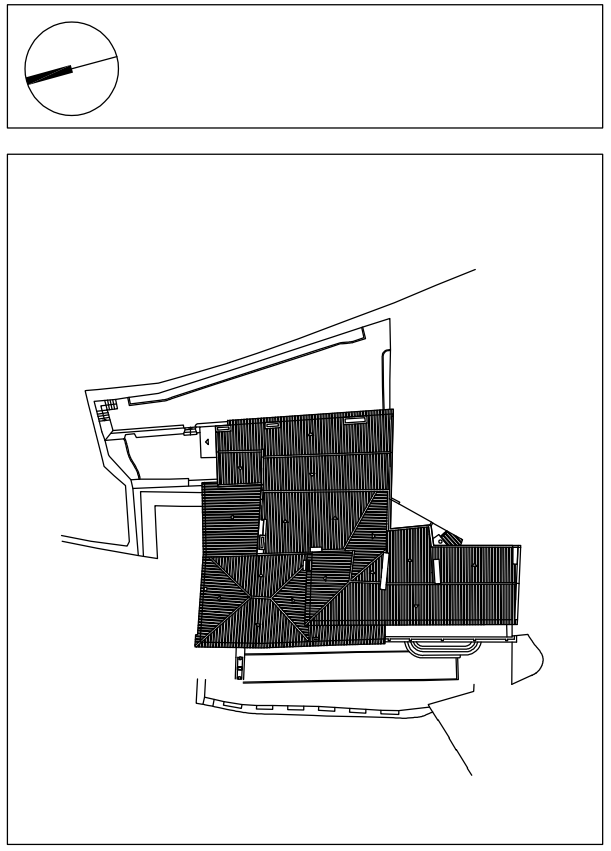
TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO -1 E PISO 0	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 15/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



01 PLANTA - PISO 1
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

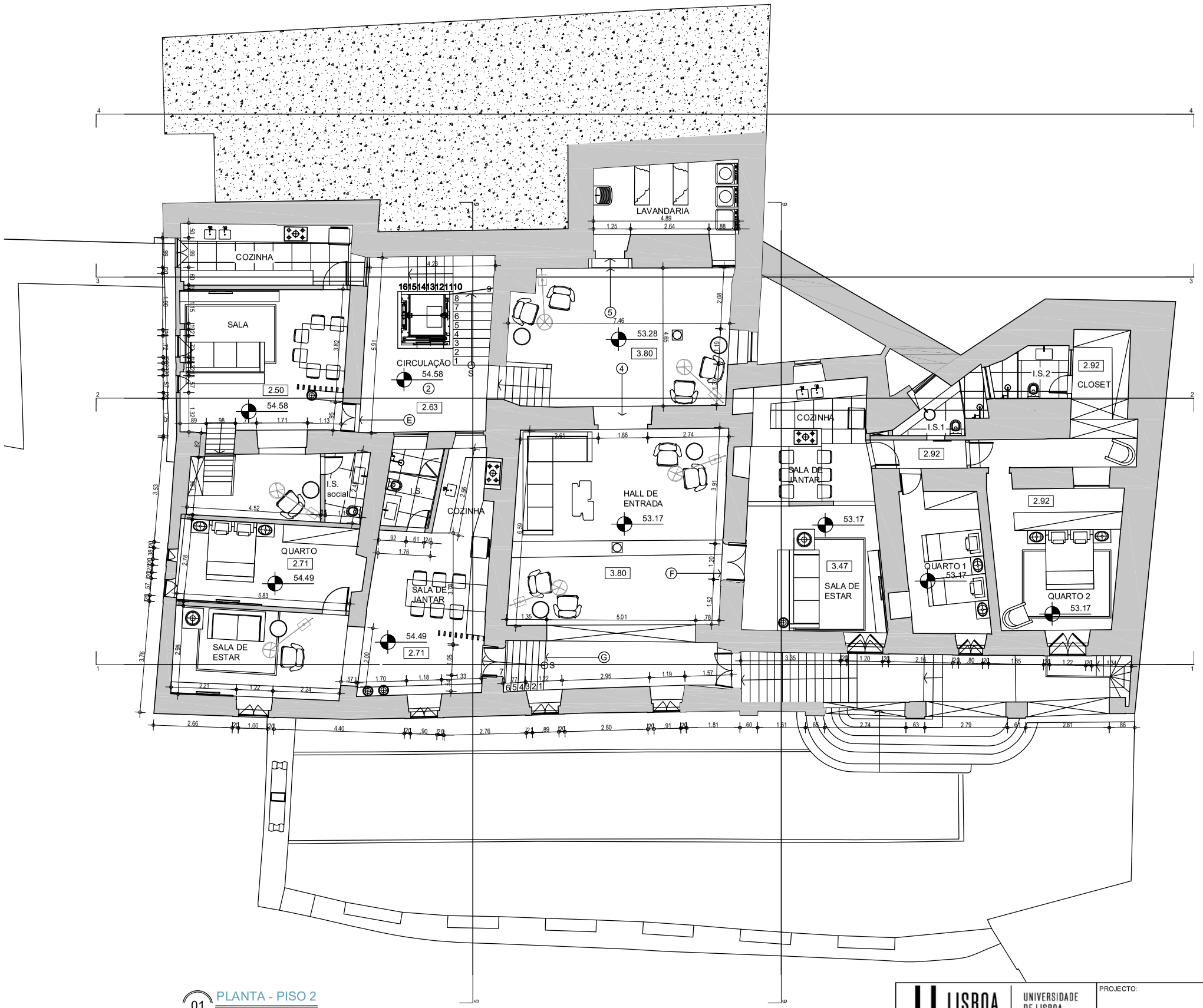
CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

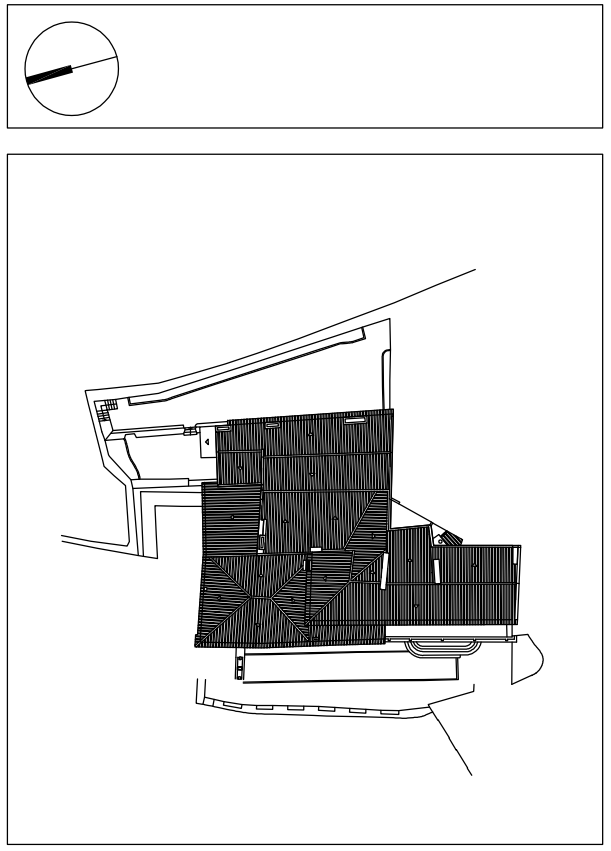
PAREDES EXISTENTES

TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 1	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 15/20



01 PLANTA - PISO 2
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

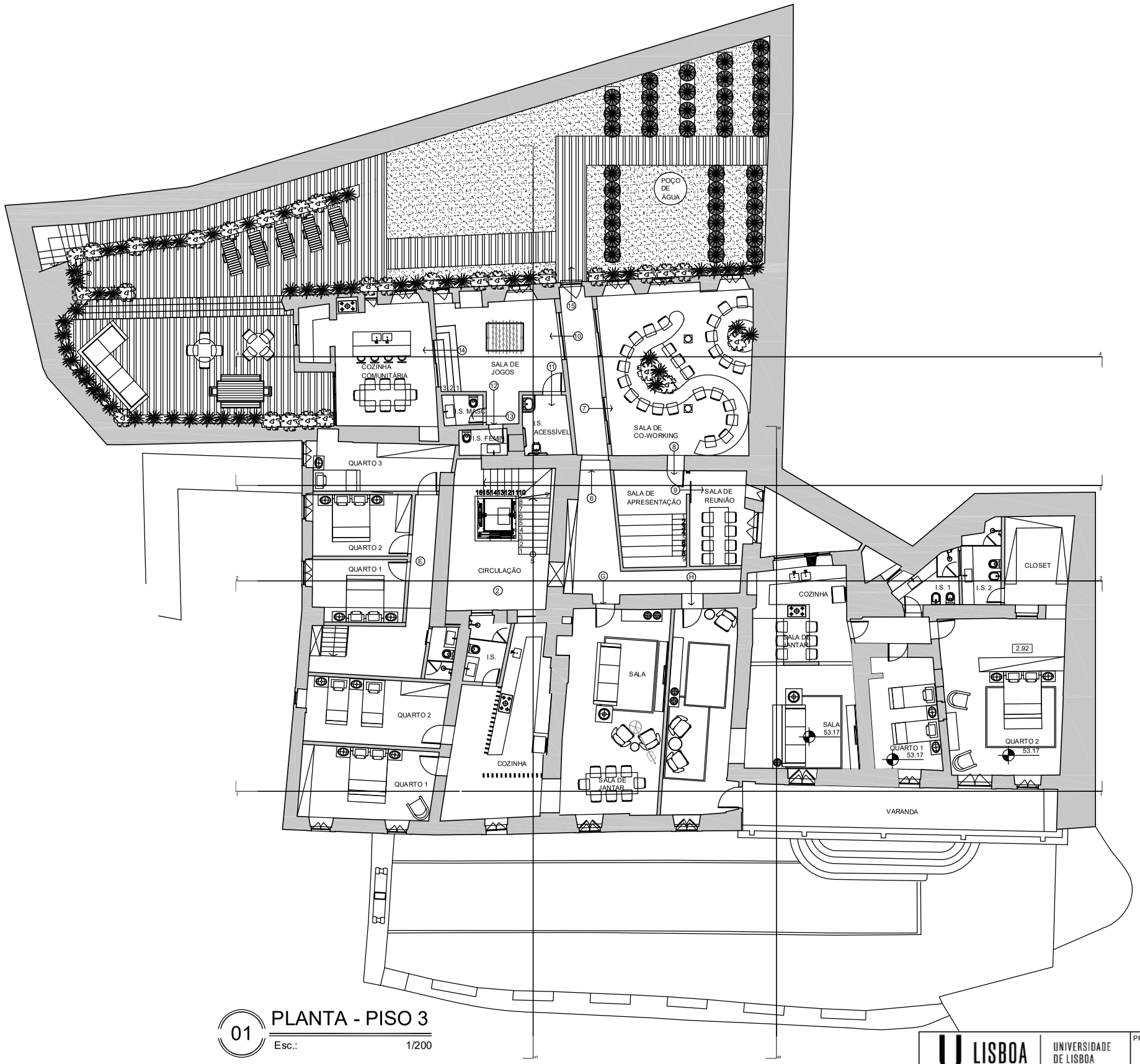
CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

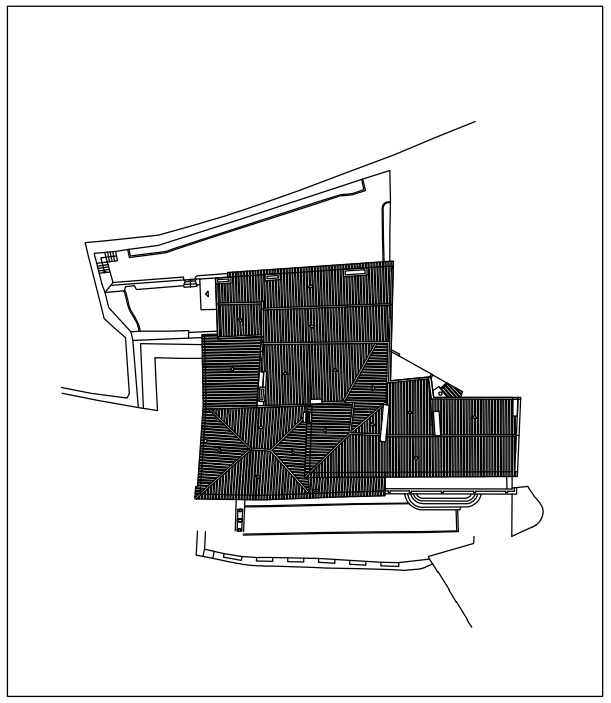
TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 2	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 15/20



01 PLANTA - PISO 3

Esc.: 1/200



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

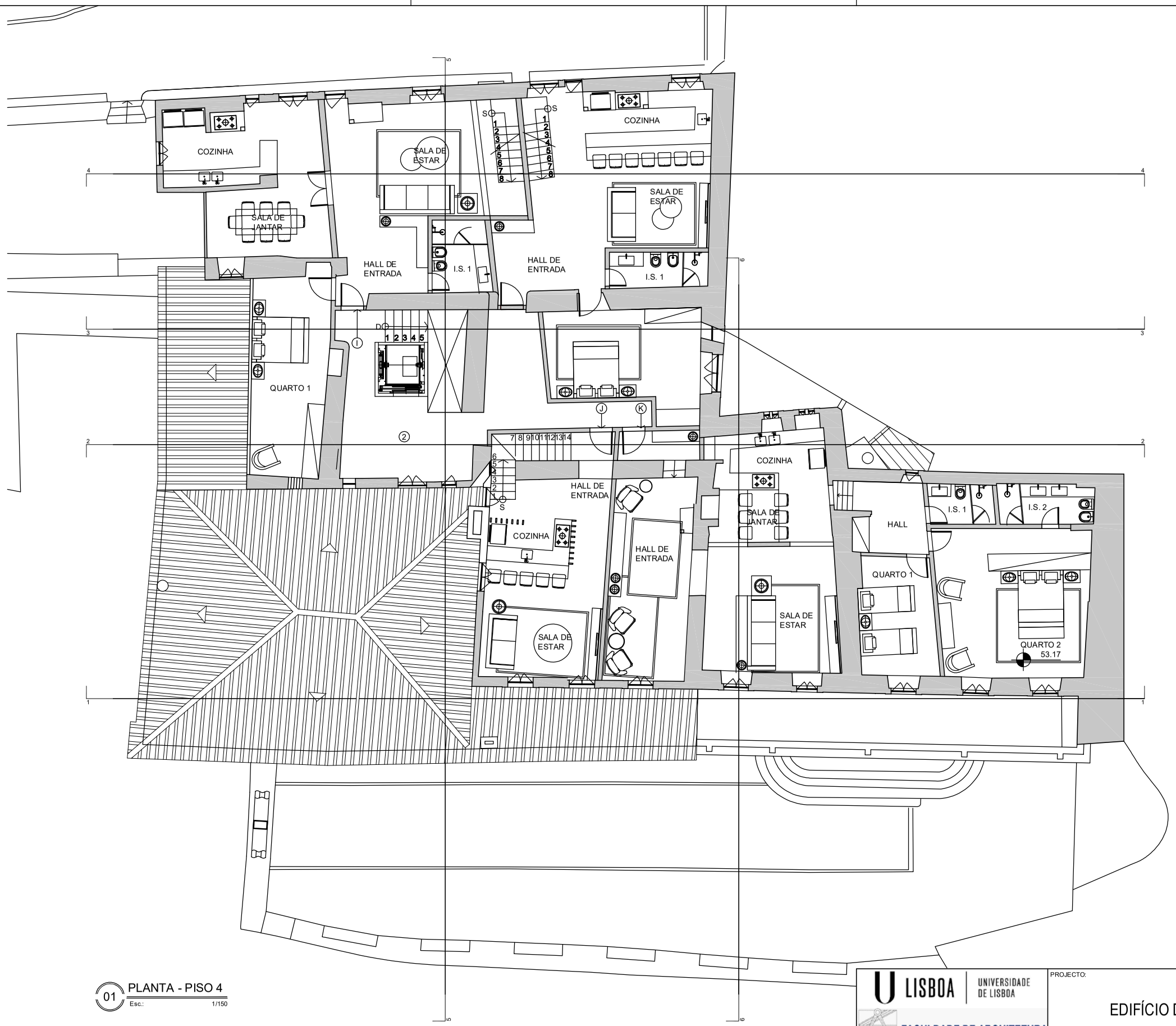
TERRENO

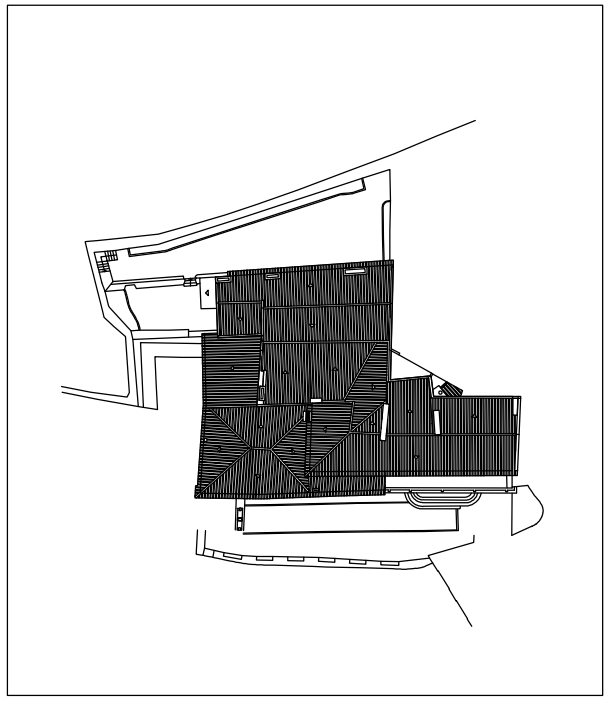
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 3	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 15/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION





ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

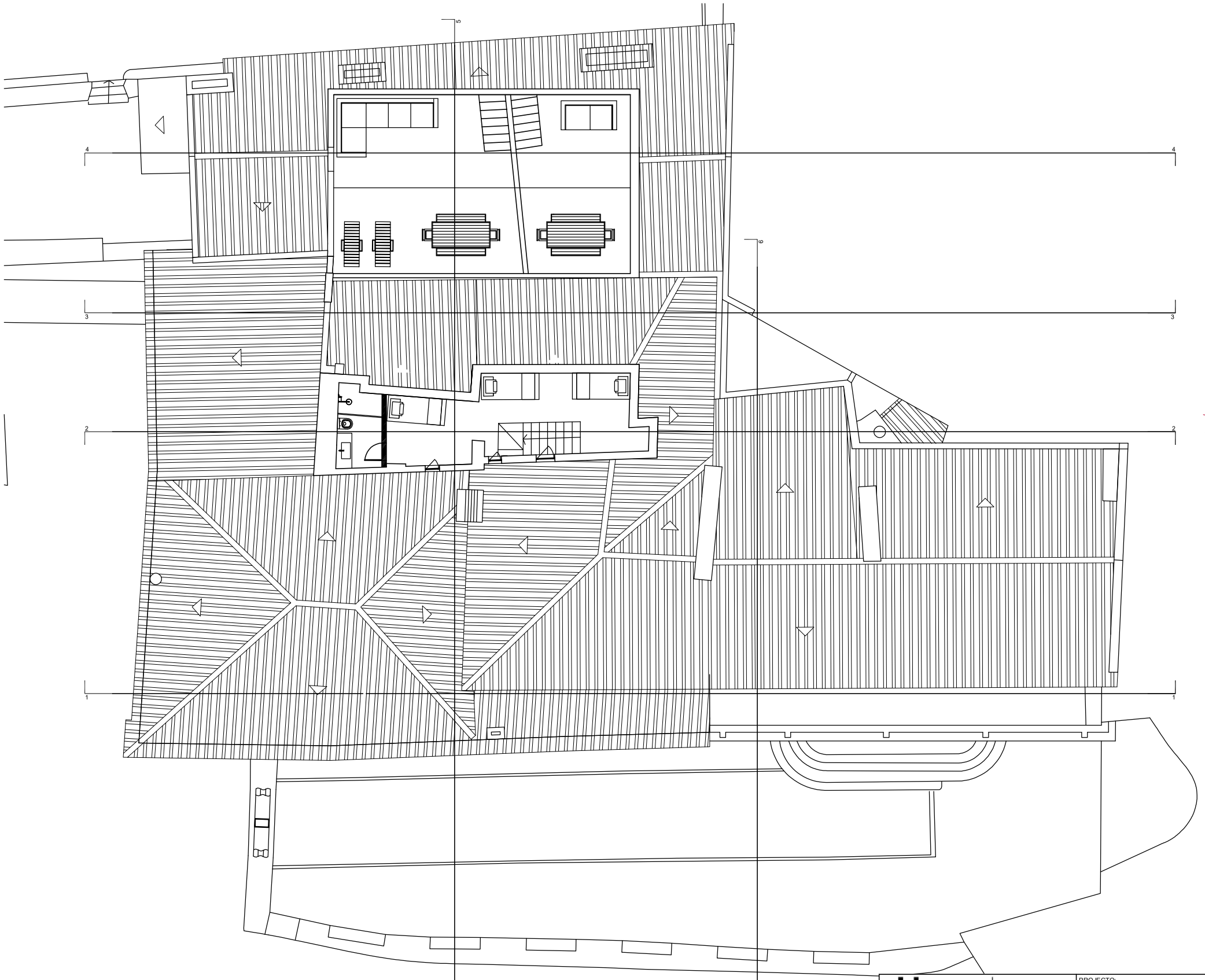
PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

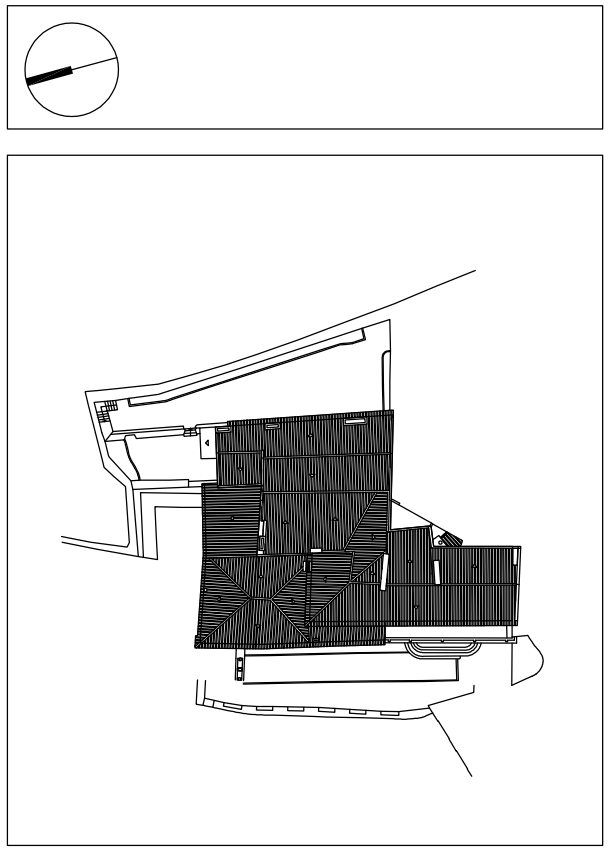
TERRENO

01 PLANTA - PISO 4
Esc.: 1/150

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 4	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 15/20



01 PLANTA - PISO 5
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

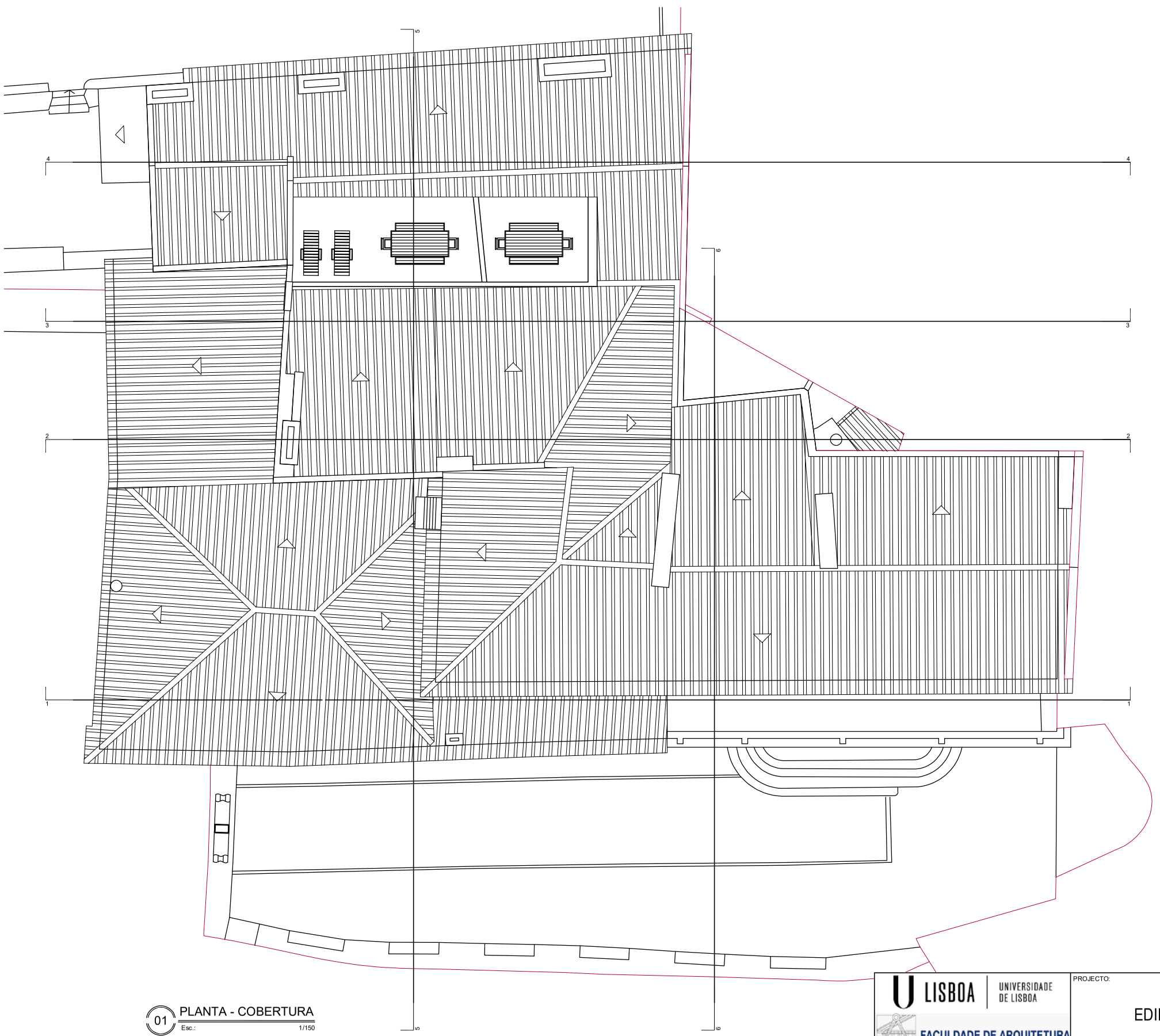
TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - PISO 5	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 15/20

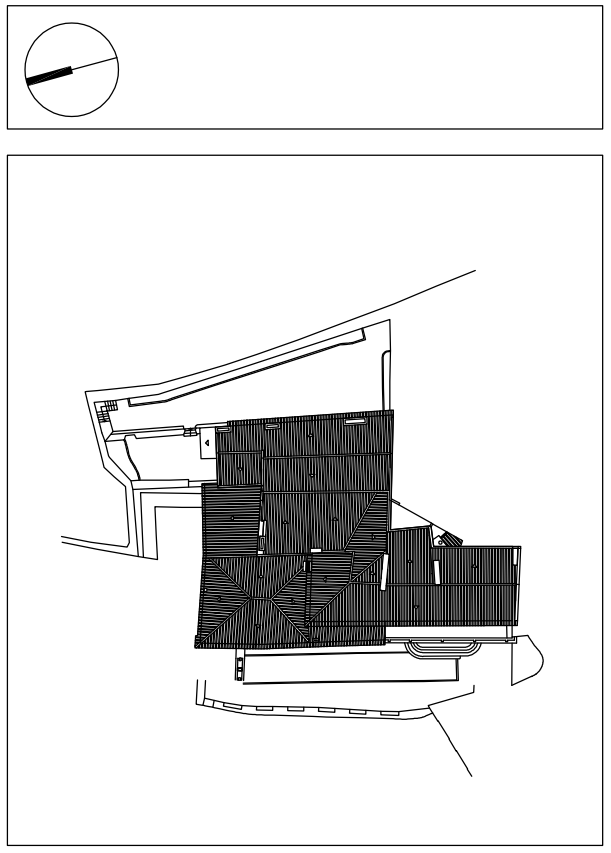
PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



01 PLANTA - COBERTURA
Esc.: 1/150



ÁREA DO LOTE – 1.075,00M2

ÁREA IMPLANTAÇÃO– 615,00M2

ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL– 1.140,60M2

LIMITE DO LOTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

PAREDES MESTRAS (ESTRUTURAIS) EXISTENTES

PAREDES EXISTENTES

TERRENO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA	PROJECTO: EDIFÍCIO DO RECOLHIMENTO SÃO CRISTÓVÃO	LOCALIZAÇÃO: Mouraria DATA: Outubro 2019
AUTOR DO PROJECTO: Bárbara Degues ORIENTADORES DO PROJECTO: Prof. Dr. José Jacob Cabido Prof. Dr. Alberto Flávio Lopes	TÍTULO: PLANTA ORIGINAL - COBERTURA	ESCALA: 1:150 NÚMERO: 15/20

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

FIGURA 1. MAPA DE LISBOA COM O EDIFÍCIO DO PROJECTO EM DESTAQUE.

REABILITAÇÃO HABITACIONAL: RECOLHIMENTO DE SÃO CRISTÓVÃO EM LISBOA

FIGURA 2. PLANTA DE SITUAÇÃO/ LOCAÇÃO. ESC. 1/500.

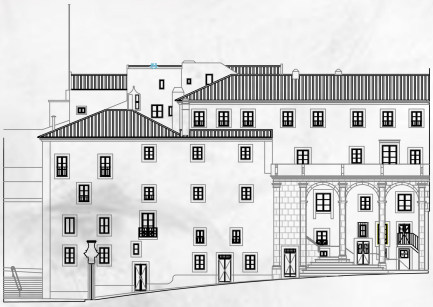


FIGURA 3. ALÇADO DA FACHADA.

Este projeto tem como proposta a reabilitação do edifício do antigo Recolhimento de São Cristóvão, localizado no Largo da Achada, no bairro da Mouraria, em Lisboa. Cuja construção original remonta à época medieval, durante o período islâmico. Pretende-se criar uma intervenção, coerente com a identidade e a memória das preexistências, mantendo o uso habitacional.

FIGURA 4. PERSPECTIVA DO ENTORNO DO PRÉDIO.

FIGURA 5. FOTOGRAFIAS EXTERNAS.

CONTEXTO HISTÓRICO

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O presente projecto tem como principal objetivo a reabilitação do edifício do antigo Recolhimento de São Cristóvão, no Largo da Achada, em Lisboa, a fim de o devolver à comunidade. Porém com parâmetros mais adequados às inquietações do presente, como proposta de habitação com diversas tipologias e espaços de trabalho compartilhados pelos residentes, com o intuito de resolver problemas gerados atualmente e inovar tendências.

O edifício em estudo, o Recolhimento de São Cristóvão é um dos edifícios mais desconhecidos da cidade de Lisboa. A sua realidade, à primeira vista, revela-se bastante confusa e sem valor, porém, a partir das constatações históricas, é permitido recuar ao passado e identificar o seu percurso e a sua trajetória ao longo do tempo, transmitindo assim a sua identidade.

FIGURA 6. FOTOGRAFIAS DO EDIFÍCIO ATUALMENTE.

SÉCULO XV
ÉPOCA MEDIEVAL

Na época medieval, a edificação em estudo apresentava habitações unifamiliares de uma pequena burguesia cristã moçárabe.

Através das plantas, pode-se verificar a realidade daquela época e a cultura enraizada nos desenhos das suas residências.
Casas urbanas típicas da época que apresentavam uma realidade mais adequada às famílias medievais, tendo no mesmo local da habitação, o comércio de onde a família ganhava o seu sustento.

Ao analisar, depara-se com a existência de seis lotes de casas unifamiliares onde as suas limitações são vistas através das paredes meeiras entre lotes.

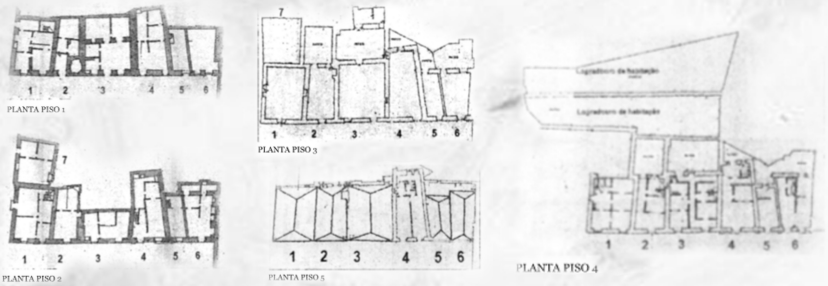


FIGURA 7. FOTOGRAFIAS DAS PLANTAS MAIS ANTIGAS.

SÉCULO XVI
O PALÁCIO QUINHENTISTA

Durante o século XVI, devido ao volume do conjunto, com quatro e cinco pisos, manifestava alguma unidade, que fazia lembrar um palácio, chamando assim a atenção da nobreza emergente. Desta forma os vários lotes foram convertidos num palácio quinhentista pela família Ataíde.

No decorrer do percurso histórico, percebe-se como o edifício está distribuído, no entanto através da análise das plantas consegue-se ter uma noção maior de como foi o processo de conversão das seis habitações unifamiliares para um palácio nobre.

Nos primeiros pisos (piso 1 e 2) os lotes originais conservavam a sua autonomia, sem ligações internas, ou seja, sem vãos abertos entre eles, concluindo que estes lotes eram usados para pequenas lojas ou manufaturas, uma vez que o pátio exterior nesta época ainda não tinha as limitações, sendo diretamente para a via pública.

FIGURA 8. PLANTA PISO 0. ESC. 1/500

FIGURA 9. PLANTA PISO 1. ESC. 1/500

FIGURA 9. PLANTA PISO 2. ESC. 1/500

FIGURA 10. PLANTA PISO 3. ESC. 1/500

ANO 1598
RECOLHIMENTO DAS ÓRFÃS

Devido à longa data de construção, o edifício passou por algumas mudanças de uso, nas quais em 1598, o prédio deixou de ser um palácio para ser um Recolhimento, com a denominação de Recolhimento das Órfãs Arriscadas, fundado por Diogo Lopes Solis, com o objetivo de proteger e abrigar raparigas negligenciadas pelos pais e/ ou órfãs.

Em consequência deste novo uso o edifício passou por mais algumas alterações, tais como um muro para limitar a área do edifício das vias públicas, por segurança das órfãs.

FIGURA 11. ALÇADO NORTE. ESC. 1/500

FIGURA 12. PLANTA DE LOCALIZAÇÃO. ESC. 1/1000

SÉCULO XVII

No decorrer dos anos, o recolhimento foi sendo alargado de acordo com a sua necessidade e em 1697 cresceu verticalmente. Tendo como fisionomia, uma fachada principal com a largura de cinco janelas e três telhados, correspondentes aos lotes 1, 2 e 3, vista pelo Rossio.

SÉCULO XVIII

Em 1747 o edifício adquiriu mais espaço útil e cresceu na horizontal, adquirindo uma nova fachada principal voltada para o sudoeste, sendo que a antiga fachada voltada para poente perde importância para a distribuir com a nova fachada.

SÉCULO XIX

No início do século XIX, uma nova fase de mudança marcou o Recolhimento, onde ocorreu uma nova expansão do edifício para mais dois lotes. No piso térreo passaram a existir quatro residências, três voltadas para o jardim e uma interior com uma janela voltada para um pequeno pátio interno, com 2 quartos interiores, sala de estar e uma cozinha em ambos os apartamento. No piso superior, agregado ao quinto piso já existente, passaram a existir onze residências. Esta junção de um novo corpo ao palácio, deu ao edifício um aspecto labiríntico que apresenta hoje.

SÉCULO XXI
2014 - 2019
SANTA CASA DA MISERICORDIA

Actualmente, o Recolhimento é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, desde o dia 8 de Maio de 2014, de acordo com Simões, 2011, com a finalidade de construir um elemento adequado ao entendimento do edifício.

PATOLOGIAS

FOTOGRAFIAS INTERNAS

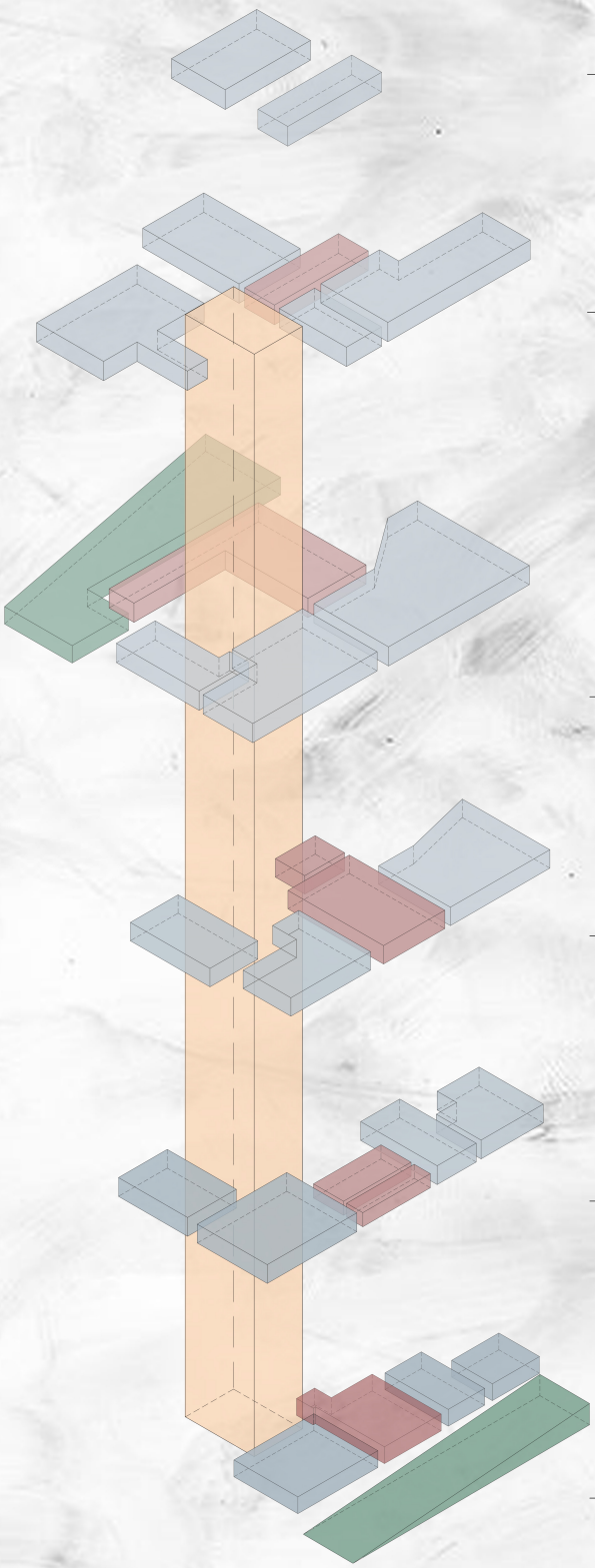
PATOLOGIAS INTERNAS

DEMOLIR

FIGURA 13. PLANTAS COM PAREDES A DEMOLIR.
ESC. 1/250

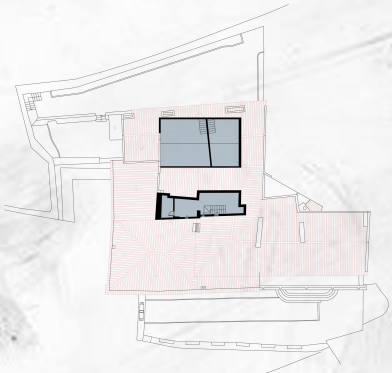
ZONEAMENTO VERTICAL

ÁREA COMUM
ÁREA DE CIRCULAÇÕES VERTICAIS
APARTAMENTOS
ÁREA DE JARDIM



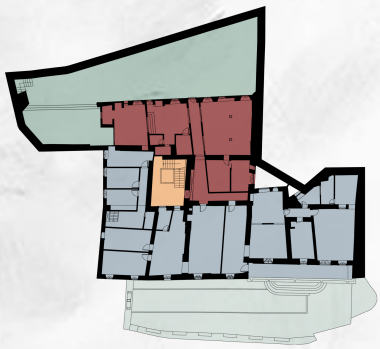
ZONEAMENTO HORIZONTAL

PISO 5

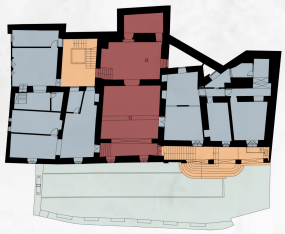


PISO 4

PISO 3



PISO 2



PISO 1

PISO 0

ALÇADO 1

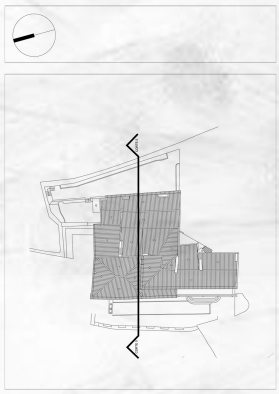
CORTE 1

PLANTA PISO 0

ALÇADO 2

CORTE 5

PLANTA PISO 1



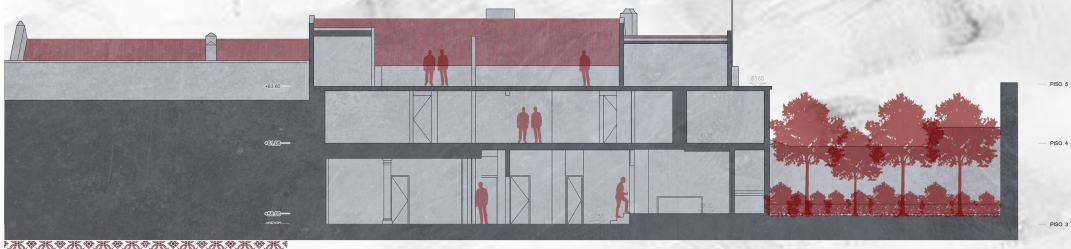
01 CORTE 5
Esc.: 1/100

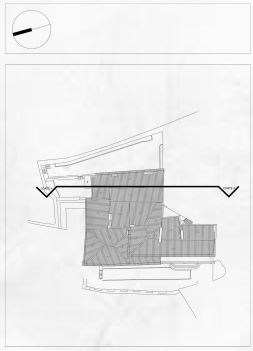
ALÇADO 3

CORTE 4

PLANTA PISO 2

01 PLANTA - PISO 2
Esc.: 1/100



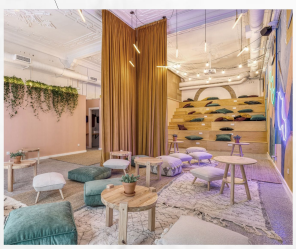


01 CORTE 4
Esc.: 1/100

01 ALÇADO 3
Esc.: 1/150

PLANTA PISO 3

PLANTA PISO 5



PLANTA PISO 4

PERSPECTIVAS

MODELOS COMO PROPOSTA

APARTAMENTO I